

# História do Movimento Sindical no Brasil

Ernesto Germano Pares<sup>1</sup>

## As Origens

Fazer um estudo do movimento operário no Brasil tendo sob o olhar apenas os acontecimentos no século XX seria, antes de tudo, negar a longa caminhada e aprendizagem dos trabalhadores brasileiros. Em segundo lugar, seria contribuir com os patrões e apagar da história tantas outras lutas passadas e que nos deram lições importantes.

Para que possamos tirar o melhor proveito, podemos fazer uma pergunta que nos ajudará no estudo que pretendemos fazer: *para quê estudar a História do Movimento Operário?*

Vamos responder dizendo que:

*a-* para se conhecer em que condições históricas se deu a organização e a resistência dos operários. Isto quer dizer, para conhecer qual a correlação de forças em cada período de nossa história, como se organizava a burguesia, quais os seus instrumentos de dominação, de que forma os utilizava, como acumulava seus lucros, como se organizavam os operários, quais os seus instrumentos de resistência, quais suas formas de luta, que conquistas arrancavam;

*b-* para conhecer seus objetivos e projetos. Isto significa dizer: para entendermos quais eram as principais reivindicações operárias em cada momento, qual o seu grau de *consciência política*;

*c-* para conhecer os limites impostos ao movimento, interna e externamente. Isto é, tomarmos conhecimento dos principais obstáculos que se colocavam para a organização dos operários, seja pela repressão patronal e governamental (externos), seja pela própria limitação do movimento e de seus líderes ao analisarem o momento da luta, as diversas concepções de organização, etc;

*d-* para conhecer a relação, se e quando existiu, entre o movimento operário e o político. Quer dizer, analisarmos os momentos da história em que os operários chegam a ter um engajamento político-partidário e a tentar novos patamares para suas lutas.

Devemos entender, acima de tudo, que um estudo da *História do Movimento Operário* deve considerar:

1º) que tal história é parte da história da luta de classes no capitalismo, da história do surgimento e desenvolvimento do capitalismo e de sua transformação em socialismo;

2º) que esta história apresenta características diferentes de região para região, e de época para época, que são *formas* diferenciadas da luta da classe operária;

3º) que nessa história nós devemos diferenciar aquilo que é história da classe como um todo, da história de seus partidos, líderes e ideologias, sabendo compreender a sua correlação.

Claro, então, que nosso estudo não estaria completo sem citarmos alguns fatos marcantes do movimento operário em outras partes do mundo e em outras épocas. Mesmo que o objetivo principal de nosso estudo seja as várias formas que o movimento tomou no Brasil, não podemos deixar de lembrar alguns fatos importantes que, de uma forma ou de outra, acabaram refletindo aqui.

A verdade é que, com pequenas consultas aos livros de história, vamos encontrar alguns exemplos de organização e de lutas dos trabalhadores na antiguidade. Já em Roma, na época de Jesus, são conhecidas várias organizações de profissionais (pescadores, carpinteiros, curtidores de couro e outros) mas é da Ásia, em fins do século I, que obtemos os primeiros registros de greves de trabalhadores deflagradas devido a longos períodos de fome e de elevação dos preços dos cereais.

Estas primeiras organizações, em Roma, ainda eram associações corporativas, *colégios*, com objetivo principal de cotizar fundos para funerais e outras cerimônias religiosas. Mesmo assim, por participarem em alguns movimentos de descontentamento popular, a legislação romana do primeiro século passou a exigir autorização prévia para a sua criação e colocava sua atuação sob vigilância policial. Isto para os profissionais ou mestres de ofício que viviam nas cidades e produziam artigos de consumo da sociedade. Para os escravos, base da economia e do poder de Roma, eram dedicados cuidados mais severos e constantes. Sabemos, mesmo assim, de três grandes revoltas de escravos que sacudiram o Império e ficaram conhecidas como *guerras servis*, exigindo a mobilização de exércitos para reprimi-las. A mais famosa foi a rebelião liderada por Espártaco, em 73 a.C., e que chegou a

<sup>1</sup> Ernesto Germano é Assessor Sindical. Sobre o presente texto o autor esclarece: "Foi escrito em 1990, quando eu ainda morava e atuava em Volta Redonda, e foi usado em vários cursos com operários da CSN e também com comunidades de base da Igreja. Mais tarde, em 1996, fiz uma revisão, incluindo os anexos, para atender às demandas que surgiam nos cursos. Em 2005 fiz nova revisão para poder utilizar o material nos cursos feitos pela Secretaria de Formação da CUT-RJ. Continuo usando o mesmo material em vários cursos, mas penso em fazer uma nova revisão e atualização" (fev/2012).

reunir 60.000 escravos na tentativa de reconquistar a liberdade.

Ao longo de toda a idade média, floresceram as corporações de ofícios na Europa. Algumas tão fortes que conseguiram impor limites contra a concorrência de produtos importados ou garantir preços e mercados para seus produtos. Mas estas eram organizações de artesãos, donos de seus próprios negócios, e não de trabalhadores assalariados.

O trabalho assalariado e o capitalismo, como os conhecemos, surgiram no século XVII. Forma-se em um processo de acumulação de capital que permitiu à burguesia a disputa do poder com os antigos senhores feudais. Costumamos dizer que a primeira revolução burguesa vitoriosa foi a que ocorreu na Inglaterra, entre 1640 e 1688, e ficou conhecida como *Revolução Industrial* porque significou a introdução de máquinas na indústria, a criação de fábricas com divisão de trabalho (especialização) e plantou as bases para uma economia industrial. A *Revolução Francesa*, em 1789, é o outro marco da chegada da burguesia ao poder pois deu a forma política de administração e dominação com a *Assemblée Nacional Constituinte* e as bases para os atuais partidos políticos.

É da França, antes da chegada da burguesia ao poder, que nos chegam notícias de grandes levantes populares contra a exploração dos senhores e a pobreza em que tinha sido lançado o povo. As revoltas camponesas são permanentes durante o século XVII. Um historiador chegou a afirmar que "*não passa ano sem algum levante em alguma província*". De 1630 a 1639, verdadeiras guerras camponesas agitavam o interior do país. Em 1637, grandes bandos que reuniam entre 7.000 e 8.000 homens começam a atacar e matar os coletores de impostos e o Rei envia um exército contra eles: 1.200 camponeses morreram nas barricadas que haviam construído.

Nas cidades, os companheiros (*compagnes*) também se rebelam contra o desemprego ou contra o aumento do preço do pão. Insurreições populares acontecem em Lião (1623, 1629, 1633 e 1642), em Paris (1633) e em Ruão (1634) onde um sapateiro conduz os operários ao ataque contra a Coletoria de Arrendamentos. Em 1639, um relojoeiro comanda os operários das tecelagens de lã e das tinturarias no ataque a um coletor de impostos. Depois de matar o recebedor, que foi atravessado com pregos, o povo tomou de assalto a casa do recebedor geral das gabelas (imposto sobre o sal).

Com a chegada das primeiras indústrias e o surgimento de trabalhadores assalariados, as lutas populares tomaram novas formas. Crescem associações de trabalhadores que se unem aos camponeses em revoltas e mobilizações. O desenvolvimento dessas lutas *operárias* na França chegou a tal ponto que obrigou a Assembléia Nacional (que já era um instrumento de poder da burguesia) a aprovar, sem qualquer discussão, a *Lei Le Chapellier* (14/06/1791) abolindo as associações profissionais já existentes e tornando ilegal qualquer uma que viesse a ser criada.

A palavra *sindicato*, da maneira como a usamos atualmente, tem a sua origem no termo francês

"*syndic*" que significa "representante de determinada comunidade". Mas, no tempo decorrido entre as revoltas camponesas e populares do século XVIII e o surgimento dos *syndicats*, há uma longa jornada carregada de outras lutas e experiências organizativas.

De uma maneira geral, podemos dizer que as corporações de ofício seguiram a mesma trajetória em toda a Europa. Os mestres, por sua relação com o processo de produção e com a economia da época, estavam muito mais próximos de compor a nova classe proprietária que surgia – a burguesia – e, de fato, a maioria tornou-se patrão no novo modelo. Alguns, é verdade, acabaram sucumbindo nas disputas internas e tornaram-se operários nas novas fábricas.

Os aprendizes e os companheiros, pela própria posição que já ocupavam, são incorporados no novo modelo como trabalhadores assalariados, os operários.

Na França, esses aprendizes e companheiros aproveitam a experiência adquirida nas corporações de ofícios para também organizarem suas resistências. Em particular os companheiros, ainda no modelo anterior, já possuíam uma forma própria de organização: as *compagnonnages*.

A revolução industrial joga aprendizes e companheiros na mesma situação, tornando-os proletários. As *compagnonnages* assumem novos papéis e novas características. Temendo a repressão, seus membros criam rituais secretos de iniciação, reuniões clandestinas, senhas para identificação dos associados, etc. Passam a usar outros nomes, para despistar a polícia: "Filhos de Salomão", "Filhos de Mestre Jaime" e outros. Participam de todos os grandes levantes populares da época e alimentam distúrbios públicos.

Aos poucos, essas organizações vão mudando de nome e aparecem as "sociedades de resistência". Entre 1830 e 1840 é grande o número de sociedades que vão surgindo em toda a França, e não tardam muito a assumir o nome de *syndicats*.

Em 1848, Louis Blanc apresenta uma proposta de "Legislação Social" onde procurava regulamentar questões como jornada de trabalho, salários, trabalho de crianças, etc. Mas 1848 foi também o ano que sacudiu a França (e quase toda a Europa) com levantes e greves de trabalhadores. Novas idéias e propostas sociais estão sendo discutidas entre os trabalhadores e Marx escreve o "Manifesto Comunista".

Aproveitando a onda de novas idéias e aparentando um discurso marxista avançado, em 1879, em Paris, acontece o Congresso Socialista do Trabalho que prega uma conciliação de classes e diz que os trabalhadores devem se afastar da política.

Os trabalhadores franceses convivem com uma grande quantidade de propostas e as muitas divergências dentro do movimento causam um esvaziamento nas organizações existentes.

Em 1886 é criada a Federação Nacional dos Sindicatos, com forte influência dos socialistas. Os anarquistas passam a ser maioria na Federação a

partir de 1895 e a transformam na *Confédération General du Travail*, a CGT.

Em 1906 a CGT realiza o Congresso de Amiens e sua Resolução afirma que "a emancipação total do proletariado será realizada através de uma revolução e esta será conduzida por uma greve geral". A CGT conduz várias greves locais e setoriais, até a 1ª Guerra Mundial, mas não tenta realizar a greve geral. Apenas em 1920, terminada a guerra, a CGT procura colocar em prática sua resolução e convoca uma greve geral. Mas o movimento foi um fracasso total e a Confederação se esvaziou perdendo vários sindicatos. Um grupo de militantes rompe com a CGT e vai fundar o Partido Comunista Francês (PCF) e, mais tarde, uma nova Central, a CGTU, que se identifica com a linha agora traçada em Moscou.

Em 1935, diante da crise européia que levaria à 2ª Guerra, a CGT e a CGTU se unificam. Há um crescimento extraordinário no movimento que chega a atingir 5 milhões de membros filiados e a realizar grandes greves, com ocupação de fábricas. Quando os alemães ocupam a França, a CGT orienta os trabalhadores a ingressarem na Resistência e a promoverem atos de sabotagem e de guerrilhas contra o exército invasor.

Na Inglaterra, desde o princípio do séc. XVIII, os operários têxteis começaram a utilizar a violência como forma de fazer os patrões sentarem para discutir suas reivindicações. Em 1718 e 1724, os negociantes de tecidos deram queixa ao Parlamento alegando que os tecelões *ameaçaram demolir suas casas e queimar o trabalho a menos que concordassem com suas condições*. Em 1726-27, trabalhadores de Somerset, Wiltshire, Gloucestershire e Devon iniciaram campanha que *"invadindo as casas dos patrões e dos furadores de greves, estragando a lã, cortando e destruindo as peças nos teares e os utensílios do ofício"* acabou com a assinatura de um acordo semelhante ao que conhecemos, hoje, como Contrato Coletivo de Trabalho.

Os trabalhadores ingleses inovaram, também, as lutas operárias com uma forma bastante curiosa de evitar que o acúmulo de desempregados em uma cidade provocasse a queda dos salários. Desde 1700/1706, os cortadores de lã do Devon organizavam *Clubes de Itinerância*: o desempregado que desejava deixar a cidade para procurar emprego em outra parte, recebia um *impresso* (espécie de cartão) que o identificava como membro da Associação e que devia ser apresentado a um membro do "clube" na cidade de chegada onde recebia alimentação, alojamento e licença para procurar emprego. Não o encontrando, recebia novo *impresso* e seguia adiante. Mais tarde, e até o início do séc. XX, várias categorias inglesas utilizaram a itinerância como forma de luta. Os chapeleiros e os fundidores de ferro chegaram a ter um emblema que representava um trabalhador com sua mochila dizendo *"Irmão de ofício, pode me dar emprego?"* e recebendo como resposta *"Se não pudermos, ajudaremos você"*.

Mais tarde, já no final do século XVIII, a itinerância era usada também para fortalecer a categoria em greve, retirando da cidade os desempregados para não sobrecarregar os fundos da Associação. Os pedreiros davam impressos de cor verde para os

ambulantes em greve e branco para os comuns. Por volta de 1840, alguns Sindicatos ingleses começaram a estabelecer o *seguro - desemprego*, uma ajuda fornecida pela Associação para manter o desempregado e sua família. Vejamos dois depoimentos citados por Eric Hobsbawm<sup>2</sup>:

*"Por toda a extensão e largura da nossa terra natal não há um recanto ou aldeia por que alguns dos nossos membros não tenham perambulado em busca de emprego; nossas estradas têm parecido as de uma oficina mecânica, ou uma poderosa massa de seres humanos em movimento; temos vários casos em que vinte ou trinta homens num só grupo, de diferentes ofícios mecânicos, encaminhando-se de cidade para cidade, pedindo licença para trabalhar...". "Um caso extremo da década de 1840: um tipógrafo pegou um cartão em Londres a 1º de março de 1848, voltando pouco menos de um ano mais tarde. Ele havia viajado para Brighton e contornando a costa sul até Bristol, daí para Birmingham, Liverpool e Carlisle até Edinburgh, Stranraer, Belfast, Dublin e dezenove cidades irlandesas, voltando a Londres via Liverpool, Yorkshire e Cambridge. Ajudado em setenta cidades, ele havia trabalhado em três."*

É importante refletir, ainda, que tal ambulante não era simplesmente um trabalhador procurando emprego. Na verdade o viajante acabava agindo como um elo de ligação entre as regiões, transmitindo informações sobre o nível de salários ou sobre o melhor momento de iniciar uma campanha salarial. Como diz Hobsbawm, era "uma enciclopédia ambulante de conhecimento sindical comparado".

Uma outra forma de luta bastante utilizada pelos trabalhadores ingleses foi a destruição das máquinas. Revoltados com a introdução das máquinas a vapor, que reduziam o número de trabalhadores necessários para um determinado trabalho ou que tornavam mais fácil a substituição em caso de greves, os operários passaram a descarregar o ódio contra os equipamentos. Sob o comando de Ned Ludd, os luddistas lançam o lema "quebrai as máquinas" e o movimento teve seu ponto mais agudo entre 1812 e 1818.

Devemos destacar duas curiosidades sobre o luddismo:

1º) que o movimento era uma forma de garantir que uma greve não fosse vencida pela simples contratação de desempregados, mulheres ou crianças para substituir os grevistas. Estando a máquina quebrada, a produção estava parada.

2º) que os quebradores de máquinas sabiam diferenciar os equipamentos a serem danificados; as máquinas de fiar de 24 fusos, de uso quase individual, eles poupavam e as grandes, de uso industrial, eles destruíam.

A situação foi tão crítica que Lord Melbourne, magistrado inglês, chegou a declarar que *"as máquinas têm tanto direito à proteção da Lei como qualquer outro tipo de Propriedade"*. E este apoio do

<sup>2</sup> "Os Trabalhadores" - Eric Hobsbawm, Paz e Terra, 1981.

Estado foi fundamental para o crescimento do empresário que buscava modernizar sua fábrica.

O acelerado desenvolvimento do capitalismo e as condições de vida existentes em toda a Europa tornam a vida do trabalhador cada vez mais difícil. As péssimas condições de saneamento, somando-se às terríveis condições de trabalho, produzem o empobrecimento geral da população e o aumento da mortalidade. Em seu trabalho "A Situação da Classe Operária na Inglaterra", Engels descreve com clareza esse sofrimento e a pobreza reinante.

Em 1798, Thomas Malthus, sacerdote e economista inglês, escreve seu "Ensaio sobre o princípio da população" onde critica a ajuda que o governo inglês dá aos mais pobres e escreve que "a produção de alimentos só aumenta em progressão aritmética, mas a população tende a crescer em progressão geométrica". De acordo com sua teoria, é nestes momentos que a natureza age (pestes, epidemias, etc.) repondo as coisas no lugar.

Malthus apela, em primeiro lugar, para a consciência das pessoas, afirmando que os homens só deveriam casar e ter filhos depois dos 35 anos e, ainda assim, se comprovassem haver criado condições econômicas suficientes para sustentar a família. Ele diz que o sexo (o apetite sexual) é irrefreável e provoca o desequilíbrio populacional.

Ao fim do trabalho, apresenta sua fantástica "fórmula" para evitar a catástrofe da humanidade: "é um perigo a melhoria na situação dos trabalhadores, porque seriam lançadas no mundo mais pessoas; aumentos salariais só beneficiariam os operários por muito pouco tempo, pois logo passariam a gerar filhos e tudo voltaria a ser como antes".

Ainda na primeira metade do século XVIII, os operários ingleses organizam as primeiras associações profissionais para lutar por melhores salários (a associação dos alfaiates de Londres data de 1720). Mas a decretação da *Combination Laws*, em 1799, torna ilegal a existência dessas associações ou outras organizações dos trabalhadores.

Impedidos de se organizarem em associações profissionais, os trabalhadores ingleses passam a criar "mutuais" e, pouco depois, as sociedades secretas que acabam originando o luddismo.

Nos primeiros anos do século XIX toma força o movimento dos quebradores de máquinas e, em 1812, o Parlamento aprova a lei condenando à morte quem destruísse um equipamento. Em 1834 é criado o *Grand National Consolidated Trade Union* (Grande Sindicato Nacional Consolidado), do qual participa Robert Owen. Mas, depois de algumas greves fracassadas, o *GNCTU* é muito reprimido e seus líderes processados e deportados para a Austrália.

Em 1837 explode o grande movimento dos trabalhadores ingleses, através do "cartismo", mas é só em 1871 (ano da Comuna de Paris) que o Parlamento vota a *Trade Union Act* (Lei Sindical) reconhecendo o direito de organização sindical. Quatro anos mais tarde, as idéias socialistas (marxistas) já representam uma força no movimento operário inglês. A Federação Socialista Democrática é criada

em 1881 e dela participam intelectuais como Bernard Shaw, H. G. Wells e Oscar Wild.

Os socialistas assumem a direção do *Trade Union Congress* e começam a participar da política. Em 1892, 16 operários são eleitos para a Câmara dos Comuns. Em 1906 é criado o *Labour Party* (Partido Trabalhista).

Devido à situação política da Alemanha, que até 1870 era uma Federação de vários ducados, reinos e principados independentes, não há muitos registros de movimentos operários no período. Ainda assim, os socialistas alemães participam ativamente da Primeira Internacional (1866) e de outros movimentos europeus, o que mostra o grau de organização que haviam alcançado.

Em 1848, ano que sacudiu a Europa com vários levantes populares e revoltas de trabalhadores, Stephan Born, um discípulo de Marx, tenta criar organizações operárias na Federação Alemã e funda a "Irmandade Geral dos Trabalhadores" que chega a reunir 250 sindicatos, mas só sobreviveu 6 anos. É na "Irmandade" que vai surgir um dos maiores líderes do movimento operário alemão: August Bebel. Junto com Guilherme Liebknecht (pai de Karl Liebknecht), Bebel funda, em 1869, o Partido Social-Democrata da Alemanha e escreve o livro "A mulher e o socialismo", um dos mais importantes livros de divulgação do marxismo na Europa.

Mas é só no final da Iª Guerra que surgem os primeiros sindicatos comunistas e é criada a União Alemã dos Trabalhadores Metalúrgicos. É também neste período que vão surgir as grandes lideranças da esquerda (Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht) com a Liga dos Espartaquistas.

A crise econômica de 1929 e a subida de Hitler ao poder desarticulam o movimento sindical alemão.

Por toda a Europa, durante os séculos XVII e XVIII, surgiam lutas e organizações operárias. As formas de organização do movimento operário, assim como as ideologias, foram muitas e, em alguns casos, conflitantes. Como veremos em nosso curso, algumas dessas ideologias marcaram fortemente o movimento sindical brasileiro e uma breve síntese dessas correntes poderia nos ajudar muito no trabalho.

### **Blanquismo:**

Corrente que defendia a ditadura de uma minoria revolucionária, que chegaria ao poder por meio de conspirações, e que dirigiu uma boa quantidade de revoltas armadas na Europa. Augusto Blanqui ("o velho" ou "o encarcerado"), líder revolucionário francês e seu principal idealizador, passou 36 dos 76 anos de sua vida na prisão.

### **Socialismo:**

Seu principal líder e defensor foi Louis Blanc (1811-1882), historiador francês. Seu pensamento se baseava nos antigos utópicos (Fourier, Saint-Simon, etc...) e sua doutrina pode ser resumida em uma defesa da organização do trabalho. Defendia que as concorrências na sociedade seriam eliminadas através da organização de cooperativas de pro-

dução, mantidas pelo Estado. Sua posição era de conciliação com a burguesia.

### **Owenismo:**

Baseado na doutrina de Robert Owen (1771-1858). Principal representante do socialismo-utópico inglês que desenvolveu um programa de reformas, conservando-se como um sonhador pacífico, anti-revolucionário. Pregava a comunidade dos bens em seu livro "Novas Observações Sobre a Sociedade". Era proprietário de uma fábrica, onde aplicou seus princípios socialistas. A empresa faliu...

### **Cartismo:**

Teve por origem um grande movimento de massas ocorrido na Inglaterra entre 1838 e 1848, para que o Parlamento aprovasse uma reforma eleitoral. O programa do movimento estava resumido em uma Carta, contendo 6 pontos de luta, e essa é a origem do nome.

### **Trade-Unionismo:**

Movimento surgido a partir do Cartismo e que se voltava unicamente para as conquistas econômicas dos trabalhadores ingleses. As Trade Unions tornam-se os grandes sindicatos da Inglaterra e, em 1869, fundam a Labour Representation League para eleger representantes liberais ao Parlamento (é a origem do Labour Party - Partido Trabalhista - em 1906).

### **Mutualismo/Cooperativismo:**

Tem por origem as teorias de um francês chamado Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Defendia a criação de Fundos de Apoio Mútuo e Organizações de Crédito pelos trabalhadores e pregava que o socialismo se realizaria a partir de uma divisão igualitária dos bens, sem a necessidade de abolir a propriedade privada dos meios de produção. Era contra a participação dos trabalhadores nas lutas políticas e até mesmo contra greves. Em parte, foi o inspirador das teorias anarquistas de Bakunin.

O confronto de idéias entre Proudhon e Marx é célebre. Proudhon, em suas obras, lançara fórmulas que pensava serem definitivas: "O socialismo não é nada, nunca foi nada e nunca será nada." e "É impossível que as greves seguidas de aumentos de salários não resultem numa carestia geral: isto é tão verdadeiro como dois mais dois são quatro." Marx respondeu de forma objetiva: "Negamos todas estas assertivas, exceto que dois mais dois são quatro."

### **Anarquismo:**

Sua origem, além de Proudhon, está nas idéias defendidas por Mikhail Bakunin e Piotr Kropótkin. O socialismo, para eles, só seria possível com a abolição de todas as normas coercitivas, a rejeição de toda autoridade estatal, administrativa ou religiosa e pela liberdade das iniciativas individuais. Bakunin (1814-1876) - participou ativamente na revolução de 1848/49 na Alemanha e foi membro da I Internacional onde desenvolveu atividade contra Marx e Engels. Foi expulso em 1872; Kropótkin (1842-1921) - príncipe e um dos mais destacados líderes do anarquismo. Combateu a doutrina de Marx sobre a Luta de Classes. Durante a primeira guerra adotou

posição chauvinista e, mais tarde, reconheceu o papel da Revolução Socialista de 1917 pedindo aos operários que impedissem a intervenção militar contra a Rússia Soviética.

### **Liga dos Comunistas:**

Em junho de 1847, em Londres, sob a direção de Marx e Engels era criada a primeira organização internacional comunista. A formação da *Liga dos Comunistas* foi uma consequência da reunificação da Liga dos Justos (pequena associação secreta de operários alemães que havia sido criada na década de 1830).

Para a formação da *Liga dos Comunistas*, Marx e Engels foram encarregados de redigir um documento original - princípios e organização da *Liga* - e também um documento com o programa. Surgiu dessa maneira o *Manifesto do Partido Comunista*, publicado pela primeira vez em fevereiro de 1848.

A era das agitações republicanas e socialistas inicia-se a partir de 1847 em função do problema que a introdução da máquina trouxe ao artesanato, contribuindo para o desemprego e redução dos salários. Marx, ao publicar o *Manifesto Comunista*, alerta os povos contra a exploração capitalista. A *Revolução Socialista de Paris* espalhou-se pela Prússia; em Berlim, a luta foi contra o domínio Junker e nas comunas renanas exigiu-se um Parlamento; na capital, o povo ergueu barricadas contra o exército e o Rei prometeu uma Constituição elaborada pela Assembleia de Deputados, eleita por voto universal (21/03), porém, em dezembro, dissolveu a Assembleia e restaurou o absolutismo.

A *Liga dos Comunistas* existiu até novembro de 1852 e foi a precursora da *Associação Internacional dos Trabalhadores* que ficou conhecida como a *Iª Internacional*.

### **Associação Internacional dos Trabalhadores:**

Conhecida como a *Iª Internacional*, reunia a maioria das correntes do movimento operário da época e tinha como lema que "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores". Fundada em 1864, resumia sua principal tarefa em aconselhar e buscar a unidade de ação entre as diversas correntes do movimento. A tarefa de escrever um programa que costurasse essa unidade coube a K. Marx (que estava exilado em Londres). A principal polêmica no interior da Internacional era sobre a validade ou não da luta política (proudhonistas e anarquistas eram contrários) defendida pelos marxistas e que obteve vitória em vários congressos.

Em 1874, a AIT é transferida de Londres para Nova Iorque e dissolvida em 1876.

### **Segunda Internacional:**

A classe operária alemã vai substituir a francesa, na liderança do movimento europeu, após o massacre da Comuna de Paris. Em todos os países da Europa surgem partidos e sindicatos nacionais que vão reforçar o movimento operário.

Durante as comemorações do Centenário da Revolução Francesa, são convocados dois Congres-

so tentando criar uma nova Internacional. Duas correntes principais disputam a direção do movimento:

a) a corrente de Eduard Bernstein (1850-1932), que defendia a total revisão do marxismo para adaptá-lo à nova realidade e alcançar reformas sociais. Sua palavra de ordem é: *o movimento é tudo, o objetivo final, nada*. Rejeitava a luta pelo socialismo. A principal publicação dos defensores de Bernstein era a revista *Robótcheie Dielo* (Causa Operária) que defendia o economicismo;

b) a corrente Marxista-Revolucionária, sob a liderança de V. I. Lenin (1870-1924), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Plekanov (1856-1918) que defendiam a renovação dentro do marxismo, tendo um caráter revolucionário. Este grupo defendia a unidade dos trabalhadores para fazer frente ao fantasma da Guerra que se aproximava. Lenin adverte para os avanços do Imperialismo e para os prejuízos que a Guerra traria ao movimento operário.

Ao iniciar a Primeira Grande Guerra, a maioria das lideranças da época prefere apoiar as burguesias nacionais, recusando a palavra de ordem de Lenin de levar o movimento a transformar a guerra imperialista em uma guerra civil que mudasse a sociedade da Europa. A II Internacional é desfeita em agosto de 1914.

No Congresso que criou a II Internacional (1889), duas resoluções foram apresentadas pelos marxistas e aprovadas no plenário: que em todos os países, em todas as cidades, os trabalhadores lutem pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias e consagrar o 1º de maio de cada ano a esta luta (em memória do ocorrido no 1º de maio de 1886, em Chicago).

A repressão ao movimento operário europeu, por mais de três séculos, foi muito grande e, em muitos casos, fazia com que a diferença entre as diversas correntes não fossem muito nítidas. Tornou-se um pouco difícil para o historiador distinguir as organizações apenas sindicais das organizações políticas (lutas econômicas x lutas políticas). No caso do movimento sindical brasileiro essas diferenças também estarão presentes e, em alguns momentos, confundem-se.

## I - Forjando as primeiras lutas

(de 1500 a 1888)

Logo depois do descobrimento, nos primeiros 30 anos de nossa história, Portugal não dava muita atenção ao Brasil, não tinha interesse nas novas terras descobertas e a população nativa seguiu, mais ou menos, vivendo sua vida de comunismo primitivo. As tentativas de escravizar o índio eram recebidas com uma resistência que, na maioria das vezes, se resumia a fugas para o interior.

As razões para o abandono inicial da colônia são fáceis de entender: o processo de esgotamento por que passava a Europa com um comércio quase exclusivamente baseado nas rotas terrestres, o domínio dos árabes sobre os portos do Mediterrâneo que impedia o tráfego das especiarias e os novos inte-

resses mercantis baseados em uma nova visão do que constituía "riqueza" de uma nação levaram às grandes Associações Comerciais que financiaram o fenômeno das navegações e, conseqüentemente, dos descobrimentos. Mas Portugal havia contraído enormes dívidas nessas associações e precisava de dinheiro rápido. Neste primeiro período resolve procurar o comércio com as Índias, em busca de mercadorias que dessem retorno mais rápido aos investimentos. Envia ao Brasil algumas expedições de caráter explorador (tentando encontrar ouro) ou punitivo (para impedir que outras nações ocupassem o território).

Um único produto passou a ter interesse para os portugueses nestes primeiros anos: tratava-se da *caesalpinia echinata*, árvore de cujo tronco podia-se extrair uma tintura utilizada como corante e conhecida como Pau-Brasil.

É a partir de 1530/1534, quando a concorrência comercial com outros países europeus (Holanda, França, Inglaterra) endurece, que Portugal começa a se preocupar com a Colônia e inicia sua ocupação. A morte de D. Manuel (1521) enfraquece o reino português e começa a desfazer-se o monopólio comercial que sustentava a Coroa.

Entre os primeiros grupos que aqui chegaram, além dos condenados, estavam os judeus que haviam se convertido ao cristianismo e procuravam fugir da inquisição.

Sobre os condenados ou degredados que para cá foram mandados é importante observarmos: a) é discutível o caráter de "criminosos", como chamam alguns historiadores. A legislação portuguesa relacionava cerca de 200 infrações comuns punidas com o degredo. Afinal, D. Manuel precisava de homens para equipar e manter suas caravelas e os serviços que o comércio exigia; b) os degredados que aqui chegavam adotaram os costumes indígenas, casavam-se com muitas índias (deixando os europeus com inveja) e fizeram uma vasta descendência.

A cana-de-açúcar passa a ser o principal interesse de Portugal. É o início do período conhecido como da monocultura, com utilização de técnicas primitivas e que levam ao rápido esgotamento do solo. O latifúndio escravista concentra-se no nordeste, graças à qualidade da terra, ao clima, facilidade de obtenção de lenha e a proximidade da Europa (para onde era exportado o açúcar). A cana-de-açúcar reinou na economia brasileira entre 1570 e 1650. No final do séc. XVII existiam 528 engenhos no Brasil.

Como se formou, então, a estrutura de classes na Colônia? Vamos utilizar o que descreve o Caderno 3 do Instituto Cajamar, "Introdução à História do Brasil".

*"Da Bahia a Pernambuco concentram-se os engenhos. Os senhores de escravos de maiores posses os instalam nas melhores terras da costa. Os demais, sem recursos para a instalação de engenhos, mas proprietários de escravos, utilizam os engenhos em troca de parte do açúcar produzido.*

*Agregada ao latifúndio, uma classe de homens livres pobres produz bens de consumo, permitindo aos escravos se concentrarem na atividade mercan-*

til. Ela vai se tornando cada vez mais numerosa e vai substituindo o escravo com a decadência da produção canavieira. Apesar de uma certa hostilidade aos proprietários escravistas, pela exploração a que são submetidos, é entre estes agregados que os latifundiários vão recrutar os elementos encarregados de reprimir os escravos ou para servir de jagunços nos conflitos entre setores da classe dominante.

O sertão nordestino, imprestável para a produção açucareira, vai ser refúgio de escravos, mestiços e homens livres pobres. Alguns chegam a tornar-se proprietários de enormes latifúndios de criação extensiva de gado. Outros tornam-se vaqueiros. A maioria transforma-se em sitiantes produtores de bens de consumo, farinha, milho, fava, feijão, contribuindo com os agregados da Zona da Mata para o abastecimento de gêneros alimentícios do engenho.

Até então, as relações entre moradores e proprietários não passavam pelo assalariamento. Eram relações pré-capitalistas. A existência de certas relações como o cambão (pagamento da renda da terra em dias de trabalho), por exemplo, levou alguns historiadores a confundir-las com relações feudais.

Quando surgem as usinas (fábricas rurais movidas por máquinas a vapor que vão substituir o engenho no fabrico do açúcar) depois de 1880, os proprietários estendem seus canaviais pelos antigos sítios de moradores, tirando-lhes as terras para produzir. Começa a se impor o trabalho assalariado.

No sertão, ainda hoje, a pequena propriedade camponesa constitui-se em importante fornecedora de mão-de-obra assalariada para as cidades. As relações capitalistas costumam a penetrar nesta região.

As cidades, pequenas e litorâneas até o século XVIII (quando a exploração aurífera estende a urbanização para o interior), surgem em torno das atividades de importação e exportação e como centros administrativos. O comércio externo e interno é dominado por comerciantes portugueses.

Mesmo nas cidades, os escravos são a base do trabalho. O trabalho, aviltado pela escravidão, é mal visto pelo homem livre. O número de escravos continua a medir a riqueza de seu proprietário. O dinamismo da vida urbana, no entanto, cria uma ampla camada intermediária constituída por funcionários da Coroa, militares, artesãos (escravos, ex-escravos e homens livres) e uma massa de homens livres pobres."

O final do século XVII marca uma nova etapa na economia da Colônia. A ocupação que havia se limitado ao litoral começa sua marcha para o interior após a descoberta do ouro e de pedras preciosas na região de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Vale lembrar que só em outubro de 1750 é assinado o Tratado de Madri que acaba com os limites impostos pelo de Tordesilhas. A terra é de quem a ocupa (*utis possidetis*) e o Brasil começa a tomar a sua atual configuração. A exploração de diamantes inicia-se em 1729 e no final do século XVIII novas culturas são introduzidas: algodão (Maranhão e Pernambuco), tabaco (Bahia e Alagoas), cacau (extrativa no Pará e no Rio Negro e plantado na Bahia e no Mara-

nhão) e café (iniciou no Pará e foi trazido para o Rio- Vale do Paraíba).

O sistema colonial começa a viver sua crise que culminaria com o processo de Independência. O final do século XVIII, além de marcar o esgotamento da mineração, coincide com importantes mudanças que se passam na Europa. O início da Revolução Industrial e da produção manufatureira inglesa vão permitir a acumulação de capital que levaria ao capitalismo e a América tem um importante papel neste processo servindo como fonte de riquezas (saques e espoliação). O comércio de escravos, que havia enriquecido cidades britânicas como Manchester, deixou de ser interessante para o novo sistema que nascia. O homem livre era um consumidor em potencial e, principalmente, o dinheiro gasto pelos senhores com a compra de escravos poderia ser canalizado para a compra de mercadorias inglesas.

O fim do escravismo tinha outro interesse para a Europa. A necessidade que a América passaria a ter de importar mão-de-obra atenuaria a crise social européia (o início do capitalismo havia proletariado milhares de camponeses e artesãos) e ampliaria o mercado consumidor de seus produtos no Novo Continente. Para a economia inglesa era importante romper os pactos coloniais e a divulgação de ideais de Livre Comércio já era uma das grandes propagandas.

No Brasil, o trabalho continuava baseado na mão-de-obra escrava e, até 1888, não podemos dizer que existiu uma Classe Operária. Mas podemos lembrar várias lutas de resistência durante o período, partindo de vários setores da sociedade da época e já demonstrando algumas das contradições dentro da classe dominante.

Algumas destas lutas são específicas, como as dos índios e dos negros, outras são chamadas *Revoltas Nativistas*. Nestas *Revoltas* vamos encontrar, em vários momentos, participação de índios, escravos fugidos, escravos libertos, trabalhadores e toda sorte de pessoas do povo pobre que se rebelava também. É curioso notar como, na maioria das vezes, foram usados por setores da classe dominante para servir a seus interesses e depois descartados.

Para lembrar algumas:

- *Confederação dos Tamoios* (1555 / 1567);
- *República Cristã dos Guaranis* (1610 / 1756);
- *Confederação dos Cariris* (1683 / 1724);
- *Quilombo dos Palmares* (1600 / 1694);
- *Insurreição Pernambucana* (1645 / 1654);
- *Revolta dos Beckmans* (1684 / 1685);
- *Guerra dos Mascates* (1709 / 1715);
- *Guerra dos Emboabas* (1707 / 1709);
- *Conjuração Mineira* (1789);
- *Revolta dos Alfaiates* (1798);
- *República Nordestina* (1817);

- *Confederação do Equador (1824);*
- *Cabanagem e Balaiada (1833 / 1839);*
- *Revolução Farroupilha (1835 / 1845);*
- *Revolta do Malês (1835);*
- *Revolta Praieira (1848 / 1850);*
- *Canudos (1893 / 1897).*

Todas essas lutas, como já vimos, não eram ainda lutas operárias pela própria inexistência de tal classe que só começaria a aparecer, com alguma significação, depois da Independência (1822) e, mesmo assim, limitada aos grandes centros urbanos. Mas vamos encontrar vários movimentos importantes que partiam de grupos de profissionais e artesãos, de escravos, de índios e outros que vão colocando uma experiência a mais na construção de uma luta que ainda estava por vir.

#### Principais Movimentos:

1719- Chico Rei funda, em Vila Rica (MG), o *Reinado do Rosário*. Após conseguir comprar sua alforria, Chico Rei adquire uma mina de ouro cuja exploração serviria para libertar outros negros;

1720- Rebelião chefiada por Felipe dos Santos, contra lei da Coroa instituindo novos impostos, acabou incluindo reivindicações de aumentos salariais e melhor tratamento para os escravos;

1720- João Figueira, em Ilhéus (Bahia), funda a *Agremiação dos Peixeiros*;

1737- Em Minas Gerais, é deflagrada uma revolta pela diminuição da jornada de trabalho e em protesto contra a discriminação racial;

1740- No Ceará, a Câmara de Icó permite e reconhece os *Grupos de Alfaiates e Sapateiros*, que passam a ter salários tabelados;

1761- É grande o número de alvarás e leis a favor da liberdade do índio, do negro e do mestiço (trabalhadores conhecidos na época);

1791- *Greve dos trabalhadores das oficinas das Casas de Armas do Rio de Janeiro (é a primeira greve operária no Brasil)*;

1798- Em Salvador (Bahia), militares de baixa patente, artesãos, negros escravos e mulatos forros unem-se na *Conspiração dos Alfaiates*. Cipriano José Barata de Almeida e João de Deus Nascimento assinam o *Estatuto do Trabalhador*;

1815- Em Recife (PE), ocorre a *Greve dos pescadores*;

1835- É fundado, no Rio de Janeiro, o jornal *Anarquista Fluminense*;

1836- Criada, em Pernambuco, a *Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais* (foi fundada por 10 carpinteiros, com objetivo de criarem uma caixa de ajuda mútua, mas só começou a funcionar em 1841). Seus estatutos só puderam ser aprovados em 1882, 46 anos depois da fundação. Nestes estatutos estava prevista a ajuda especial para os companheiros que fossem presos;

1845- Fundado, em Niterói, o jornal *Socialista*;

1847- Surge, em Pernambuco, o jornal *O Proletário*;

1847 a 1848- É publicada, em Pernambuco, a revista *O Progresso*; 1850- Surge, no Rio de Janeiro, *O Periódico dos Pobres*;

1853- Publicado, em Pernambuco, *O Brado da Miséria*;

1853- Criada a Sociedade Beneficente dos Caixeiros;

1858- A primeira *Greve dos tipógrafos*, dirigida pela *Imperial Associação Tipográfica Fluminense*, que foi uma greve por aumento salarial, dirigida por uma Associação de Classe e vitoriosa;

1860- Publicado, em Belém do Pará, *A Voz do Povo*;

1863- Acontece a primeira *Greve dos ferroviários*, no Rio de Janeiro;

1864- Surge, em São Paulo, o jornal *O Operário*;

1866- *Greve dos comerciários e caixeiros do Rio pelo fim do trabalho noturno e aos domingos*;

1870- *A Associação dos Tipógrafos de Maceió publica O Século XIX*; 1870- Surge, em São Paulo, *O Trabalho*;

1870- Surge a *Liga Operária*; 1873- É fundada, no Rio de Janeiro, a *Associação de Auxílio Mútuo dos empregados da Tipografia Nacional*;

1877- *Greve dos carregadores de Santos (SP)*. A greve foi vitoriosa (por melhores condições de trabalho) e, ao final, foi fundada a *Sociedade União Operária*;

1877- Publicado, no Rio de Janeiro, *A Revolução Social*;

1878- Uma greve de trabalhadores, seguida de revolta popular, no Amazonas, terminou com a morte de um empresário;

1880- Surge a *União Operária*. Criada pelos operários do Arsenal de Marinha da Corte, não era mais uma "associação beneficente";

1881- No Ceará, os jangadeiros chefiados por Francisco José do Nascimento - *Dragão do Mar* - entram em greve porque se recusavam a transportar escravos em suas jangadas. O Ceará foi o primeiro estado a acabar com a escravidão, sete anos antes da Lei Áurea, e esta é uma vitória *única e exclusivamente* devida aos jangadeiros;

1886- *Greve dos caixeiros*, em Alagoas, protestando contra os trabalhos noturnos e aos domingos;

1886- Mesmo não se tratando de uma *Greve* ocorrida no Brasil, não podemos passar em branco para essa data. Em 1º de Maio de 1886, acontece a concentração de operários na praça pública da cidade de Chicago (EUA), como parte das lutas pela jornada de 8 horas diárias. Conhecemos a história que termina com a condenação de seis operários à morte e que se tornou o Dia de Luta dos trabalhadores do mundo inteiro;



1887- Em Alagoas, surge o jornal dos caixeiros - *O Lutador*.

A partir de 1850, com a imposição dos ingleses em terminar o tráfico negreiro, a classe dominante vive uma crise de mão-de-obra. As oligarquias do Rio, Minas e São Paulo passam a importar escravos do nordeste, onde a economia já estava em decadência. Em 1872, a área cafeeira reunia 66% de todos os escravos no Brasil. Outro problema para os proprietários locais era a existência de uma população de homens livres que não aceitavam vender sua força de trabalho e consideravam que ainda havia condições de viver de maneira autônoma. Um Congresso de proprietários, em 1878, realizou-se em São Paulo para recomendar "*uma boa lei de locação de serviços*" para obrigar o trabalhador nacional "*indolente*" e "*perdido por essas matas*" ou aos "*vadios*" das cidades a aceitarem trabalhar nas plantações. A proposta dos proprietários era muito parecida com a Lei Contra a Vadiagem criada pelo governo inglês para impedir a itinerância dos trabalhadores. Em fins de 1878, foi aprovada uma lei regulamentando as relações de trabalho para os nacionais, libertos ou estrangeiros: fixava uma vigência mínima de 6 anos para os nacionais e 5 anos para os estrangeiros, além de conter disposições antigreve. Mas a industrialização, mesmo que muito básica, já chegava ao Brasil e começava a mudar as relações de produção e de trabalho.

*Algumas Características do Período:* apesar dos vários exemplos de lutas, com um grau já acentuado de organização em alguns casos, este período não pode ainda ser chamado de *sindical*. Já traz o embrião, a semente do que estava por nascer, já era um reflexo da situação de miséria e exploração econômica do capitalismo, mas ainda estava em um período anterior ao *sindical*. As organizações de trabalhadores ainda se limitavam a encontrar remédios para a situação de miséria e eram "*sociedades mutualistas*".

O que são "*Sociedades Mutualistas*"? Eram sociedades mantidas por um fundo do próprio trabalhador e que criavam uma *caixinha*, uma espécie de poupança para socorrer os sócios em casos de doenças, velhice ou morte. Tinham um papel assistencialista e, com raras exceções, não questionavam o sistema.

Um exemplo dessas associações era a *Sociedade de Socorro Mútuo*. De um modo geral, propunham-se a realizar programas assistenciais que incluíam serviços médicos, farmacêuticos e auxílio em caso de enfermidades, desemprego, invalidez ou funeral.

As primeiras "*Mutuais*" datam de 1872/73, formadas por membros da colônia alemã, artífices gráficos e assalariados de diversas categorias profissionais. Nem todas especificavam em seu título restrições quanto à origem, categoria social ou credo religioso para a admissão em seus quadros. Sabe-se que de algumas, participaram assalariados de diversas profissões. Entre 1872 e 1929, conhecemos a existência de 25 *mutuais* constituídas de trabalhadores de diversas categorias e, até, emprego público.

Uma única tentativa de articulação entre elas foi realizada, em 1899. Reuniram-se em São Paulo para criar uma Federação das Sociedades de Socorro Mútuo, mas foi uma tentativa frustrada.

Afinal, quem eram estes trabalhadores?

Eram principalmente: 1. os portugueses pobres, que vinham tentar a vida aqui, ou os descendentes dos "degradados"; 2. os mestiços livres, filhos ou descendentes de brancos e índios, ou de brancos e escravas negras, que não eram escravos, mas também não possuíam nada; 3. antigos escravos, libertados ou fugidos; 4. antigos pequenos proprietários de terras, ou antigos artesãos, que tinham perdido seus meios de produção; 5. outros imigrantes europeus, pobres, que foram trazidos primeiro para as fazendas de café, como assalariados, para substituir o braço escravo que estava em falta desde 1850.

## II - O Início de grandes mudanças

(De 1889 a 1919)

A Lei Áurea, a Proclamação da República e o avanço industrial que se iniciava exigiam uma reestruturação das classes sociais no Brasil. As lutas para a conquista de espaço junto ao poder exigiam grandes negociações por parte da classe dominante. Os senhores de terra mantinham o poder econômico (agora eram os plantadores de café de São Paulo e os latifundiários de Minas Gerais que ocupavam o lugar dos antigos proprietários nordestinos) e, conseqüentemente, tinham mais condições de influir na vida política. Mas esse crescimento econômico veio acompanhado de uma forte inflação e alta do custo de vida. As *aventuras* financeiras de Rui Barbosa causaram grandes problemas para a República que nascia. Sua política, conhecida como *encilhamento*, foi uma reforma financeira que permitia grandes emissões de moeda e que gerou muita especulação por parte de *aventureiros* que desejavam enriquecer rapidamente. É grande o número de empresas *fantasmas* e de falências e concordatas.

A Abolição e o crescimento da imigração criam as relações salariais e, em conseqüência, o crescimento do mercado interno que, com as alterações já citadas e o desenvolvimento dos transportes, vão criar as condições para o desenvolvimento industrial. Ainda assim, a produção agrícola continua sendo bem superior.

A mão-de-obra já não era escrava. Os fazendeiros já não conseguiam segurar os trabalhadores em suas terras e o governo iniciou um programa de incentivo à imigração. A partir de 1889, os imigrantes europeus chegam para ocupar o espaço dos antigos escravos, mas não se sujeitavam às mesmas condições de vida e de trabalho. Nas cidades, a classe operária começa a crescer e aparecer, principalmente com a chegada de trabalhadores europeus. Alguns capitalistas internacionais também vinham investir aqui o seu dinheiro, para aproveitar a matéria prima abundante.

Começam a chegar as primeiras empresas estrangeiras. O capital inglês, em maior quantidade, e

o norte-americano começam a investir no Brasil. Associam-se à burguesia latifundiária e acabam controlando setores como transporte (ferrovias e portos), firmas de exportação/importação e a produção e distribuição de energia elétrica (Light paulista e carioca). Atuam, ainda, em outras áreas da economia, como cita Caio Prado Júnior em *História Econômica do Brasil*: em 1863, já havia se instalado o *London & Brazilian Bank*. Mais tarde, criado em Londres e com capital inglês, é fundado aqui o *Banco Brasileiro e Português*; em 1911, com objetivo de controlar a reserva de minério de ferro, forma-se a *Itabira Iron Ore Co.* (controlada pela Rothschild Baring Bros. e pela E. Sassel); em 1913, instala-se no Rio de Janeiro a Pullman Standard Car Export Corporation com oficina de montagem de material ferroviário; no mesmo período, chegam os frigoríficos. Visam aproveitar a matéria prima abundante para exportar para a Europa (não tinham produção para o mercado interno): Wilson & Company, Armour, Swift, Continental e Anglo.

O crescimento industrial é "puxado" pelo setor "leve" como alimentos e têxtil. Em 1907, a indústria têxtil e de alimentos representam 43,7% da produção industrial brasileira; em 1920, esta taxa sobe para 50,1%. Apenas 4,7% das indústrias são mecânicas ou metalúrgicas, em 1920, e a indústria de bens de capital é quase inexistente.

Alguns números podem nos ajudar a entender a economia da época e a situação em que se debatia o operariado:

<b>Ano</b>	<b>Nº indústrias</b>	<b>Nº operários</b>
1889	600	54.169
1895	1.025	não encontrado
1900	não encontrado	55.000
1907	3.258	150.800
1920	13.336	275.000

*População brasileira (fonte: IBGE)*

31/dez/1900 - 17.438.434

01/set/1920 - 30.635.605

### **III - A Organização operária** (1889 a 1905)

Logo os operários foram entendendo que as antigas formas de resistência, cada um por si ou com *caixinhas* para assistencialismos, já não eram solução. Os trabalhadores europeus que chegavam tinham uma mentalidade mais desenvolvida nas lutas, muitos já sabiam ler e escrever, alguns já haviam participado de outras lutas em seus países de origem e já conheciam, poucos, a jornada de 8 ou de 10 horas de trabalho. Era difícil aceitarem a exploração que aqui encontravam. A jornada de 12 horas (em alguns casos de 14 ou 15 horas) de trabalho, as condições sub-humanas das fábricas e os baixos salários levavam esses operários a denuncia-

rem o regime e buscarem formas de resistência e conquistar melhorias.

A consequência disso é que muitas idéias passam a ser espalhadas e discutidas entre os operários brasileiros. Surgem organizações operárias com caráter classista, com propostas de fazerem frente aos patrões e lutar por melhores salários e condições de trabalho, lutar pela redução da jornada de trabalho, pela proteção ao trabalho da mulher e do menor. Essas organizações iam tomando vários nomes: *Ligas, Associação, Centro da Classe Operária, União dos Operários, Grupo de Homens Livres, Sociedade Cultural dos operários, etc.* Todas voltadas para os mesmos objetivos de organizar passeatas, manifestações e greves, discutir os problemas dos trabalhadores, promover debates e comícios, organizar cursos, publicar jornais que informavam sobre novas conquistas dos operários e denunciavam a situação de trabalho no Brasil. Todas já eram um início, um bom esboço dos atuais sindicatos.

Como se estruturavam essas organizações? Que forma tinham?

Não era sempre igual. Em cada lugar ia surgindo uma forma diferente de organização:

a) os operários se uniam por profissão (mecânicos, carpinteiros, etc. de uma mesma cidade): eram os *sindicatos por ofício*;

b) os operários se unificavam pelo local de trabalho, mesmo que em profissões diferentes: eram os *sindicatos por fábricas*;

c) os operários se uniam por ramo de atividade em diversas fábricas de uma cidade: eram os *sindicatos por categoria ou ramo de produção*;

d) alguns operários se uniam por morarem em um mesmo bairro ou cidade, independente da profissão: eram os *sindicatos territoriais*;

e) em menor número, os operários se uniam pela nacionalidade (alemães, italianos, etc) e publicavam jornais em sua língua. Não duraram muito.

O mais importante, nesse período, é que os operários se organizavam livremente. Eram eles que elaboravam seus estatutos e aprovavam em assembleia, sem precisar de qualquer autorização do governo. E logo foram vendo que ainda era pouco para fazer frente aos patrões, muito mais organizados e contando com o apoio do governo, e começam a unir suas organizações e fundar federações e confederações.

Neste momento já existem grupos políticos interessados em fazer avançar o movimento e com diferentes visões. O mais destacado da época era o *Anarquismo*, de grande combatividade e muito ativo. Os *anarquistas* defendiam uma revolução social total, não apenas uma melhoria na vida dos trabalhadores. Eram contra o capitalismo, contra o Estado e contra a participação dos trabalhadores na luta política. Defendiam a criação de uma sociedade sem governos, sem leis, constituída por federações de trabalhadores que produzissem segundo suas capacidades e consumissem de acordo com suas necessidades. Defendiam uma *Ação Direta*, o enfrentamento com o patrão e o Estado. Eram contra a en-

trada dos trabalhadores na luta eleitoral dos partidos políticos, para eleger seus próprios representantes; achavam que, uma vez chegando ao governo, iriam se corromper e cuidar apenas de seus interesses pessoais, se acomodariam, ficariam esperando soluções dos políticos, perderiam a iniciativa e a força.

Sobre os *anarquistas*, devemos ainda ressaltar a grande importância que davam aos eventos culturais. Incentivavam o teatro e a literatura, promoviam leituras coletivas de livros e jornais, incentivavam os operários a escreverem suas experiências, etc.

O período foi marcado por várias lutas importantes e pelo surgimento de muitos jornais operários:

1890- um movimento de protesto encabeçado pelo *Centro das Classes Operárias* contra dois artigos do novo Código Penal que puniam os grevistas faz o governo recuar, parcialmente;

1890- em 12/06, os empregados das estradas de ferro gerais da República conquistam o direito de aposentadoria;

1891- fundado, em São Paulo, o jornal *O Operário*. Tinha como lema: "*Órgão defensor dos interesses da classe operária*". Saíram poucos números;

1891- *Greve dos ferroviários do RJ*, dura vários dias; 1891- *Greve dos caixeiros e comerciários do RJ*;

1891- outros jornais foram criados: *Direito do Povo/RJ*, *Diário do Povo/RJ*, *O primeiro de Maio/SP*;

1892- fundação do *Partido Operário* (sindicalista);

1892- trabalhadores alemães, no R. G. Sul, fundam a *União do Trabalho* (cidade de Rio Grande);

1892- com objetivo de criar um partido político do proletariado, de molde trabalhista ou social-democrata, realiza-se no RJ o I Congresso Socialista Brasileiro. O resultado da iniciativa foi praticamente nulo;

1894- em Santos, no 1º de Maio, o Centro Socialista realiza palestra e debate. Alguns autores consideram a primeira comemoração da data, no Brasil. Um jornal lança a idéia de se criar um partido socialista e, no mesmo ano, foi fundado no Rio de Janeiro o Partido Socialista Operário, de vida curta;

1894- em São Paulo, a polícia invade uma casa onde 9 operários italianos e alguns brasileiros planejavam a primeira comemoração do 1º de maio no Brasil;

1895- *Greve dos operários das oficinas da Central do Brasil*, no RJ;

1899- surge o jornal *O Proletário*, em São Paulo. Em matéria de capa, dizia: "*A miséria não nasce da maldade do capitalismo, mas da péssima organização da sociedade e da propriedade privada; por isso não pregamos o ódio às pessoas, nem à classe dos ricos, mas pregamos a urgente necessidade de*

*uma reforma social que estabeleça, em base humana, a propriedade coletiva.*";

1899- o jornal *O Protesto/RJ* tinha como epígrafe "A propriedade é um roubo" (Proudhon) e "A expropriação é uma necessidade" (Kropotkin). Em sua matéria afirmava: "*Somos anarco-comunistas, portanto, inimigos de todo o convencionalismo e organização social que não seja pela livre afinidade. Guerra aos governos e todas as suas leis*";

1900- *Greve dos estivadores do RJ*, por aumento salarial;

1900- *Greve dos sapateiros do RJ*, por aumento salarial;

1900- jornal *Tribuna Operária*, no RJ; 1900- em 25/09, fundado em São José do Rio Pardo (SP) o Clube Democrático Socialista Os Filhos do Trabalho. O manifesto do Clube para o 1º de maio de 1901 foi escrito pelo socialista Euclides da Cunha que dizia ser necessária "*a reabilitação do proletariado, pela exata distribuição da justiça, cuja fórmula suprema consiste em dar a cada um o que cada um merece, abolindo-se os privilégios quer de nascimento, quer de fortuna, quer de força.*";

1901- *Greve dos tecelões de São Paulo*, por atraso de pagamento (foi reprimida com muita violência);

1901- *A Lanterna*, em São Paulo. Violento jornal anticlerical redigido em português com uma coluna em italiano;

1901- criada, em São Paulo, a Liga Democrática e o Centro Socialista Enrico Ferri. Um manifesto de 1º de maio reivindicava: 1º. *Modificação dos artigos do Código Civil e Penal que prejudicavam a personalidade humana e jurídica do trabalhador.* 2º. *Reconhecimento da plena liberdade de reunião e de greve.* 3º. *Leis protetoras do trabalho das mulheres e das crianças.* 4º. *Fixação do máximo de horas de trabalho.* 5º. *Fixação do mínimo de salários.* 6º. *Criação de caixa-pensão para os velhos e para os incapazes de trabalhar;*

1901- *Greve dos chapeleiros de São Paulo*;

1902- *Greve dos tecelões do RJ*, por aumento de salário;

1902- criada a Federação Operária Cristã; 1902- Congresso do PSB, em São Paulo;

1903- *Greve dos tecelões*, no RJ, teve a participação de 25.000 trabalhadores e foi duramente reprimida pela polícia;

1903- *Greve dos estivadores do RJ*, mesmo com muita repressão, termina com aumento de salário e redução da jornada de trabalho;

1903- jornal *O Chapeleiro*, em São Paulo; 1903- o jornal *A Greve*, no Rio de Janeiro, publica as bases dos Estatutos da Federação das Associações de Classe, que estava sendo constituída;

1903- são fundadas; União dos Estivadores, União dos Foguistas, Federação das Associações de Classe (que se tornou Federação Operária Regional Brasileira);

1904- diante do crescimento do movimento operário, o governo faz aprovar a terrível *Lei Adolfo Gordo*, pela Câmara dos Deputados. A Lei proibia a formação de organizações operárias e movimentos grevistas. Veja alguns pontos da Lei; a polícia passa a ter poderes especiais no momento de reprimir greves, premiava os trabalhadores que delatassem movimentos de greve ou outros, criava a pena de expulsão para operários estrangeiros, criava pena de exílio (nos seringais do Acre ou outras regiões distantes) para os operários brasileiros, abolia a necessidade de processos na justiça para que os militantes operários fossem presos ou expulsos (bastava a palavra do patrão ou de um delator);

1904- mesmo com a *Lei Adolfo Gordo* em vigor, são fundadas entidades operárias em São Paulo, Santos, Campinas, Jundiá, Rio Claro, Rio de Janeiro, etc;

1904- são criados vários jornais: O Trabalhador Gráfico/SP, Miséria/SP, Kultur/RJ, O Libertador/RJ, O Libertário/RJ, A União Operária/RJ, O Proletário/RGS, Avante/Niterói;

1904- Greve dos marítimos, no RJ;

1904- o 1º de Maio é comemorado pela primeira vez no Brasil. Operários reúnem-se em um teatro de São Paulo, fazem discursos e distribuem jornais operários. No encontro, aprovam o envio de ajuda para o nordeste que vivia grande seca sem qualquer ajuda governamental. Na Declaração final do encontro, diziam "o 1º de Maio não poderia ser comemorado por aqueles que aspiram à socialização das terras, sem revolta, quando sabiam que no norte do Brasil milhares de pessoas morrem de fome."; 1905- Greve dos motorneiros e condutores de bonde, no Rio de Janeiro. A polícia invadiu o Centro dos Empregados em Ferrovias e houve muita violência;

1905- fundado o jornal *Anti-Clerical*, em São Paulo, de distribuição gratuita. Tinha as legendas: *Abaixo os cancos da Humanidade! Exterminem os parasitas indomáveis!*;

1905- outros jornais: Aurora/SP, Jornal do Operário/SP, A Terra Livre/SP, Novo Rumo/RJ, União Operária/Recife, La Battaglia/SP;

1905- Greve dos gráficos, em São Paulo, por aumento salarial; 1905- Greve dos ferroviários da Companhia Paulista, por aumento de salário, teve ampla solidariedade dos estudantes paulistas e foi reprimida com muita brutalidade;

1905- em Santos, acontece a primeira *Greve Geral*. A greve fracassou porque o presidente da Sociedade Internacional União Operária permitiu a utilização de fura-greves.

## IV - Organização do sindicalismo classista

(1906 a 1919)

Em 1906, organiza-se o Iº Congresso Operário. As várias organizações existentes conseguem romper a repressão da *Lei Adolfo Gordo* e reúnem-se para aprovar um plano de lutas. Ao final do Con-

gresso estava criada a Confederação Operária Brasileira - COB. Era uma nova etapa da luta que se apresentava para os trabalhadores.

Quais as principais resoluções do Congresso?

a) criação de uma Confederação Operária Brasileira;

b) fundação de um jornal "A Voz do Trabalhador";

c) organização dos operários em associações de resistência econômica, sem permitir a entrada nos sindicatos das lutas dos partidos políticos;

d) que a finalidade dos sindicatos era a resistência ao capitalismo e não de ser órgãos de assistência;

e) empregar todos os esforços para a fundação também de sindicatos femininos;

f) que os sindicatos não deveriam ter funcionários remunerados, isto é, militantes que ganhassem dinheiro para trabalhar pelo sindicato. Em caso de absoluta necessidade, deveriam ser aqueles que por doença ou acidente estivessem impossibilitados de trabalhar na fábrica;

g) que os sindicatos não tivessem diretorias, que agissem e decidissem por si. Apenas comissões administrativas;

h) que as sociedades de resistência, ou sindicatos, não deveriam admitir patrões, nem outra espécie de não- trabalhadores;

i) que não deveriam admitir mestres e contra-mestres;

j) concentrar esforço, em todo o país, na luta pela jornada de 8 horas diárias;

k) lutar contra o militarismo e as guerras;

l) fazer propaganda entre os operários para que não aceitassem trabalho por peça ou empreitada;

m) que as formas de luta deveriam ser as que dependessem apenas dos próprios operários;

n) que a luta pela redução da jornada era, indiretamente, a luta pelo aumento do salário.

*Nota:* As resoluções incluíram uma declaração aos operários agrícolas e o início de campanha para criação de sindicatos de trabalhadores nas fazendas.

No início do século, havia mais de 650 mil propriedades rurais no Brasil. Apenas 4% eram latifúndios de mais de 1.000 hectares, mas correspondiam a 60% de toda a terra existente

Quais as principais características da COB- Confederação Operária Brasileira?

a) Organização: participavam desde os grupos de fábricas até federações regionais, sem perderem sua autonomia.

b) Relação com a Estrutura Sindical: a COB e os sindicatos viviam totalmente fora das leis da época. O governo não reconhecia.

c) Tendências: a principal tendência era a *anarquista*, o sindicalismo revolucionário. Mas participa-

ram também grupos pelegos e organizações católicas.

Os militantes sindicais da época estavam percebendo o que acontecia na Europa e viam a situação piorar com a possibilidade da Guerra. Sabiam que a guerra era uma disputa de interesses capitalistas, que os patrões iam brigar e os trabalhadores pagariam caro por isso. Sentiam também uma certa desorganização do movimento diante do quadro de crise que já se estabelecia no país e por haver surgido, em 1912, uma Confederação Brasileira do Trabalho, dirigida por pelegos, que havia mantido algumas bandeiras da COB mas defendia a colaboração com o governo, a transformação dos sindicatos em órgãos assistenciais e a criação de um partido político.

O "Congresso" que fundou a tal "Confederação" foi organizado e dirigido pelo deputado Mário Hermes (filho do presidente Hermes da Fonseca) e foi chamado (ninguém sabe porque) de 4º Congresso Operário Nacional. Teve amplo apoio e divulgação da imprensa oficial, mas ficou conhecido como o *Congresso dos Pelegos*. Note-se que o tal Mário Hermes foi reeleito.

Diante de todo esse quadro, foi convocado, em 1913, o IIº Congresso da COB que reafirmou a linha sindical aprovada em 1906 e revigorou o movimento. Participaram 60 entidades, entre federações e sindicatos.

Em 1914, começa a I Guerra Mundial e os reflexos são imediatos. Todos os esforços da indústria na Europa estavam voltados para a guerra e os alimentos começavam a faltar. Os países europeus passam a comprar tudo o que o Brasil podia vender, pagando alto, e fazendo a alegria dos capitalistas brasileiros que queriam aproveitar a situação e passam a produzir o máximo possível, aumentando a jornada de trabalho. O alimento começa a faltar e o que sobrava era vendido mais caro. *Só o salário não aumentava...*

O movimento grevista toma novo fôlego, com grandes mobilizações e algumas greves gerais (como a de São Paulo, em 1917). Uma outra notícia importante sacode os trabalhadores brasileiros em 1917: *A Revolução Russa havia levado os operários ao poder.*

A classe operária brasileira não tinha conseguido muitas vitórias mas tinha dado demonstração de força e aumentado seu grau de organização com as experiências anteriores. Em 1918, terminada a guerra o meio sindical brasileiro começa a conviver com uma nova corrente política de esquerda que ainda tinha pouca influência no movimento operário da época: eram os *comunistas*.

#### Algumas lutas importantes do período:

1906- criada a Associação de Resistência dos Cocheiros que organizou uma *Greve* na Capital da República e foi violentamente reprimida pela polícia;

1906- Iº Congresso Operário e criação da Confederação Operária Brasileira;

1906- o 1º de maio foi comemorado em várias cidades. Em São Paulo, o Sindicato dos Gráficos

uniu-se a outros sindicatos para realizar apresentações teatrais, em vários teatros da cidade. No Rio de Janeiro houve comemoração em praça pública. Em Santos houve comemoração, mesmo com uma violenta repressão enviada pelo governo (navios de guerra ancoraram no porto para intimidar). Em Campinas, surgiu o primeiro número do jornal *A Voz Operária*;

1906- *Greve dos ferroviários paulistas*; 1906- primeira *Greve Geral* em Porto Alegre. Foi iniciada pelos marmoristas, que lançaram um manifesto conclamando todos à paralisação pelas 8 horas de trabalho. Aderiram: pedreiros, têxteis, carpinteiros, pintores, alfaiates, carroceiros, correeiros, marceneiros, etc... Conseguiram a redução para 9 horas;

1907- em 03/01, o governo faz sua primeira investida contra as organizações livres e assina o decreto 1.637, regulando a criação dos sindicatos e sociedades cooperativas;

1907- após uma *Greve* comandada pela União dos Trabalhadores em Pedreiras (de São Paulo), e com forte repressão, os pedreiros tornaram-se a *primeira categoria no Brasil a conquistar as 8 horas de trabalho!*;

1907- *Greve dos ferroviários da Bahia*;

1907- funda-se a Liga Operária de Campinas, a Liga Operária em Salto (Itu), o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e o Sindicato dos Sapateiros, em São Paulo;

1907- *Greve dos metalúrgicos da Fábrica de Pregos Ipiranga*. A jornada de trabalho era de onze horas e meia (com meia hora para almoço) e conseguem reduzir para nove horas (com uma para almoço). Fato importante: expulsão dos furadores de greve e readmissão dos grevistas demitidos fizeram parte do acordo;

1907- o 1º de maio marca a luta pela jornada de 8 horas;

1907- *Greve Geral*, em São Paulo, pela jornada de 8 horas diárias. A greve começou com os operários das indústrias Matarazzo e foi crescendo. Pararam: produtos alimentícios, construção civil, utensílios domésticos, marmoristas, cerâmicos, curtumes, funilarias, vidrarias, lavanderias, sapateiros, cigarreiros, marceneiros, relojoeiros, ourives, empregados de limpeza pública, jardineiros, etc... A 15 de julho, com todas as categorias conseguindo vitórias, a greve acabou;

1907- no Rio de Janeiro, *Greve dos carvoeiros* (duas), dos pintores e eletricitas do Teatro Municipal;

1907- em Pau Grande, RJ, *Greve* vitoriosa dos têxteis;

1907- são inúmeras *Greves*, principalmente pela redução da jornada de trabalho e por aumentos salariais;

1908- IIº Congresso Operário Estadual de São Paulo, reafirma as linhas do Congresso Nacional;

1908- várias *Greves* ocorrem no Brasil. A mais famosa, pela repressão sofrida, foi a dos trabalhadores das Docas de Santos;

1908- a Greve dos ferroviários da Great Western, de Pernambuco, recebe ampla solidariedade e atinge outras categorias;

1908- os 800 trabalhadores na construção da Estrada de Ferro do Sul (Espírito Santo, hoje da Rede Ferroviária Federal) entram em Greve por atraso de 10 meses nos pagamentos. No quarto dia de greve aceitam a proposta da empresa de pagamento dos seis meses imediatamente e os quatro restantes no mês seguinte. No quinto dia, quando os operários retornavam ao trabalho, soldados enviados do Rio abriram fogo "para reprimir os abusos". Resultado: 70 mortos, 200 feridos e os que não conseguiram fugir foram presos e enviados para Niterói (RJ);

1908- mobilização nacional dos trabalhadores contra a lei que tramitava no Congresso Nacional tornando obrigatório o serviço militar;

1909- o número 10 (1º de maio de 1909) do jornal *A Voz do Trabalhador* publicava, pela primeira vez no Brasil, a letra do hino *A INTERNACIONAL*, composto por Pierre Degeyter e Eugène Pottier, em 1871, e que já virara o hino das comemorações do 1º de Maio na Europa (junto com a bandeira vermelha usada pelos operários de Paris durante a Comuna);

1911- Em Campinas (SP), desencadeou-se a Greve dos colonos das fazendas Chapadão, Tapera e Araci, que reclamavam duzentos réis de aumento no preço do alqueire do café colhido. Esta pode ter sido a primeira greve organizada por camponeses no Brasil; 1911- novos jornais são fundados: O Direito Popular/RJ, La Barricata/SP, A Guerra Social/RJ, O Internacional/RJ, A Luta/Porto Alegre, O Proletário/Santos;

1911- novos grupos anarquistas são criados: Centro Libertário/SP, Grupo Anarquista Sementeira/Porto Alegre;

1912- convocado o IIº Congresso Operário;

1913- em setembro, realiza-se o IIº Congresso Operário com a participação de mais de cem delegados de todos os estados brasileiros. São traçadas normas de conduta e de unificação do movimento para lutas futuras. Em suas declarações, várias deliberações contra a Guerra e uma indicação para que, no caso do Brasil tomar partido no conflito, declarar-se uma Greve Geral Revolucionária;

1914/1917- o período foi marcado por intensa atividade dos sindicatos contra a guerra que se prolongava na Europa. Jornais, sindicatos, associações, clubes literários, etc... promovem manifestações pela paz;

1917- uma prova de fogo: a Greve Geral de São Paulo. Em julho, uma greve iniciada no Cotoniário Crespi alastra-se e operários de todas as fábricas pararam as atividades exigindo aumento de salário, jornada de 8 horas, redução nos alugueis, direito de organização, normalização do trabalho feminino e infantil, etc... A morte do operário Antonio Martinez, após repressão policial, faz a greve crescer e o enterro do operário foi uma das maiores manifestações já ocorridas em São Paulo. A adesão de outras categorias ia se ampliando e todo o mo-

vimento da cidade foi paralisado. Era a Primeira Greve Geral em um Estado, atingindo o fantástico (para a época) número de 75 mil trabalhadores em greve e foi dirigida pelos anarquistas. O comércio fechou, os transportes pararam e o governo era impotente para opor-se ao movimento. Os grevistas tomaram conta da cidade por 30 dias. Leite e carne só eram distribuídos para os hospitais, e dependia de autorização da Comissão de Greve. O governo abandonou a capital. Grevistas enfrentaram a polícia em Campinas. Após muita negociação a greve foi suspensa com um acordo. Como em outras oportunidades, terminado o movimento o governo prendeu, espancou, processou e expulsou a maioria dos líderes da greve e não cumpriu as promessas feitas;

1918- fundada a Liga Comunista de Livramento, primeira organização comunista no R. G. Sul; 1918- em agosto/setembro, durante a Greve do pessoal da Companhia Cantareira Viação Fluminense, parte dos soldados enviados para reprimir o movimento aderiu aos grevistas e dois deles (Ribeiro e Lara) morreram de arma na mão defendendo os piquetes;

1919- uma vitória sem precedente: o Sindicato de Construção Civil (Rio de Janeiro) decretou, por conta própria, a jornada de 8 horas de trabalho em todas as obras em andamento no Rio, a partir de 02/05. O decreto do sindicato tornou-se efetivo e a categoria conquistou a jornada.

A Guerra na Europa chega ao fim e uma etapa de luta dos trabalhadores havia sido cumprida. Sabemos que muitas das vitórias obtidas, embora importantes, tinham vida curta pois imperava a força contra o movimento e, após uma luta, entidades eram fechadas e líderes presos ou banidos, a burguesia descumpria acordos assinados e criava-se novas leis para impedir o avanço do movimento. Mas os trabalhadores voltavam a se organizar, novas lutas eram travadas com a experiência colhida. Por isso, chamamos o período que acabamos de estudar de *A RESISTÊNCIA OPERÁRIA!*

## V - A idade difícil

(1920 a 1945)

O período que vamos estudar representa um grande aprendizado da classe operária brasileira. Mais do que qualquer outro, é nesse momento que vamos entender que nada foi dado de graça para os trabalhadores, que tudo teve seu preço e que, muitas vezes, foi bastante caro. A cada movimento de ação e organização dos operários a burguesia tratava de impor limites, com a repressão direta ou com leis e tapeações, mas bastava um pequeno espaço de tempo para respirar e lá estava novamente o movimento organizado a cobrar seus direitos e a lutar contra a exploração. É um constante renascer de reivindicações e resistências.

Devemos entender que o período que estudamos é, no mundo inteiro, marcado por uma série de acontecimentos que alteram as relações de força da burguesia. É um espaço entre duas guerras mundiais, causadas pela ganância do capitalismo, com uma grande crise econômica no meio (1929). O

Brasil, como veremos, não podia ficar intocável no meio do caos e também vai passar por grandes mudanças de ordem política e econômica.

Com o final da Primeira Guerra, todo o sistema capitalista dirige sua atenção para a emergente classe operária e a ameaça que representava para a continuidade dos lucros e da dominação da burguesia. A força mostrada pelo operariado europeu no início do século, com o desenvolvimento das idéias socialistas e as novas formas de consciência e organização, deixaram uma luz de alerta acesa na mesa dos governos burgueses e algo precisava ser feito para apagá-la. O Tratado de Versalhes (28/06/1919), um acordo das nações capitalistas que saíram da Guerra e procuravam salvar o que restou do sistema, além de impor condições humilhantes à burguesia alemã, cuidou também de dar uma válvula de escape para as conquistas operárias do período e os países comprometiam-se a criar legislações sociais e de proteção ao trabalho. O Brasil assinou tal Tratado...

Para facilitar nosso estudo, vamos dividir esse período em duas partes, dois momentos distintos e definidos no confronto capital x trabalho.

### **V.a - Reestruturação do movimento sindical**

(1920 a 1930)

A década foi de grandes modificações, tanto para os trabalhadores como para a burguesia. O capitalismo brasileiro procurava se solidificar e enfrentar a crise mundial. O movimento sindical procurava defender as conquistas alcançadas e encontrar um caminho para resistir ao novo avanço do sistema.

O período de que tratamos marca o início do crescimento das grandes cidades. Junto com a industrialização e o aumento do número de operários, vai se ampliando também a quantidade de pequenos comerciantes e pequenos industriais, da burocracia estatal, de intelectuais e profissionais liberais de uma camada conhecida como "setores médios urbanos"- com interesses e objetivos muito diferentes e que passarão a ter importante participação nas mudanças por vir. Por outro lado, o Distrito Federal que havia concentrado a maior quantidade de operários, até 1907, começa a perder essa posição para São Paulo a partir de 1920.

#### **Quadro da Industrialização - Nº de operários**

<b>Estado</b>	<b>1920</b>	<b>1939</b>
São Paulo	83.998	476.47
Dist. Federal (RJ)	56.229	186.56
R. G. Sul	24.661	77.229
Minas Gerais	18.522	69.273
Rio Janeiro	16.796	56.314
Pernambuco	15.761	67.999

Bahia	14.784	41.516
Paraná	7.295	18.837
Alagoas	6.989	14.677

Mesmo marcante, esse crescimento ainda não representa uma supremacia do proletariado industrial. As estatísticas oficiais mostram que, em 1925, os operários da indústria ainda representavam 12% da mão-de-obra nacional enquanto o setor agrícola representava 68% da população economicamente ativa. Mas as lutas e experiências anteriores já são suficientes para colocar a burguesia em alerta.

Depois da experiência de 1878, quando a burguesia desejava leis que "segurassem" o trabalhador assalariado, um novo ataque é preparado. Em 1920, os patrões criam uma Associação, em São Paulo, para trocar idéias e experiências sobre novos métodos de trabalho (ou de como explorar melhor os trabalhadores) e para passar nomes de militantes sindicais mais *perigosos* que não deveriam encontrar emprego nas suas empresas. Assim surgiam as *Listas Negras* e foi esta a origem da tão poderosa FIESP. Não podemos esquecer que a *Lei Adolfo Gordo* ainda estava em vigor.

Fortes lutas se travavam também dentro do governo. A política dos grandes latifundiários começava a enfraquecer e já trazia algum descontentamento entre a classe média da população. O *tenentismo* é um claro exemplo destas disputas e visões diferenciadas para o desenvolvimento capitalista nacional.

O movimento conhecido como *tenentismo* foi a forma mais radical que tomou a chamada "classe média" durante a década de 20, apoiada em setores do exército descontentes com a perda de *status* que o pacto federativo havia trazido. O programa dos *tenentes* mostra bem esta tentativa de aglutinar todos os descontentamentos de setores da classe dominante e da classe média urbana: *moralização das eleições; mais intervenção do Estado na economia; ação estatal para harmonizar as relações entre capital e trabalho; representação por categorias profissionais; maior centralização política.*

É importante notar que, apesar da crise em que se debatia e de estarem marginalizados do poder, uma das maiores preocupações dos *tenentes* era evitar qualquer aproximação com o movimento operário. Além de considerarem as massas populares "ignorantes e atrasadas", temiam a possibilidade de uma rebelião que fugisse ao seu controle. Isso levou-os a buscar apoio em setores descontentes da burguesia e, posteriormente, à derrota ou cooptação de seus quadros por setores oligárquicos.

Mas a crise no interior do setor dominante da burguesia ( a oligarquia dos grandes proprietários) só vai chegar ao seu ponto máximo no governo de Washington Luís com o rompimento da política "café-com-leite" e o golpe de 1930 que levou Vargas ao poder.

*Como estava o movimento operário, na época?*

É uma fase de grandes mudanças. O declínio da imigração fazia crescer o número de operários vindos do campo de onde eram expulsos por várias

razões. Na cidade, a introdução de novas máquinas já não exigia muita especialização da mão-de-obra. Algumas categorias profissionais, que tiveram um importante papel na origem do movimento operário, começam a desaparecer dando espaço a outras. Crescia a importância de metalúrgicos e trabalhadores na indústria alimentícia e diminui a participação e o peso dos chapeleiros, sapateiros, cocheiros, tipógrafos e outros que representaram o setor mais ativo no período anterior.

Vejamos algumas características dessa nova classe operária: *em pouco tempo, havia crescido muito em número; era grande o número de novos trabalhadores chegados da roça, sem qualquer experiência de lutas; passava a ser uma maioria de operários não especializados; não tinham segurança no emprego pois era maior a oferta de mão-de-obra do que a de empregos; as antigas categorias, mais combativas, começam a perder em importância.*

Além do relacionado, um outro fator importante mudou a qualidade do movimento operário. Após as grandes greves de 1917 e 1919, a repressão aumentou muito acabando com as principais lideranças operárias (os estrangeiros eram expulsos do país e os brasileiros eram exilados no Oiapoque, onde o governo havia estabelecido uma colônia penal para presos políticos e onde milhares de trabalhadores perderam a vida). Os sindicatos e federações eram fechados pela polícia por qualquer motivo. Em janeiro de 1921, o governo reedita a *Lei Adolfo Gordo* com novas punições para os operários que tivessem qualquer atuação de propaganda ou movimento considerado "perigoso para o país". Os registros contam mais de 150 militantes operários presos, torturados, deportados ou enviados para o exílio nas "colônias". A Ilha Rasa foi transformada em prisão política.

Some-se a esses fatos as constantes rebeliões dos *tenentes* (1922,1924,...) levando o governo a decretar o *Estado de Sítio*, de 1922 a 1926, quando os operários, mesmo não tendo qualquer participação nos movimentos da classe média, acabavam sendo os maiores atingidos e perseguidos.

O Tratado de Versalhes havia levado o governo a criar uma certa legislação social que, mesmo superficial e descumprida pelos patrões, era como uma "benção" para aqueles trabalhadores que vinham do campo e para quem o fato de encontrarem um emprego já era um "imenso favor" que os patrões faziam. A burguesia ainda tentava resistir a algumas das leis sociais, como a de férias ou da jornada de trabalho. Diziam os patrões que os operários tendo mais tempo livre iam se dedicar à bebedeira, a farras e desordens e que os menores também iam se corromper e virar malandros se não tivessem que passar o dia todo trabalhando.

Mas a principal mudança no movimento se daria no interior das próprias organizações. A vitória da Revolução dos operários russos e a ampliação da crise econômica no Brasil fazia a ideologia anarquista ir perdendo espaço para os comunistas.

Os anarquistas defendiam que o movimento operário deveria basear-se apenas na "ação direta" e não aceitavam a participação na luta política, en-

quanto os comunistas defendiam a utilização de *todas as formas de lutas*, a organização de partidos em que os operários tivessem candidatos próprios para influir no governo burguês. Muitos militantes passam a ser atraídos pelas propostas comunistas.

Em março de 1922, na cidade de Niterói, reúnem-se sete operários (dois alfaiates, um tipógrafo, um vassoureiro, um electricista, um barbeiro e um operário da construção civil) e dois intelectuais para a realização do Primeiro Congresso Comunista. Na pauta do encontro:

- a) exame das 21 condições para admissão do Partido na Internacional Comunista;
- b) estatuto do Partido;
- c) eleição da Comissão Central Executiva;
- d) ação pró-flagelados do Volga;
- e) assuntos vários.

A casa (rua Visconde do Rio Branco, 651) pertencia a família de Astrogildo Pereira e desse encontro resultou a fundação do *Partido Comunista do Brasil*. Ao ser criado contava com cerca de 70 membros e, em 1929, ultrapassa 1.000 filiados. Mesmo pequeno o número de militantes, eram muito ativos e conseguem liderar uma boa parte das lutas.

Mas o movimento sindical não vive apenas essa divisão (anarquistas e comunistas). A partir do governo de Arthur Bernardes (1922/1926) começam a surgir sindicatos dirigidos por operários que se comprometiam a colaborar com o governo e com os políticos, recebendo ajuda para isso. Eram conhecidos como "amarelos".

Os comunistas passam a atuar com maior vigor, fazendo propostas que se diferenciavam dos anarquistas por defenderem uma participação política dos trabalhadores e contando com a novidade que representava a vitória da Revolução Russa. Colocados na ilegalidade, fundam o *Bloco Operário e Camponês* para disputar as eleições e, mesmo não alcançando vitória, saem organizados e mais fortalecidos.

#### Vejamos alguns fatos importantes no período:

1920- do dia 23 a 30 de abril realiza-se, na rua do Acre, nº 19, RJ, o *IIIº Congresso Operário Brasileiro*. Registradas as presenças de 39 organizações operárias do Rio de Janeiro, 6 do estado do Rio, 15 de São Paulo, 5 de Minas Gerais, 3 do Paraná, 3 do Rio Grande do Sul, 2 do Espírito Santo, 7 de Pernambuco, 3 do Pará, 1 de Mato Grosso e 1 do Amazonas. Entre os 28 itens que faziam parte da pauta do Congresso, destacamos:

- *necessidade de organização dos trabalhadores do campo; a jornada de 8 horas diárias;*
- *defesa do direito de reunião e associação; organização contra a expulsão de militantes estrangeiros;*
- *a organização operária brasileira e a organização do proletariado internacional; relação com organizações operárias na América do Sul;*
- *métodos de organização e táticas de luta; etc.*  
Um delegado do Pará ao Congresso, Plácido de



Albuquerque, foi preso ao desembarcar no Rio e, em seguida, morto.

1920- Greve dos ferroviários da Companhia Mojiana, em Campinas. A greve começou a se espalhar por outras cidades da região e o governo enviou tropas para reprimir o movimento. Um comício foi dissolvido a balas e o saldo de mortos e feridos marcou o movimento;

1920- Manifesto da Associação dos Ferroviários da Estrada de Ferro da Leopoldina, no Rio, exigia aumentos salariais. Sem resposta da Companhia, a Liga Operária decretou a greve que atingiu milhares de trabalhadores. Militares foram deslocados para colocar os trens em movimento e, por falta de experiência, vários acidentes ocorreram. A Federação dos Trabalhadores do Rio e a Federação dos Condutores de Veículos anunciaram uma *Greve Geral* em apoio. Logo começaram a parar outras categorias: metalúrgicos, alfaiates, padeiros, trabalhadores em armazéns, motoristas de taxi, têxteis, construção civil, etc... Por falta de prisão para tantos grevistas detidos, o governo passou a utilizar um armazém do cais do porto como cadeia. Ao todo, pararam cerca de 18.000 trabalhadores;

1920- Greve nacional dos marítimos, de todas as categorias, pela jornada de 8 horas diárias. O movimento começou com os trabalhadores do Lloyd e logo se estendeu;

1920- Greve dos tecelões da Fábrica Santa Helena, em Petrópolis; 1920- Greve dos gráficos do jornal O Estado de São Paulo;

1920- Fundado o jornal *O Grito Operário/SP*;

1920- Greve dos operários municipais de São Paulo;

1920- Fundado, no Rio, o jornal *A Voz do Povo*. Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro;

1922- Levante dos *tenentes*, no Forte Copacabana (RJ). Não há notícias de greves neste ano, mas muitas sobre fechamento de sindicatos; 1923- A União dos Gráficos de São Paulo declara *Greve* e os patrões se recusam a negociar. Os gráficos de outras cidades (Santos, Campinas, Ribeirão Preto) começam a aderir ao movimento que ultrapassa os limites do estado. No Rio de Janeiro, Niterói, Recife, Curitiba e Porto Alegre os gráficos param em solidariedade. Após 42 dias de greve, apesar da repressão, os grevistas são atendidos em suas reivindicações (o dia 07 de fevereiro, início da greve, é comemorado como o Dia do Gráfico);

1923- No Rio de Janeiro, realiza-se o Congresso dos Trabalhadores Têxteis, organizado pelos *amarelos* e com apoio do governo;

1924- Greve dos tecelões de São Paulo e dos trabalhadores da construção civil de Santos; 1924- Nova revolta dos militares, em São Paulo. Mais repressão sobre os trabalhadores;

1924- Greve dos trabalhadores dos Frigoríficos Armour, no Rio Grande do Sul. Os grevistas saíram vitoriosos e esta foi a primeira greve contra uma multinacional nos estados do sul;

1925- Surge o jornal A Classe Operária, feito pelos comunistas e chegando a ter uma tiragem de 10.000 exemplares. Só foi publicado entre fevereiro e julho, sendo fechado pela polícia;

1925- Criada a Federação da Juventude Comunista;

1925- Os comunistas tentam uma nova organização para o movimento e defendem a criação de uma *Confederação Geral dos Trabalhadores* mas não são acompanhados na proposta pelos anarquistas nem pelos "amarelos" que temiam um domínio dos comunistas;

1927- *Criação do Bloco Operário e Camponês*. O "estado de sítio" que havia vigorado durante o governo de Arthur Bernardes foi suspenso com a posse de Washington Luis. Os comunistas, mantendo a linha de que os operários deveriam participar também da luta política-partidária, iniciam a formação de um Bloco Operário, no final de 1926, que deveria se tornar em um partido para disputar as eleições. O sucesso eleitoral foi pequeno, elegendo apenas um deputado no Rio de Janeiro, mas a continuação do trabalho, organizando novos trabalhadores e intelectuais, levou ao surgimento, no final do ano de 1927, do Bloco Operário e Camponês (BOC) que conseguiu atrair um grande número de trabalhadores rurais. O BOC foi dissolvido em 1930;

1927- Realiza-se, no Rio, o *Congresso Operário Sindical*. Sob a direção dos comunistas, imprimia nova disciplina ao movimento. Os participantes do Congresso se comprometiam a: *reconhecer os princípios da Luta de Classes*, *aplicar esses princípios na luta entre o capital e o trabalho*, *obedecer a uma disciplina proletária, resultante do Congresso*, *reconhecer e aceitar todas as resoluções do Congresso*;

1927- O governo precisava urgentemente de empréstimos estrangeiros e de agradar as empresas inglesas que pretendiam instalar-se no país. Para demonstrar sua "boa vontade" e que a questão dos trabalhadores estava sob seu controle, decretou uma nova Lei contra as organizações sindicais. A *Lei Celerada* autorizava o fechamento de sindicatos e de jornais operários pela polícia, prisão de militantes sindicais, etc;

1928- Os sindicalistas respondem com uma nova onda de publicações. Ressurge A Classe Operária e aparecem novos jornais como O Internacional, O Trabalhador Gráfico, A Vida, O Sapateiro, A Abelha, A Voz do Gráfico, Voz Cosmopolita, etc;

1929- Greve dos gráficos de São Paulo, liderada pelos comunistas. A polícia invadiu a sede do Sindicato carregando documentos e dinheiro do cofre da entidade, foram bloqueadas as contas bancárias para abafar o movimento. A greve durou três meses, apesar da repressão, e terminou com um acordo e vitória parcial dos trabalhadores;

1929- Os comunistas convocam novo Congresso Sindical que contou com a participação de mais de 100 entidades. Ao final do encontro estava fundada a *Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros-CGTB*.

Como era a CGTB?

a- reunia sindicatos, uniões regionais, federações regionais, entidades de classe já criadas e atuantes.

b- o sindicalismo mantinha-se livre, sem qualquer relação com uma estrutura governamental.

c- o movimento estava dividido entre quatro tendências: comunistas, anarquistas, católicos e "amarelos".

A CGTB teve vida curta. O golpe de 1930 acabou com a liberdade sindical e a Confederação tinha ainda muito pouco enraizamento na classe, era mais uma grande determinação das lideranças do que um movimento vindo da base.

## **V.b - O atrelamento ao Estado**

(1930 a 1945)

O golpe de 1930 marca de forma séria a vida político-econômica do Brasil. Significa o início de mudanças que levariam o país a deixar de ser agrário-exportador para começar a industrializar-se e isto trazia a necessidade de mudanças na estrutura social. Para que a nova burguesia tomasse conta do cenário, eram necessárias novas formas de dominação.

Como isto ocorreu? Que divisão ocorreu na classe dominante e quem passou a deter o poder?

O final do governo de Washington Luís (que era o representante da oligarquia cafeeira paulista) é marcado pela crise da Bolsa de Nova Iorque (1929) e, internamente, por um grave desequilíbrio na balança de pagamentos e pela necessidade de se fazer uma reforma financeira. Com seus aliados paulistas, Washington Luís resolve romper a aliança café-com-leite e indicar outro representante de São Paulo para concorrer ao governo (Júlio Prestes). Traída, a oligarquia mineira alia-se à gaúcha e paraibana formando a Aliança Liberal que lança a candidatura de Getúlio Vargas, então chefe de governo do Rio Grande do Sul, à presidência.

Esta Aliança conquistou o apoio dos setores médios urbanos e de uma parte dos tenentes (o grupo mais à esquerda e liderado por Luís Carlos Prestes recusou-se a participar acusando a Aliança de "farsa política").

O resultado das eleições foi favorável aos paulistas que venceram Getúlio por 1.097.000 contra 744.000 votos. Descontentes, os derrotados começam a tramar contra o governo e encontram no assassinato do candidato a vice-presidente (João Pessoa) o estopim para o golpe. Washington Luís é deposto e Vargas conduzido ao governo: era a derrota política da burguesia cafeeira e uma transição por cima, sem a participação dos trabalhadores, na política nacional.

Cabe dizer que o período, de 1930 a 1932, marcou também a derrubada de outros sete governos na América Latina (Argentina, Chile, Equador, Peru, Bolívia, República Dominicana e Guatemala) como efeitos da crise econômica internacional.

O Movimento Operário permaneceu afastado de todo o processo. Escaldados com as "brigas entre cachorros grandes", quando sempre sobrava mais repressão sobre os operários, os trabalhadores em nada participaram do golpe. O Partido Comunista também ficou de fora, avaliando que era apenas uma luta entre dois grupos da burguesia.

Mas isto não significava que Getúlio iria governar sem se preocupar com a classe operária. Muito pelo contrário! Por seu desenvolvimento (quantitativo e qualitativo) o Movimento Operário torna-se uma preocupação constante para a nova parcela da classe dominante. Os tenentes que ficaram com o golpe queriam uma intervenção maior do governo nas "questões sociais" e preocupavam-se com um ressurgimento mais radicalizado do sindicalismo. Getúlio já tinha problemas suficientes para equilibrar a confusa aliança que fizera e não podia permitir que o operariado se tornasse uma séria oposição ao regime.

Em dezembro de 1930, com apenas dois meses no governo, Getúlio é sitiado por 300 desempregados que invadem o Palácio tentando uma audiência; dias depois, uma manifestação diante do recém criado Ministério do Trabalho exigia solução para o problema do desemprego; em janeiro de 1931, realiza-se no Rio de Janeiro e em São Paulo a Marcha da Fome, proibida pela polícia. Uma nova onda de greves e agitações acelera a criação da "Legislação Social" de Vargas.

Em 1931: em outubro estende-se aos empregados em serviços públicos de luz, força, transportes, gás, telefone, água, esgoto e demais serviços a estabilidade no emprego e o sistema de pensões e aposentadorias;

Em 1932: em março estabelece-se a jornada de 8 horas para os empregados do comércio; em maio a jornada de 8 horas para as indústrias e a regulamentação do trabalho das mulheres; em novembro sai a regulamentação do trabalho dos menores, a estabilidade, aposentadoria e pensões para os mineiros.

Em 1933: em junho, estabilidade, aposentadoria e pensões para os marítimos; em agosto a nova lei de férias para os comerciários.

Em 1934: em janeiro a nova lei de férias para os empregados das indústrias; em maio a estabilidade, pensões e aposentadoria dos comerciários e estivadores; em julho, estabilidade, aposentadoria e pensões para os bancários.

Getúlio Vargas soube cumprir o papel: reprimia o trabalhador e mostrava-se como um pai que tratava bem o filho que se comportava. Sua política, no entanto, era de amarrar completamente o movimento sindical, submeter os trabalhadores aos interesses do capitalismo. As leis anteriores já não eram suficientes para conter o avanço do movimento e o governo precisa lançar mão de um novo arsenal.

Em 1930, Getúlio cria o Ministério do Trabalho para servir de intermediário nas disputas entre patrões e empregados. A criação de tribunais próprios para estas disputas, a Justiça do Trabalho, coloca as

armas nas mãos do Estado e tira o movimento operário das ruas e fábricas.

Em 1931, tem início a imposição de Sindicatos Oficiais. O movimento operário aumentava e obrigava Getúlio a conceder alguns benefícios até que pudesse dominar a situação. Militantes sindicais que tinham o apoio do Partido Comunista tentam criar uma central geral dos trabalhadores, a CSUB- Confederação Sindical Unitária Brasileira. Do outro lado, Vargas usava todos os veículos de comunicação para fazer o povo acreditar nele, tentando atrair grandes massas de trabalhadores, e contava com o apoio dos sindicatos "amarelos" e com os novos dirigentes dos sindicatos criados pela sua legislação. Também a Igreja colocava-se ao lado de Getúlio com seu discurso de harmonia de classes, contra o comunismo e a luta de classes.

E, em 1931 assina o Decreto 19.770 que serviu de base para a legislação sindical que viria depois. O que diz o Decreto?

1) os sindicatos deviam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, obrigando-se a apresentar relação de sócios, estatutos e ata dos trabalhos de instalação;

2) os sindicatos estavam sujeitos à intervenção do Ministério em suas assembleias e na sua contabilidade;

3) os sindicatos estavam proibidos de fazer propaganda política;

4) os sindicatos deviam ser únicos em cada ramo profissional, sendo vedada a pluralidade sindical.

A "obra" completa para dominar o movimento operário segue com várias Leis e Decretos: 05/32- criação das Comissões Mistas de Conciliação; 11/32- criação das Juntas de Conciliação e Julgamento; 05/39- criação da Justiça do Trabalho; 05/40- Decreto sobre o Salário Mínimo; 07/40- criação do Imposto Sindical; 07/40- criação do Enquadramento Sindical; 05/43- criação da CLT (*Consolidação da Legislação do Trabalho*).

Entre dezembro de 1937 e outubro de 1944 foram feitos 90 decretos-leis sobre o movimento operário.

Aqui gostaríamos de fazer um comentário. Muitos companheiros continuam achando que o estabelecimento de um Salário Mínimo (entre outros "presentes" de Vargas) é uma grande conquista para os trabalhadores. É preciso entender que, fazendo isto, o ditador tirava a iniciativa de discutir os salários das mãos dos sindicatos e os patrões sentiam-se obrigados a dar apenas o estabelecido na Lei, independente de uma maior ou menor mobilização das categorias. Além do referido salário ter ficado congelado por longo tempo, com a desculpa da Guerra, foi calculado pelos técnicos do Ministério por uma média dos salários existentes na época e pelo custo de uma cesta básica que compreendia apenas gastos com alimentação. Calculado pela média, representou ganhos para algumas categorias e perdas para outras. Getúlio havia assinado uma Lei limitando a vinda de trabalhadores estrangeiros e a classe operária brasileira ia crescendo apenas com trabalhadores vindo do campo, trabalhadores acostuma-

dos com a grande exploração dos senhores rurais e para quem os pequenos "presentes" do governo já eram muito se comparados com a vida que tinham nas fazendas.

É a partir dos primeiros anos da década de 40 que o governo passa a assumir as comemorações do 1º de maio e a transformar o dia de luta (pela jornada de 8 horas diárias de trabalho e de outras resistências para os trabalhadores) em festas com futebol de graça, danças e folguedos onde o próprio ditador tomava parte. Os sindicatos que ainda se mantinham livres do atrelamento do governo estavam divididos: comunistas, anarquistas e novos grupos de marxistas e trotskistas... As novas leis e dificuldades criadas para a organização sindical.

Em 1937, novo golpe de Getúlio estabelece o Estado Novo. O Plano Cohen, farsa montada pelos integralistas e militares que apoiavam um golpe, joga sobre os comunistas uma pretensa tentativa de tomar o poder (mais tarde, ficou demonstrado que os documentos eram falsos). A repressão sobre o movimento torna-se mais brutal com a promulgação da CLT- Consolidação das Leis do Trabalho e estava criada, finalmente, a estrutura sindical que interessava aos patrões, baseada no corporativismo e no colaboracionismo. Como é comum, não vamos encontrar muitas greves no início do Estado Novo. Em momentos de grande repressão a classe operária tende a encontrar outras formas de resistir à exploração: sabotagens da produção, operação tartaruga, comissões de fábricas, etc.

Mesmo assim, a partir de 1943 o movimento operário volta a tomar seu lugar no panorama político nacional. As greves voltam a acontecer e o primeiro reajuste do salário mínimo, desde a decretação do Estado Novo, foi obtido após uma greve em que os trabalhadores tiveram que enfrentar o governo e o próprio PCB.

Como funcionava a estrutura sindical de Getúlio?

a) Imposto Sindical e Assistencialismo: passou a ser o fator determinante para o imobilismo dos sindicatos. A arrecadação do Imposto tirava a iniciativa dos operários que não sentiam mais a importância de se associarem;

b) Verticalismo da Estrutura: os sindicatos passavam a ser organizados por base territorial (não por fábrica, por categoria ou por profissão). Uniam-se formando federações que observavam o enquadramento ditado pelo Ministério do Trabalho (impedindo uma organização horizontal entre categorias diferentes) e ia finalizar em nove confederações preestabelecidas pelo Ministério;

c) Unicidade e Pulverização Sindical: a lei exigia a existência de um único sindicato por categoria em cada base territorial, tirando do trabalhador a liberdade de escolher aquele que apresentasse a forma de organização que lhe interessava. O Ministério do Trabalho determinava, ainda, a base territorial alcançada por cada sindicato;

d) Intervenção do Estado: o governo passa a ter o direito de intervir nos sindicatos, cassar diretorias, nomear outras, aprovar os estatutos (ou não) etc.

e) Justiça do Trabalho: a estrutura da Justiça reproduz o sistema sindical. A Lei determina o direito de greve (ou de não fazer greve).

O resultado de todas essas leis é que, no Rio de Janeiro, dos 86 sindicatos existentes em 1935 restaram 58, em 1941. O mesmo fenômeno ocorreu em São Paulo, Recife, Porto Alegre e demais cidades brasileiras que haviam experimentado um movimento sindical forte e combativo. O resultado de tanta repressão é o objetivo alcançado. Nas propostas da Aliança que levava Vargas ao poder estava o desenvolvimento e crescimento da burguesia industrial, e os números comprovam a meta alcançada:

#### **Taxas de Crescimento (médio) ao ano**

Período	Agricultura	Indústria
1920 a 1930	3,3%	3,5%
1930 a 1940	2,8%	7,2%
1940 a 1945	2,4%	9,2%

Nota: em 1939, a agricultura representava 26% do PIB e a indústria 19%. Só em 1956/57 a posição se inverte.

#### Alguns momentos da luta operária, no período:

1932- em 09 de maio, os padeiros de São Paulo ameaçam entrar em greve por não concordarem com o aumento anunciado do preço do pão. Os padeiros consideravam "ganância" dos comerciantes tal aumento. Temerosos, os patrões recuaram e o pão não foi aumentado;

1935- criados os jornais: União de Ferros/RJ, Asas Vermelhas/RJ, Sentinela Vermelha/RJ, Jornal do Povo/RJ, A Platéia/SP, Folha do Povo/Recife;

1935- fundada a União Feminina do Brasil; 1935- criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil; 1937- Um conflito de rua, em Campos/RJ, entre militantes do movimento e integralistas resulta em 13 mortos e vários feridos;

1937- Mesmo proibido, o Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro entra com dissídio coletivo pela regulamentação da hora noturna;

1939- em maio, o Iº Congresso Nacional de Empregados do Comércio aprova a pauta de lutas com semana inglesa, regulamentação do trabalho da mulher, lei de férias, seguro desemprego;

1939- em fevereiro, IIº Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos; 1940- os sindicatos começam a luta contra o nazismo. Formam-se as Comissões de Ajuda ao Esforço Bélico da Nação, sediadas nos sindicatos e fazendo propaganda contra o militarismo e o fascismo. O governo resolve dissolvê-las e proibir novas organizações desse tipo;

1944- Assembléia Geral dos Sindicatos de Condutores de Veículos de São Paulo aprova documento denunciando as condições de trabalho; 1944- em abril, é criado o Movimento Unitário Trabalhista-MUT.

Em novembro, realiza-se um Congresso Unitário, em Minas, aprovando um manifesto que defendia que as leis sociais e o sindicalismo deviam atingir também os trabalhadores da agricultura.

O Movimento Operário começa a romper as amarras e a lutar pelo retorno do Brasil à democracia.

## **VI - Uma nova etapa de lutas**

(1945 a 1964)

A guerra na Europa havia terminado e o mundo conheceria, nos próximos anos, uma nova relação política baseada no confronto entre os dois blocos que se formaram (capitalismo x comunismo). Logo seria inaugurada uma fase que ficou conhecida por Guerra Fria e provocou a corrida armamentista. Simultaneamente, uma mudança na política dos comunistas, ditada pela União Soviética, alterava a atividade e o posicionamento do PCB.

A política de alianças com as burguesias nacionalistas, reduzindo um pouco a pressão e a propaganda contra o comunismo para dar tempo da URSS se recompor, e o discurso contra o imperialismo era parte de uma estratégia de realizar primeiro uma revolução "democrático-burguesa" no Brasil para depois lutar pelo socialismo. Essa, entre outras, a razão da mudança de conduta dos comunistas dentro do movimento sindical.

Por outro lado, a derrubada da ditadura de Vargas colocava novos desafios para o capitalismo brasileiro. A acumulação obtida durante a guerra (708 milhões de dólares) desaparecia como fumaça, na inflação, exigindo que o governo a ser instaurado apresentasse um novo programa econômico que permitisse maior satisfação ao capital.

Os comunistas ainda tentam uma participação política e engrossam as fileiras "queremistas" dos que defendiam que o processo de redemocratização se desse tendo Getúlio ainda no comando do barco. "Queriam" a Constituinte com Getúlio.

Após uma breve transição, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal- José Linhares- assume a presidência da República para garantir as eleições de dezembro de 1945, é a antiga coligação que dava sustentação a Getúlio Vargas (PTB/PSD) que sai vencedora das urnas e elege o marechal Dutra. O PCB havia reconquistado a legalidade (10/11/45) mas seu grande medo era criar uma desconfiança do sistema e resolve tornar a bandeira de uma Assembléia Nacional Constituinte em sua principal luta.

Vencedor nas eleições, Dutra convoca a Assembleia Constituinte (da qual o PCB faz parte) e seu partido- o PSD- tem mais da metade das 328 cadeiras (42 senadores e 286 deputados). Cria o Conselho Nacional de Economia e faz um governo conservador com amplo e aberto apoio da burguesia, chegando a tentar uma coligação com a UDN. Adota medidas impopulares: proíbe o jogo e fecha cassi-

nos, coloca o PCB na ilegalidade e cassa seus deputados, rompe relações com a União Soviética.

Os dois primeiros meses de seu governo são marcados por mais de 60 greves. O general Dutra havia congelado o salário mínimo como uma das primeiras medidas do governo e isto faz os trabalhadores se mobilizarem. A resposta do governo é o fechamento do CGT- Comando Geral dos Trabalhadores, intervenção em 140 sindicatos e a promulgação do decreto 9070 que torna a greve ilegal no país.

Com a repressão aberta aos sindicatos, o movimento dos trabalhadores recua para a organização de Comissões de Fábricas que funcionam de maneira clandestina. Mesmo assim, o ano de 1948 será marcado por algumas greves importantes que envolvem mais de 250 mil trabalhadores.

As organizações operárias estão na mira deste novo Estado e os sindicatos são vistos pela Lei com muito cuidado: são definidos como "órgãos colaboradores do Estado"; sua constituição, funcionamento e atividades passam a ser "regulamentados por lei" (Art. 159 da Constituição de 46); a lei ordinária determinará também sua "representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício das funções delegadas pelo bem público". (destaque nosso); a Constituição estipula que "a afirmação da liberdade de cada homem *não pode por em jogo a maneira como a riqueza está distribuída na sociedade*" (destaque nosso).

É com tal Constituição que o movimento operário enfrentará o próximo período e, apesar de tudo, alcançará um amadurecimento. Para facilitar o estudo, dividiremos esta etapa em três momentos distintos.

## **VI. a - Clima de redemocratização.**

(1945 / 1953)

Já em maio de 1945 estouraram 365 greves, em várias cidades, com os trabalhadores conquistando aumentos salariais entre 30 e 40%. O PCB, que liderava o movimento sindical da época, viu-se obrigado a criar o MUT (Movimento Unitário dos Trabalhadores) com dois objetivos básicos: ampliar a organização até formar uma Central e controlar o movimento de massa dos trabalhadores para ganhar espaço político.

Em suas propostas básicas, o MUT trazia um programa conseqüente:

a) soberania das Assembléias, eliminando a obrigatoriedade da presença de representante do Ministério do Trabalho;

b) eleição e posse dos eleitos sem depender da aprovação do Ministério;

c) autonomia administrativa, eliminando o controle do Estado sobre as aplicações dos fundos dos sindicatos;

d) eliminação do Estatuto Padrão.

Tais pontos, ainda hoje importantes para o movimento, foram logo abandonados para dar espaço a

uma política diferente. Em 1946, duas centrais sindicais dividiam os trabalhadores. O MUT, ainda dirigido pelos comunistas, havia desembocado na CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros) e o governo, para não perder o controle de "seus" sindicalistas, havia criado uma CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores). Quais as características das duas centrais?

- ambas aceitavam os limites da estrutura sindical de Getúlio.

- ambas eram articulações cupulistas, de cunho partidário.

O movimento operário estava, no momento, dividido entre comunistas e governistas. As demais correntes não existiam ou não tinham expressão. O governo, como sempre fazia, aceitou sua existência enquanto lhe convinha. Era um momento de transição, o fim do Estado Novo e o início da redemocratização brasileira, e não podia deixar de contentar todas as camadas da sociedade até que dominasse novamente a situação.

Em breve, as reservas cambiais alcançadas durante a guerra haviam chegado ao fim e, no segundo semestre de 1947, o governo toma medidas para restringir as importações (de combustíveis, equipamentos e maquinário) passando a oferecer créditos para estimular a industrialização. Inicia, como sempre acontece nesses casos, uma nova etapa de repressão ao movimento sindical. Em maio de 1947, o governo Dutra colocou na ilegalidade o PCB, fechou a CGTB, cassou a diretoria de mais de 400 sindicatos (colocando "sindicalistas" de sua confiança no lugar) e voltou a abafar o movimento operário. A Constituição promulgada em setembro, mesmo proclamando a liberdade de reunião e de organização, reconhecendo o direito de greve, não passou de um punhado de palavras no papel. Na prática, a repressão ao movimento sindical permaneceu como estava e a Constituição só era cumprida no que interessava à burguesia e aos patrões.

Mas a crise voltava a se agravar, na economia, e as mudanças políticas exigiam novas eleições. Em fins de 1948, após um abrandamento do controle sobre os sindicatos e a libertação de lideranças que estavam na cadeia, o PCB volta a liderar o movimento. Mas seu objetivo era outro: precisava buscar seu reconhecimento legal e, para isso, dar demonstrações de que não se constituía em um perigo para o sistema. Tinha que aceitar o "jogo democrático" e passou a dar apoio à candidatura de Getúlio.

Getúlio é eleito em 1950. Dessa vez pelo voto popular, assume o poder em janeiro de 1951. Sua campanha é apoiada pelo PTB/PSD/PSP e tem um apelo anti-imperialista e de defesa do nacionalismo econômico. O período é marcado por uma disputa entre três propostas desenvolvimentistas que vão marcar a política nacional por muito tempo. Vargas é eleito com um discurso fortemente nacionalista mas não deixa de tentar se aproximar, depois da posse, do outro grupo. Chega a tentar uma coligação com a UDN que não deu certo pelo forte antigetulismo de alguns membros, como Carlos Lacerda que através do seu jornal Tribuna da Imprensa não cansava de pedir aos militares que impedissem a posse.

Em 1952, Vargas cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico- BNDE- para combater as deficiências da economia nacional e dar condições para o crescimento. A Comissão Econômica criada por ele assumia, em mensagem pública, que seu trabalho destinava-se a adaptar a economia brasileira às exigências das instituições financeiras internacionais (Expot-Import Bank e Bank for International Reconstruction and Development - BIRD). A intenção era de deixar clara a determinação de cooperar com o sistema financeiro internacional.

No terreno interno, Vargas precisava manter o populismo como arma política e continuava fazendo discursos nacionalistas. Em dezembro de 1951, mandou ao Congresso um Projeto de Lei para criar uma empresa petrolífera nacional. A campanha "O Petróleo é Nosso" foi prontamente empunhada pelos nacionalistas radicais e pelo PCB que a transformou em campanha anti-americana. A mobilização ganhou as ruas com tanta rapidez e força que pegou Getúlio desprevenido e se transformou no mais importante debate político dos últimos 20 anos. O apelo popular era tão grande que a própria UDN acabou propondo uma emenda ao projeto inicial autorizando o governo a encampar as refinarias já existentes (coisa que Vargas não tivera coragem de propor). Todos queriam "tirar uma casquinha" na onda nacionalista que tomava conta das grandes cidades. O projeto foi aprovado em outubro de 1953 e o governo já havia mandado nova mensagem ao Congresso propondo a criação da Eletrobrás, criando o tripé necessário ao desenvolvimento da indústria nacional: siderurgia/mineração, petróleo e energia elétrica.

O início de seu governo é marcado pelo discurso do 1º de maio, no campo do Vasco da Gama:

*"Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada; preciso de vós, tanto quanto precisais de mim. Preciso de vossa união, preciso que vos organizeis so-  
briamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo, para que este possa dispor de toda força que necessita para resolver os próprios problemas."* (os destaques são nossos)

No mesmo discurso, anuncia o fim do "atestado ideológico" que era exigido dos candidatos em eleições sindicais (e que ele próprio criara).

No ano seguinte, ainda sem uma definição para o valor do salário mínimo, uma nova onda de greve e de manifestações de trabalhadores assustava a opinião pública e colocava mais lenha na fogueira. O número de operários na indústria havia saltado para mais de um milhão e meio em 1953, ano em que uma greve iniciada por trabalhadores têxteis de São Paulo acaba se espalhando por outras categorias e atingindo o fantástico número de 300.000 trabalhadores de braços cruzados. O movimento termina com a vitória dos grevistas, que em algumas categorias chegam a conquistar 75% de aumento salarial, e traz um fato novo para a organização: por atingir várias categorias, é criado um Comando Geral de Greve que se transforma em uma Comissão Intersindical.

É a época da grande industrialização nacional, quando a inflação dispara e os salários desaparecem dos bolsos levando o movimento sindical a uma nova etapa de lutas e de greves. Pelos registros feitos, em 1953, calcula-se que mais de 300.000 operários fizeram greves. Vargas começava a perder o apoio no meio operário, como mostra a eleição de Jânio (para prefeito de São Paulo) com massiva votação entre os trabalhadores. Uma greve dos têxteis que durou 30 dias e a paralisação de cem mil marítimos (em julho de 53) mostram o desgaste. Além disso, o PCB inicia oposição a Getúlio após a criação da Comissão Mista Brasil-EUA para Assuntos Econômicos.

A campanha da UDN contra Getúlio e o "perigo vermelho" tenta encontrar apoio entre os militares exigindo que um golpe deponha o presidente, tendo grande apoio de O Globo e dos Diários Associados. Getúlio depõe seu Ministro do Trabalho e aproveita para afastar também o Ministro da Guerra, em fevereiro de 1954. Em 1º de maio, não perde a oportunidade de fazer média com os trabalhadores, de onde esperava apoio político, e anuncia o aumento do salário mínimo em 100%. O decreto foi contestado na justiça mas o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa aos trabalhadores que já anunciavam uma Greve Geral caso o aumento não fosse dado.

#### Vejam alguns fatos importantes no período:

1946- em 24 de janeiro, tem início a Greve Nacional dos Bancários que durou 21 dias e tornou-se um dos mais importantes movimentos do período. Teve a solidariedade de outras categorias e o apoio da população. Saiu vitoriosa nas reivindicações econômicas e garantiu a não demissão dos grevistas (muito importante para a época);

1947- Dutra extingue a CGTB; 1948- entre fevereiro e março, cerca de 60.000 ferroviários, estimulados por Comissões de Trabalhadores, participam de várias paralisações no país;

1948- em 20 de fevereiro, trabalhadores de três empresas têxteis (Varan, Gasparian e José Cailil) entram em greve reivindicando descanso semanal remunerado. O movimento é interrompido após muita repressão, mas o importante é que as negociações estavam sendo realizadas por membros de uma Comissão de Salários eleita livremente pelos trabalhadores;

1948- em junho, ferroviários da Companhia Mogiana entram em Greve. Há enfrentamentos com a polícia e os trabalhadores cortam os fios e sabotam as linhas para impedir a contratação de temporários;

1948- algumas publicações novas- Diário do Povo/Rio, Gazeta Sindical/São Paulo, Terra Livre/São Paulo;

1948- registradas, entre janeiro e outubro, 54 greves em São Paulo. Em Fortaleza houve greve dos têxteis e, em Minas, a greve de Morro Velho;

1950/1951- o movimento grevista aumentou muito;

1952- no início do ano, tecelões de diversas empresas paulistas paralisam na capital e no interior por 25% de aumento e o fim das multas por atraso ao trabalho;

1952- em outubro, em Pernambuco e na Paraíba, 40.000 têxteis param e conquistam 30% de aumento com o pagamento dos dias parados;

1952- no final do ano, os mineiros de Nova Lima entram em Greve por melhores salários. Os grandes jornais começam a divulgar que a greve era coisa dos comunistas e a jogar a opinião pública contra os mineiros. No dia 02 de novembro (finados), militantes da JOC (Juventude Operária Católica) colocam uma faixa no cemitério local: "Vocês que vão visitar os mortos, lembrem-se dos vivos que estão morrendo de fome em Nova Lima". A greve, após 33 dias, terminou vitoriosa com aumento dos salários;

1952- várias passeatas e mobilizações promovidas pela "Comissão de Combate à Carestia da Vida";

1952- criação do Conselho Consultivo dos Trabalhadores de Pernambuco, formado por comissões intersindicais;

1953- em janeiro, os trabalhadores têxteis do Rio de Janeiro entram em Greve exigindo 60% de aumento. Após negociação, conseguem 42%;

1953- em janeiro, registradas três greves importantes: 50 mil têxteis no Rio de Janeiro; 6 mil portuários no Rio de Janeiro (52 dias); 10 mil operários da construção naval, RJ;

1953- Um teste de forças; no dia 10 de março, os operários têxteis de São Paulo organizam manifestação para exigir 60% de aumento e para que o governo tome medidas para baixar os preços dos gêneros alimentícios. Os patrões declaram, nos jornais, que não negociarão aumentos. Os trabalhadores começam a organizar Comissões de Fábricas para pressionar o Sindicato a tomar posição e, depois de várias assembleias, a greve tem início no dia 26 recebendo imediatamente o apoio dos metalúrgicos. Outras categorias começam a aderir e a greve se estende para outras cidades paulistas.

Depois de 15 dias de negociação, é criado o Comitê Intersindical de Greve e os trabalhadores avisam que não voltarão para as fábricas se qualquer companheiro for demitido. O DOPS/SP declara a greve ilegal, baseado na Lei 9.070 do tempo de Dutra, mas o movimento ganha força no interior do estado e começa a receber solidariedade da classe média (estudantes, médicos, etc...). Os patrões resolvem oferecer 20% (recusado), a Delegacia Regional do Trabalho eleva a proposta para 23% (novamente recusada) e o Tribunal Regional do Trabalho chega a 28% mas os operários recusam e mantêm a greve.

Internamente, o movimento começa a rachar e alguns sindicatos começam a falar em negociar. Finalmente o Comitê aceita um acordo de 33% com as seguintes condições: liberdade para todos os trabalhadores presos; aumento para todos os trabalhadores envolvidos, mesmo que não tenham feito greve; pagamento dos dias parados e nenhuma

punição para os grevistas. A greve durou 29 dias e atingiu 300.000 trabalhadores, terminando com o surgimento do Pacto de Unidade Intersindical - PUI.

## **VI.b - Tentativas de unificação.**

(1953 / 1960)

A crise do governo Vargas se aprofundava. Toda a imprensa fazia oposição (o único jornal a defender o presidente era o "Última Hora") e setores militares que haviam se aproximado da UDN faziam críticas abertas. O suicídio de Getúlio neutraliza a oposição e desarticula a direita incapaz de controlar a situação e enfrentar as manifestações populares. O PCB, que havia feito oposição, apresenta-se como defensor da memória do presidente morto.

O governo de Juscelino Kubitschek, eleito contra o candidato da UDN- Juarez Távora- representou grande mudança na vida econômica nacional. Três medidas sintetizam seu programa: as portas para o capital estrangeiro foram escancaradas; houve novos investimentos para a indústria pesada; construção de barragens, para produzir a energia elétrica que a indústria necessitava, e de estradas, para escoar a produção.

JK consegue, além disso, a simpatia das Forças Armadas. Modernizou equipamentos (comprou até um porta-aviões) e nomeou vários militares para órgãos governamentais (SUDENE, Petrobrás, CSN, Rede Ferroviária Federal, etc.).

Entre os operários, crescia a organização e a mobilização. É verdade que o nível dos salários havia subido 15%, mas a produtividade da indústria cresceu 37% e o lucro industrial 76%.

Há várias tentativas de unificação do movimento, no período, que tentam criar organizações estaduais e até nacionais. Em 1953, já havia surgido o PUI e o Conselho Sindical dos Trabalhadores. Ambos tiveram grande poder de mobilização dos operários mas não lutaram contra a estrutura sindical existente. Em 1957, o PUI foi dissolvido para fundir-se com os sindicatos do Rio de Janeiro e surgiu o Pacto de Unidade e Ação - PUA- que chegou a abranger mais de 100 sindicatos e foi o embrião do futuro CGT.

O PUI e o PUA foram criados a partir de comissões de fábricas e comandos de greve, mas logo tornaram-se articulações dirigidas por lideranças de federações e sindicatos perdendo sua penetração na base do movimento. Sobre eles podemos dizer:

1- haviam nascido fora da estrutura sindical vigente mas logo passam a se articular dentro dela

2 - os comunistas e os governistas continuam dividindo a liderança

3 - tinham grande poder de mobilização nas bases durante os momentos de crise

4 - o governo "tolerava" a existência.

Alguns registros apontam o número de grevistas no período: 1955 - mais de 500.000 trabalhadores; 1957 - mais de 800.000 trabalhadores; 1960 - mais de 1.500.000 trabalhadores.

Ao mesmo tempo, a luta chegava ao campo. Em 1951, Francisco Julião, um advogado, resolve assumir a defesa de famílias camponesas ameaçadas de expulsão de suas terras em Galiléia (PE). A luta é longa e vai organizando os trabalhadores no campo até que, em 01/01/55, é fundada a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco. Nasce uma nova organização que ficou conhecida como Liga Camponesa e defendia a posse da terra "com a determinação que fosse necessária". A imprensa da direita chegou a noticiar que os posseiros contavam com campo de treinamento para a luta armada.

Nas áreas onde predominavam os trabalhadores rurais assalariados a luta era difícil. Em 1933, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ) havia sido o primeiro a conseguir registro no país e, mais de 20 anos depois, em 1955, havia apenas cinco sindicatos rurais reconhecidos no Brasil.

O PCB, temendo o radicalismo das Ligas Camponesas, começa a incentivar a criação de sindicatos rurais. Em 1954, cria em São Paulo a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) para promover a campanha. O curioso é que esta foi também a posição da Igreja.

No Rio de Janeiro, em 1958, forma-se um Conselho Permanente das Organizações Sindicais (CPOS). No mesmo ano, são realizados congressos sindicais em 12 estados brasileiros e uma Conferência no Rio que reúne mais de 1.000 delegados representando 600 sindicatos. Todas essas organizações irão se reunir mais tarde e formar o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT. Algumas dessas organizações buscavam uma linha independente da estrutura sindical existente, mas não a questionavam pois as lideranças estavam nas diretorias sindicais e dependiam da estrutura. Não colocavam a questão do desatrelamento sindical como bandeira de lutas.

Simplificando, o movimento sindical estava dividido em três grupos:

a) os ligados ao PTB e ao governo;

b) os ligados ao PCB que dirigiam toda a luta contra o imperialismo americano e não desejavam assustar a burguesia nacional;

c) os "pelegos".

#### Alguns fatos importantes do período:

1954- em agosto, realiza-se o Congresso dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro (PE). Houve muita repressão e prisão de delegados;

1954- sob a influência do PCB, em São Paulo, é criada a ULTAB- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil; 1954- entre julho e outubro, há registro de 37 greves em Pernambuco, envolvendo 44.000 trabalhadores. No ano todo foram cerca de 70 greves. Havia em Pernambuco o Conselho Consultivo dos Trabalhadores, com 54 sindicatos filiados, que patrocinou a Primeira Conferência de Assalariados Agrícolas e Camponeses de Pernambuco;

1954- em Santa Catarina:

a) greve dos operários de Brusque e de Blumenau;

b) greve dos mineiros de Criciúma, que recebeu solidariedade nacional;

c) passeata dos estivadores de Laguna, contra o desemprego;

d) os estudantes de Laguna fazem passeata exigindo melhor iluminação pública, quebram as antigas lâmpadas e invadem a prefeitura;

1954- em novembro, realiza-se o IV Congresso do PCB (na clandestinidade). O Congresso definiu a revolução brasileira como "antiimperialista e agrária antifeudal";

1955- em setembro, o Congresso dos Camponeses em Recife que se encerrou com uma passeata pela cidade;

1955- a repressão anda solta. O governo determina intervenção no Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina (RJ), prisão em massa dos trabalhadores da Light dentro da sede do Sindicato e a anulação das eleições do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de São Paulo. Baixa portaria tornando ilegais as Comissões Intersindicais e um decreto dividindo algumas categorias (a Federação Nacional dos Marítimos foi dividida em duas, a dos Aeronautas também);

1955- ainda circulam vários jornais operários- Novo Dia, Luta, Frente Popular, Momento Feminino, A Classe Operária, O Povo, Tribuna do Povo, O Democrata (Ceará), Hoje (São Paulo), O Momento (Bahia), Tribuna Gaúcha (Rio Grande do Sul),... além de alguns já conhecidos;

1956- temos notícia de 16 greves, sendo duas dos transportes em São Paulo, uma dos portuários de Santos e uma Greve Nacional dos marítimos;

1957- Greve em 6 categorias envolve 400.000 trabalhadores em São Paulo. Dura 10 dias e reivindica aumento nos salários e congelamento dos gêneros alimentícios. Além dessa, temos notícias de 35 greves no Brasil. Entre outras, a dos ferroviários do Rio Grande do Sul, dos metalúrgicos do Rio, têxteis e bancários;

1958- foram realizadas 29 greves, duas de caráter nacional (marítimos, de 21 a 28 de janeiro, e telegrafistas, de 15 a 28 de março). Importantes as dos têxteis de Recife e de Jundiá (SP) e da construção civil de São Paulo;

1958/1959- surge o Movimento de Renovação Sindical, baseado na organização dos operários de transporte coletivo e do setor têxtil de São Paulo, com alguma penetração entre os trabalhadores rurais de São Paulo e do sul da Bahia. Eram contra a CNTI e o imposto sindical, que chamavam de "fábrica de pelegos";

1959- a briga triplicou e o número de greves chegou a 88. Os estivadores de Santos e de Recife paralisaram os portos. Em São Paulo, duas grandes greves: entre 02 e 07 de setembro envolvendo 35 categorias e em princípio de dezembro uma Greve Geral. Juscelino faz ameaças contra "planos subversivos disfarçados de movimentos trabalhistas".



## **VI.c - A organização sindical**

(1960 a 1964)

O processo da eleição de Jânio Quadros, sua renúncia e a complicada posse e administração de Jango já estudamos em outra etapa. Antes de olharmos com mais atenção a nova etapa do movimento sindical, vale conhecermos um outro fator importante na história das lutas operárias.

Desde a segunda metade da década de 40 e principalmente durante a década de 50 as grandes cidades vão inchando com a chegada dos trabalhadores que são expulsos do campo e buscam um emprego na indústria que crescia. No Rio de Janeiro, entre 1950 e 1960, a população cresceu a uma média de 100.000 habitantes por ano e São Paulo dobrou a população no mesmo período. Esta gente pobre, explorada, vai sobrevivendo como pode em bairros periféricos e sem infra-estrutura adequada. O nome muda em cada região, mas a miséria é a mesma: em Recife, mocambos e alagados; em São Luís, palafitas; em Salvador, alagados; no Rio, favelas; em São Paulo, cortiços; em Porto Alegre, malocas.

O início da década de 60 marca também um processo de organização dos moradores desses bairros. Com vários nomes (Associações, Uniões, Ligas, etc.) esta população vai se organizando e começa a cobrar providências e atenção dos governos. Em vários casos, participam e prestam solidariedade aos movimentos grevistas.

Os discursos de Juscelino, defendendo o desenvolvimento da indústria nacional, mostraram-se, na prática, apenas discursos. Cada vez mais, a economia brasileira era dependente das entradas de capital estrangeiro. A tal ponto que, no início da década de 60, o controle deste capital sobre os principais setores da economia era quase absoluto:

tratores	99,8%
automóveis	98,2%
medicamentos	88%
cigarros	85%
energia elétrica	82%
produtos químicos	76%
máquinas	70%

Em 1960, realiza-se nesse clima o IIIº Congresso Nacional dos Trabalhadores e as várias tendências do movimento ficaram definidas:

a) os vermelhos - ligados ao PCB e à ala mais esquerda do PTB. Nacionalistas, eram a maioria e lideravam o movimento sindical até o golpe de 64. Desejavam criar o Comando Geral dos Trabalhadores;

b) os amarelos - pelegos, ligados ao Ministério do Trabalho e ao sindicalismo norte-americano;

c) os democráticos ou renovadores - eram anti-comunistas e agrupavam seguidores de Jânio, católicos, esquerdistas não alinhados com o PCB, etc... Chegaram a defender um sindicalismo livre do Esta-

do e com uma atuação mais voltada para as bases e Comissões de Fábricas, defendiam a pluralidade sindical e a livre negociação (sem interferência do Ministério do Trabalho). Mas eram contra a criação do CGT e o grupo se dividiu logo após o Congresso, a maior parte se ligou ao sindicalismo norte-americano e fundou um Movimento Sindical Democrático.

O tema mais polêmico do Congresso, como não podia deixar de ser, foi o da criação de uma Central. Os vermelhos defendiam uma central que se filiasse à FSM (Federação Sindical Mundial) de linha política ligada à União Soviética e os demais defendiam uma central filiada à CIOSL-ORIT, de orientação norte-americana. Como era de se esperar, o Congresso se dividiu e não foi criada a Central Sindical.

Em 1961, uma aliança entre os sindicalistas do PCB e a esquerda do PTB leva o movimento sindical a conquistar a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), formando um bloco de apoio a Jango e Tancredo. Em 1962, finalmente, uma greve por salários que mobilizou quase todos os trabalhadores brasileiros levou ao surgimento do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT.

Como era o CGT?

*Organização:* o CGT unificava as lutas passadas (PUI, PUA, CPOS...) e mais 4 confederações oficiais.

*Relação com a Estrutura Sindical:* viveu dentro da estrutura, sem a contestar, mas nunca foi reconhecido por ela, não foi legalizado.

*Tendências:* as três tendências continuavam existindo em seu interior.

*Alcance das Propostas na Base:* o CGT, como os demais sindicatos, não tinha grande penetração nas bases do movimento, não tinha enraizamento nas fábricas. Tinha, é verdade, um corpo de militantes comunistas muito ativos e combativos mas que não estavam na direção do partido.

A crise econômica, com as constantes perdas salariais, permitia ao CGT grandes mobilizações e a direção de muitas greves. Na época das Reformas de Base o CGT comandou greves e mobilizações de cunho político. Era uma posição de vai-e-vem. O CGT comandava greves por salários e mudanças políticas e, no momento seguinte, pedia aos trabalhadores para apoiarem algumas medidas do governo Goulart e para terem paciência pois o momento "era difícil". A linha política de atuação era definida pelas lideranças do PCB e do PTB, transmitidas à base através da estrutura dos sindicatos e colocada em ação. Não havia discussão com as bases operárias e isto trouxe uma imensa confusão ideológica, como veremos mais tarde.

As direções sindicais não enxergavam um fenômeno importante e que teve peso na derrota de 64. Apesar de a classe operária vir crescendo muito, desde os tempos de JK, o índice de sindicalização era baixo, inferior a 25% dos trabalhadores. Para se ter uma idéia do problema, nas eleições sindicais dos metalúrgicos (RJ), em 1962, apenas 10% da categoria votou.

Em 1963, a luta dos trabalhadores rurais dá mais um passo importante e funda-se a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). É conquistado o Estatuto do Trabalhador Rural, salário mínimo, previdência social, 13º e férias. No mesmo ano, ocorreram 48 greves de trabalhadores rurais no nordeste, a maioria delas para fazer valer o Estatuto, com muitas mortes e repressão.

Para simplificar, podemos dizer que o movimento sindical do período foi populista e cupulista. Não exigiu e nem lutou pela liberdade sindical, pelo desatrelamento do movimento do Estado, ficou amarrado a partidos políticos e ao governo. Foi um período, no entanto, muito rico de ensinamentos e, sem dúvidas, o CGT teve um papel importante em lutas que se travaram, cumpriu uma tarefa entre 1961 e 1964. Os altos e baixos do movimento foram lições importantes para se repensar a organização dos trabalhadores, anos mais tarde. Por isso, chamamos o período de amadurecimento.

#### Vejam alguns fatos do período:

1960- no Rio de Janeiro, o IIIº Congresso Nacional dá início a criação do CGT (agosto);

1960- em novembro, Greve envolvendo ferroviários, marítimos e portuários. Ao final do movimento, além da vitória econômica, houve um saldo organizativo com a participação no PUA;

1960- em agosto/setembro, greves em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul pela posse de João Goulart. Pararam os ferroviários da Leopoldina (RJ), além da Greve Geral de marítimos, têxteis, bancários e petroleiros;

1961- Greve Geral de 24 horas, em São Paulo, contra a carestia e exigindo o congelamento dos gêneros de primeira necessidade;

1961- há registros de 115 greves no país. Em 14 de dezembro, uma Greve Geral em São Paulo conquistou uma antiga reivindicação do movimento: o chamado "abono de Natal" ou 13º salário, como ficou conhecido. Durante essa greve, a repressão foi tão intensa que o hipódromo foi transformado em cadeia para sindicalistas e ativistas presos. O 13º só virou Lei nacional em julho de 1962, com caravanas de vários estados lotando o Congresso para forçar a votação;

1962- registradas 148 greves. Destaque para a Greve Geral, em julho, contra a aprovação do nome de Auro de Moura Andrade para 1º Ministro; *Algumas greves de 1962-* nas pedreiras de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá / nas três fábricas da MAFERSA (Rio, São Paulo, Minas) / bancários de Brasília (16 dias) / petroquímicos param com a solidariedade de todas as empresas da Baixada Santista / os ferroviários da Sorocabana param, a greve foi considerada ilegal e muito reprimida; 1962- de 17 a 19 de agosto, 4º Encontro Sindical Nacional, em São Paulo, reúne 574 entidades e 2.566 delegados. Consolida-se a criação do CGT;

1962- em 15 de setembro, a Greve Geral convocada pelo CGT para forçar o Congresso a votar a antecipação do plebiscito; 1962- em dezembro, uma onda de saques no Rio de Janeiro. A população in-

vade mercados e açougues que estocavam alimentos para forçar uma alta de preços;

1963- há registros de 172 greves; 1963- em janeiro, 20 categorias entram em greve pelo pagamento do 13º salário; 1963- em março, após muita mobilização o Congresso aprova Lei que estende benefícios trabalhistas aos trabalhadores rurais; 1963- em outubro, o CGT conclama uma Greve Geral em São Paulo. A principal reivindicação era um reajuste de 100% nos salários. O porto de Santos ficou paralisado. A polícia prendeu cerca de 600 sindicalistas no estado;

1963- em junho, os aviários paralisam os transportes aéreos; 1963- em setembro, Greve Nacional dos bancários;

1963- em setembro, um momento importante. As enfermeiras de Santos entram em greve e são reprimidas com muita violência. O CGT não havia se posicionado mas os portuários param em solidariedade atraindo tropas governamentais para a região. O CGT é levado a sair do muro e ameaçar o governo com uma greve geral. O movimento termina com vitória das enfermeiras e readmissão das grevistas punidas; 1963- em setembro, Greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte por 100% de aumento. Conquistaram 80%;

1963- em setembro, a última Grande Greve do período. Em São Paulo, diversas categorias resolvem unificar a campanha salarial: 15 categorias, 80 sindicatos e mais de 700.000 trabalhadores se mobilizam para repor as perdas e exigem 100% de aumento com unificação das datas-base. Toda a indústria da capital e de 40 cidades paulistas foram paralisadas e, depois de cinco dias de greve, conquistaram 80%;

1963- em outubro, um dos mais violentos momentos da repressão ao movimento sindical e um episódio que a burguesia ainda teima em esconder: o Massacre de Ipatinga.

*Ipatinga (MG) - No dia 07 de outubro, os trabalhadores da USIMINAS (que ainda era uma empresa multinacional) param reivindicando aumento salarial, melhores condições de alojamentos e mudanças no quadro de vigilância interna da empresa. Dos 30.000 trabalhadores ligados às atividades da siderúrgica apenas 6.000 eram registrados, os demais eram vinculados a empreiteiras. Depois de alguns dias de greve, uma comissão de representantes eleitos pelos operários foi recebida para negociar com a direção da empresa e com o governador do estado enquanto cerca de 20.000 metalúrgicos aguardavam do lado de fora. Os soldados da PM que cercavam o lugar disparam suas metralhadoras! Os jornais chegaram a noticiar sete mortes. Testemunhos de metalúrgicos da região dão conta de mais de 80 trabalhadores assassinados e um grande número de feridos. Não houve qualquer destaque da imprensa e nenhum inquérito foi feito para apurar os fatos e as responsabilidades.*

## **VII - O "Golpe" atinge o movimento**

(1964 a 1978)

*"Não me sai da cabeça o dia 8 de abril e os dias que se seguiram, quando o estaleiro em que trabalhava foi cercado pelas tropas de fuzileiros navais pela manhã e só a partir das 3 horas da tarde foram efetuadas as prisões. Durante todo esse tempo, o contingente de trabalhadores era considerado prisioneiro. No fim da tarde foram efetuadas as prisões de 47 trabalhadores, submetidos à humilhação na presença de todos, com as mãos sobre a nuca, de frente para a parede, sob a mira das metralhadoras de um pelotão de fuzileiros. Perdemos tudo em 1964, todas as conquistas." (Abdias José dos Santos-RJ, em História da Classe Operária no Brasil-ACO- 5º Caderno)*

O período que vamos estudar, quando o movimento sindical brasileiro passou por um dos momentos de maior repressão, marca uma história de resistência que os patrões e a classe dominante gostariam muito de ver apagada ou negada. A repressão, as prisões que lembram as colônias do Oiapoque ou os campos de concentração nazistas, os "desaparecimentos" de líderes sindicais e militantes, uma legislação autoritária, tudo foi feito para que os trabalhadores brasileiros jamais voltassem a levantar a cabeça e incomodar o sistema que se ampliava.

O golpe militar de 1º de abril de 1964 não deixou muito do movimento sindical da época. Usando a legislação existente, e outras leis criadas por eles, os militares destroçaram o movimento e cassaram toda a liderança mais combativa. Só nos primeiros meses do golpe, 50.000 pessoas foram presas no país. Entre 1964 e 1965 foram feitas 452 intervenções em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações. De 1965 a 1970 foram mais de 100 intervenções nos sindicatos restantes e mais 4 federações. A nova Lei de Greve, apresentada por Ulisses Guimarães, colocava uma barreira ao movimento. Os militares mostraram ao que vinham: desmantelar o movimento operário e garantir tranquilidade ao capital.

Somando-se à repressão direta e às novas estruturas criadas para os sindicatos, o governo militar implantou um dos mais violentos arrochos salariais que se conhece. Entre 1964 e 1968, segundo os cálculos mais otimistas, os salários já tinham perdido 35% do seu valor.

Os militares e seus tecnocratas ainda tinham outros trunfos escondidos para assegurar o lucro fácil sobre os trabalhadores. Em 13 de setembro de 1966, é assinada a Lei que acabava com a Estabilidade no Emprego e criava o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Como funcionava esta arma?

É necessário dizer, em primeiro lugar, que Estabilidade no Emprego havia sido uma conquista do movimento operário, depois de muita luta e de greves. Depois de 10 anos trabalhando em uma só empresa, o trabalhador adquiria a estabilidade e só poderia ser demitido em caso de falta grave. Quando era demitido com menos de 10 anos tinha direito a uma indenização correspondente a um salário por ano trabalhado, além do aviso prévio de 30 dias. E

isto era visto como um problema para os patrões que alegavam que os salários dos trabalhadores mais antigos serviam para "puxar" os outros salários. Ficava caro para uma fábrica mudar-se para outra cidade e indenizar todo mundo. A rotatividade da mão-de-obra era pequena e isto prejudicava o lucro do empresário.

É aí que os técnicos do governo têm uma "idéia fantástica": acabam com a estabilidade e criam um Fundo em que o trabalhador não tinha participação de sua administração e do qual só podia lançar mão quando era demitido, aposentado, etc. O resto do tempo o governo ia usando o Fundo para seus interesses. Não havendo mais indenização a ser paga era mais fácil para o patrão demitir. Começou aí a rotatividade da mão-de-obra brasileira.

Os salários iam caindo, e os trabalhadores que não "optavam" pelo novo sistema não conseguiam emprego. Os que já tinham a estabilidade ou estavam próximos de obter iam sendo pressionados de toda maneira, obrigados a "acordos", separados dos demais, discriminados pela chefia e mandados para setores diferentes, recebiam os piores trabalhos, etc. Estava estabelecido o sistema através do qual os patrões iam alcançando mais lucros e os trabalhadores perdendo a dignidade.

A lei 4.330 proíbe as greves, o FGTS substitui a estabilidade no emprego, as horas extras passam a ser regulamentadas e os índices salariais só são dados pelos cálculos do Ministro Roberto Campos (Lei 4.725, conhecida como "Decreto do Arrocho"). O novo regime passa a nomear os "pelegos-interventores" para os sindicatos e uma forma de repressão é inaugurada: os novos "dirigentes" convocam assembleias que eram vigiadas e fotografadas pela polícia que, ao final, dava voz de prisão para os que mostrassem mais combatividade e se destacassem. Era a política de "matar a criança antes que nascesse". Além disso os sindicatos passam por nova onda assistencialista com grande incentivo do governo para os serviços médicos e odontológicos.

O movimento sindical permanecerá abafado por algum tempo. É o período em que alguns líderes que haviam escapado das perseguições unem-se a elementos que vieram das Comunidades de Base e a antigos comunistas discordantes da atuação do PCB para fazerem uma longa análise do golpe militar e das conseqüências para os trabalhadores. O resultado desta longa avaliação pode ser considerada como a semente do que viria a se transformar no novo sindicalismo e uma das principais propostas que surge dos debates é a necessidade de lutar pela alteração da estrutura sindical existente.

Mas o arrocho salarial continuava penalizando os trabalhadores. Em 1967, tentando manobrar com os interesses populares, o governo militar incentiva o surgimento do Movimento Intersindical Antiarrocho - MIA - liderado pelo interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e que não consegue vencer. Desde 1965, o Governo vinha patrocinando um Curso Fundamental de Direção Sindical. O salário mínimo, que havia dobrado em fevereiro de 64, teve reajustes de 57% (01/03/65) e 27% (13/03/66) enquanto o custo da vida subia 91,4%

(64), 65,9% (65) e 41,3% (66) segundo a revista Conjuntura Econômica. Em fevereiro de 67, um novo reajuste de 25% para o salário mínimo, enquanto o custo de vida subia 30,4% (FGV), começa a mobilizar os trabalhadores.

Em 31 de março de 1968, o governo Costa e Silva anuncia um novo aumento de 23% para o salário mínimo, enquanto a inflação já havia chegado a 25% segundo o Ministério da Fazenda.

Nas direções sindicais, os pelegos haviam chegado ao paraíso sonhado: os órgãos de luta estavam transformados em assistencialistas e eram um bom e tranquilo emprego enquanto se esperava uma nomeação qualquer para um cargo governamental como prêmio de bom comportamento. Até 1968 o movimento ainda tentou se rearticular e reagir, mas a repressão era violenta e a luta passa para a clandestinidade, com pequenos grupos de trabalhadores por fábricas. Era o surgimento do que viria a ser chamado de Novo Sindicalismo, que começava nas bases, discutindo e avaliando os erros passados. Não se pode dizer que foi um período de grandes acontecimentos, mas foi a base importante para toda a retomada que se seguiu, para a reorganização do movimento operário e dos trabalhadores rurais. Começava uma nova forma de sindicalismo e de movimento popular.

O desemprego ia atingindo a classe trabalhadora. Em 1965, as indústrias e os engenhos de açúcar de Pernambuco demitiram mais de 120.000 trabalhadores. Em São Paulo, só no mês de março, temos registro de 55.681 demissões. Vejamos algumas manchetes dos principais jornais do país, no período: *Rio de Janeiro* - "Ao chegarem à fábrica Confiança milhares de operários encontraram o portão fechado e um aviso pregado: A fábrica fechou, não há trabalho." E foi só. Nenhuma outra explicação; *Fortaleza* - "Seis fábricas de óleos vegetais e animais fecharam. A maior delas emprega 600 operários e a menor 150. E ainda há perspectiva de fechamento de outras."; *Belém do Pará* - "A fábrica de cimento está dispensando operários em número considerável." "Na Base Naval tem gente se empregando a troco de comida."; *São Paulo* - "A indústria SECURIT, com efetivo de 1.400 operários, reduziu-o a 600, e ainda há perspectiva de redução maior."; *Minas Gerais* - "Pararam 4 indústrias têxteis em Cataguases."; *Ceará* - "A construção civil acha-se quase parada, 60% dos trabalhadores sem trabalho."

O resultado dessa política ia sendo alcançado. O Brasil transformava-se no paraíso dos investimentos capitalistas e na ilha de tranquilidade social que os militares haviam prometido. O governo dava todas as vantagens para as empresas estrangeiras aqui se instalarem. Além da repressão a qualquer movimento reivindicativo e do arrocho em vigor, ainda oferecia: terrenos para implantar as indústrias; construção de estradas e portos para escoar mercadorias; maior facilidade na remessa de lucros; facilidades e bons preços para a matéria prima (minério, borracha, madeira, etc.).

Ainda assim, os primeiros anos da Ditadura Militar ainda vão mostrar dois importantes momentos da resistência dos trabalhadores.

## **A - Abril de 1968- a Greve de Contagem (MG)**

*O movimento teve início na seção de trefilaria da Belgo-Mineira, no dia 16. A empresa foi ocupada pelos operários que, imediatamente, elegeram uma Comissão para negociar com a direção da fábrica. No dia seguinte, a Delegacia Regional do Trabalho declarava a greve ilegal (êta eficiência, sô!) e os metalúrgicos desocupam a fábrica que foi tomada por tropas da Polícia Militar. Os grevistas reúnem-se no Sindicato e lá ficaram sabendo que os 500 operários da Sociedade Brasileira de Eletrificação haviam parado também.*

*As negociações não andavam e o movimento crescia. A Mannesman, com 4.500 operários, entrou na greve. No dia 22 o movimento já contabilizava 13 empresas paradas e mais de 15.000 trabalhadores com os braços cruzados. A Comissão de Greve inicial foi ampliada com representantes de todas as empresas paradas e, como não podia deixar de ser, o governo resolve "negociar" ao seu modo: a Polícia Militar ocupou toda a Cidade Industrial, proibiu assembleias e reuniões, prendeu quem distribuía boletins e isolou as comunicações. O País "não precisava" saber o que se passava em Contagem!*

*Com a repressão e o total isolamento dos trabalhadores mineiros, não havia muito mais a fazer. No dia 25, uma Assembléia aceitou os 10% oferecidos pelo Ministério (o movimento queria 25%) e a greve foi encerrada. Foi o primeiro grande movimento depois do Golpe de 64 e as lideranças foram presas, com grande número de demitidos entre os grevistas.*

*Os trabalhadores tentaram retomar as lutas e, em julho uma greve se generaliza por várias fábricas no município de Osasco (S.P.). Na Cobrasma, maior metalúrgica da região, surge uma aguerrida Comissão de Fábrica e os piquetes se espalham. A repressão torna-se mais violenta e a greve termina após 6 dias de paralisação e a prisão de vários líderes do movimento. Em algumas fábricas, os policiais e os soldados chegaram a fazer "corredor polonês" durante as retiradas dos grevistas, havendo espancamento de trabalhadores. Os 60 sindicalistas presos são enquadrados na Lei de Segurança Nacional, o padre Pierre Vauthier é expulso do país, em 26 de agosto, e 600 operários são demitidos.*

## **B - Julho de 1968 - A Greve de Osasco (SP)**

*Dia 16, oito horas e trinta minutos da manhã, os 2.000 operários da Cobrasma e 800 da forjaria da Braseixos suspendem o trabalho, ocupam a fábrica, desarmam os vigias, montam barricadas nas portas e mantêm dirigentes da empresa no interior. Até às 11:30 hs, já haviam aderido ao movimento os 400 operários da Barreto Keller e da Fábrica de Fósforos Granada (que almoçavam em um restaurante comum). Às 13 hs e 30 min, é a vez dos 300 operários da Lonaflex pararem.*

*Em um balanço posterior, José Ibrahim, então presidente do Sindicato, relembra: "Após o meio-dia*

os representantes do Ministério do Trabalho vieram ao Sindicato discutir conosco. Vinham com uma posição bastante conciliadora e tentaram me enganar, dizendo que se nós parássemos a greve e deixássemos a fábrica eles nos davam garantias quanto ao início das negociações com o patronato (...). Respondi-lhes que não estava autorizado a estabelecer negociações, mas que se os representantes do Ministério desejassem poder-se-ia discutir com os camaradas das fábricas ocupadas (...)."

A "justiça" não se fez esperar e, no mesmo dia, a DRT se pronunciava oficialmente: "Desta vez eles ultrapassaram os limites. A greve nas 6 fábricas e a ocupação de duas delas, indica bem que eles têm ligações com os movimentos subversivos (...) Sabemos que a greve da Cobrasma, a que foi desencadeada em primeiro lugar, foi organizada por dirigentes do Sindicato, no qual já intervimos."

Durante a noite começou a repressão direta. A tropa de choque da Força Pública ocupava toda a cidade de Osasco com cavalaria e carros "brucutus". Na Cobrasma e na Lonaflex as tropas invadiram para desocupar as instalações e prender os grevistas. Uma rápida Assembléia dos operários decidiu por não abandonarem a fábrica e a tropa começou a invasão com tiros para o ar e bombas de efeito moral. Os metalúrgicos apagaram as luzes e houve muito combate corpo a corpo. Durante a madrugada as duas empresas foram desocupadas e o Sindicato estava sob intervenção.

Mesmo assim, no dia seguinte param os 2.000 operários da Brown-Boveri e os outros 900 da Bra-seixos. No terceiro dia da mobilização, as Comissões de trabalhadores procuram atuar nos bairros e montar um esquema de apoio mas a repressão já era muito forte. As demissões já estavam acontecendo e, no quarto dia, o movimento começa a refluir. Dirigentes sindicais de São Paulo começam a negociar com a DRT: foram concedidos reajustes entre 15% e 20%, as demissões pararam e os demitidos foram indenizados.

A greve de Osasco, com ocupação de fábricas e enfrentamento com a repressão, chegava ao fim. Em 1972, José Ibrahim fazia uma avaliação: "Desde o início, pensamos que o essencial era a organização independente da classe operária, baseada nos comitês de fábricas e que o sindicato (oficial, ligado ao Ministério do Trabalho) era apenas um meio auxiliar para atingir esse objetivo. Entretanto, na prática, os comitês ficaram na dependência do sindicato. Não porque se tenha privilegiado o sindicato, mas porque se tratava de uma experiência nova (...). Nós não tínhamos criado uma coordenação de comitês, independente da máquina sindical. É por isso que a greve refluiu, no momento em que o sindicato foi fechado pelo governo e que a direção de esquerda ficou na impossibilidade de aparecer livremente em Osasco (...)."

O AI-5 viria para terminar o trabalho, mas estas duas greves serviram para a experiência das "oposições sindicais" que começam a aparecer na década de 70. Em 1969 ainda vão ocorrer 17 greves, no Brasil, e no ano seguinte outras 12. Mas o movimento demoraria em romper a repressão montada.

Uma parcela da esquerda, ainda organizada, partiu para a luta armada, para a guerrilha, e foi massacrada.

Para encerrarmos este período, vale lembrar que a década de 60 marca o avanço da política militarista na América Latina. Uruguai, Argentina, Bolívia, Chile e a invasão da República Dominicana são exemplos desta "doutrina de segurança" dos EUA para os demais países americanos.

## **VII.a - O "Golpe" chega ao campo** (1964 a 1973)

Entre 1967 e 1968, o Ministério do Trabalho cria 854 novos sindicatos urbanos e 464 sindicatos rurais. Alguma coisa não cheirava bem: o movimento havia levado 20 anos para organizar 5 sindicatos rurais e os militares fizeram 90 vezes mais em apenas um ano. De onde vinha tanta preocupação?

Os estrategistas do golpe militar de 64 haviam caracterizado a situação do nordeste brasileiro, e a questão rural como um todo, como sendo particularmente perigosa e como possível foco de uma convulsão social que merecia mais atenção. Um boletim especial da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) falava da situação do nordeste falando em "insatisfação popular", um povo cheio de "ressentimentos", um exército de "desempregados" e onde surgiam organizações camponesas que tentavam resolver a questão do acesso à terra. Pintava, assim, um quadro perigoso do nordeste em busca de investimentos das empresas alemãs naquela região.

Mas havia uma outra razão. O governo começava a implantar sua política para o campo e precisava ter um controle absoluto sobre os trabalhadores rurais. Em 1966, faz aprovar o Estatuto da Terra que estende as leis trabalhistas ao campo. Houve uma expulsão em massa dos colonos que saíam das fazendas e transformavam-se em assalariados rurais.

A política planejada era simples: os bancos passavam a conceder empréstimos (créditos rurais) aos grandes proprietários para que eles cultivassem os produtos que interessavam para a exportação (gado, soja, café, etc). Claro que isto significava expulsar o pequeno plantador e diminuir a área dedicada aos produtos de consumo do trabalhador (feijão, milho, mandioca, etc). É também o período dos grandes incentivos à agroindústria e à ocupação das terras do norte brasileiro por grandes empresas multinacionais. A Volkswagen comprou 26 mil hectares, a King Ranch (americana) comprou 130 mil hectares, a Suia-Missú comprou perto de 700 mil hectares, a Coopesucar (de um grupo econômico paulista) adquiriu 608 mil hectares e a Jari Florestal (do capitalista americano Daniel Ludwig) bateu o recorde ao adquirir 3 milhões de hectares. O homem começa a ser expulso do campo para dar espaço às máquinas e aos bois.

Em 1970 o nordeste foi assolado por uma das mais terríveis secas de sua história. O regime não perdeu tempo e tratou de mostrar que os problemas da região não eram sociais, de uma má distribuição

de rendas e de terras, mas sim de "ordem climática". A culpa pela situação do trabalhador nordestino passa a ser da geografia.

Na ocasião, o próprio general Médice fez uma visita ao nordeste, com os seus principais ministros, para mostrar que estava preocupado com a situação. O principal resultado da visita foi o Decreto-Lei 1.110 que unificou o trabalho do PIN (Programa de Integração Nacional) com o do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Os primeiros anos da década de 70 marcam o início do projeto dos militares para a Amazônia e para o nordeste. Um programa de colonização é iniciado, levando a grande quantidade de desempregados e miseráveis que se concentravam próximo aos grandes centros fossem levados para assentamentos ao longo de estradas que se abriam na região. Apenas estava transferindo o problema de um local para outro. Expandem-se os grandes negócios com a terra, na região, e os empreendimentos capitalistas vão tendo lugar. As indústrias agrícola, pecuária, extrativista, mineradora e de outros tipos vão se implantando na região, aproveitando uma mão-de-obra faminta e barata.

A região amazônica, para os tecnocratas do regime, precisava urgentemente integrar-se no sistema, passando a produzir bens que pudessem ser exportados gerando as divisas de que o governo tanto precisava. No sul do país o quadro não é muito diferente. A agroindústria chega para tomar de vez as terras e implantar o seu regime de exploração.

### **VII.b – A reavaliação**

(1973 – 1976)

As intervenções nos Sindicatos, prisão dos líderes operários, ressurgimento dos pelegos e o arrocho salarial imposto levaram os trabalhadores a um período de pequenos movimentos organizativos. É no início da década de 70 que começam a surgir os pequenos "jornais" e "boletins" clandestinos, de pequena tiragem, para circular em algumas fábricas. São feitos em gráficas "improvisados" e escondidas, tratando de assuntos específicos como o arrocho salarial ou as condições de trabalho nas fábricas.

Militantes de esquerda, muitos vivendo clandestinamente, encarregavam-se da distribuição e de fazer com que chegassem aos trabalhadores de outras empresas.

O 1º de maio de 1970 ainda é marcado por um ato de resistência. Os pelegos haviam preparado a comemoração para um estádio de futebol e, iniciados os discursos, alguns panfletos começam a circular denunciando a situação dos trabalhadores. Imediatamente, a polícia fecha os portões do estádio e prende alguns militantes. Quatro dias depois, jogado em um matagal de um bairro operário é encontrado o corpo do trabalhador químico Olavo Hansen.

Os anos seguintes são de silêncio. Os sindicatos estão fechados ou ocupados com a distribuição de bolsas de estudos, serviço médico e odontológico ou

fazendo empréstimos para trabalhadores. A política do "milagre" se abatia sobre o movimento e o ministro Delfim Neto manipulava os índices.

A experiência, no entanto, havia servido para alguma coisa. É nesse período que se afirmam as oposições sindicais, principalmente em São Paulo, com um trabalho voltado para grupos pequenos e atuantes nas fábricas. Em 1973, ressurgem as greves localizadas na região de São Bernardo (SP). Os operários da Volks, da Chrysler e da Mercedes, em datas separadas, param o trabalho reivindicando 10% de aumento salarial. A vitória em São Bernardo leva os operários da Villares (SP) a uma paralisação pelo mesmo índice, terminando com a conquista do aumento. Neste período vão amadurecendo outras formas de luta: operação tartaruga, parada por seção, operação padrão, etc...

O movimento sindical esboçava os primeiros passos para a retomada das lutas, agora com nova mentalidade.

O "Milagre Econômico" dos militares estava se esgotando. O bolo não crescia e os trabalhadores continuavam na mesma situação anterior, o povo não havia experimentado a ilha de tranquilidade prometida e os militares sofriam a primeira derrota, depois do AI-2, nas eleições de 1974 quando o MDB vence nas cidades mais importantes do país. Os generais começam a preparar a saída com honra e Geisel é o Presidente.

Depois de dois anos de silêncio nas fábricas, temos notícias de 12 greves em 1972. Os trabalhadores voltavam a se mobilizar por reajustes salariais e, entre 1973 e 1974, já temos conhecimento de outras paralisações na indústria automobilística de São Paulo.

Nas fábricas, a organização tinha uma nova face. Pequenos grupos de trabalhadores iam fortalecendo o movimento e já existem alguns jornais e boletins clandestinos que circulam entre eles. Aos poucos vão descobrindo que a Estrutura Sindical serviu para amarrar o movimento e impedir o avanço de consciência dos trabalhadores. Nos bairros, toma novo vigor o papel das Associações de Moradores que denunciam o custo de vida e os problemas enfrentados pela população.

Os constantes aumentos dos gêneros alimentícios, da condução, dos aluguéis, etc... levam a população a se mobilizar. Em São Paulo, é criado o MCV (Movimento Custo de Vida), em 1975. É uma mobilização que se amplia muito rapidamente e começa a se organizar em várias cidades do país, transformando-se em um movimento nacional com o nome de Movimento Contra a Carestia (MCC).

Paralelo a este, mas de forma desorganizada, vamos encontrar um outro protesto no período. Nas grandes cidades a situação do transporte havia se tornado caótica. A política governamental, investindo todo o dinheiro (87% dos recursos do Ministério do Transporte) em construção e manutenção de rodovias para atender aos interesses da indústria, deixou a população sem o seu principal meio de locomoção nas grandes cidades - os trens. Acidentes constantes, falta de manutenção, redução de funcionários e outras medidas iam tirando os trens

de circulação e a paciência do trabalhador que ainda dependia desse meio de transporte. Em 1974, começam os quebra-quebras, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Brasília, onde o transporte é o ônibus, os trabalhadores das cidades satélites quebram 40 veículos, em outubro de 1974, protestando contra o aumento das passagens.

Entre os operários, a situação já não era de tanta paz como o governo gostava de mostrar. Além do ressurgimento de jornais e boletins clandestinos, das constantes reuniões de avaliação sobre o movimento, do fortalecimento das Oposições Sindicais e a reconquista de algumas entidades, temos informações e registros de outras formas de resistência e protesto dos operários. Atos de sabotagem\* que vão dando escape ao descontentamento e criam formas de resistência quando realizados em conjunto:

a) dar o tranco na máquina - aumentar a rotação para quebrá-la com o uso forçado;

b) trombar a máquina - mudar a posição da máquina para provocar uma trombada quando da entrada de materiais;

c) matar a peça - fazer a peça com pequenos defeitos para torná-la imprestável;

d) fazer um gato - roubar peças para vender nas oficinas mecânicas particulares;

e) desgastar a ferramenta - principalmente as já precárias pelo uso que poderiam ser utilizadas;

f) desatenção - empilhar mal as peças para que elas caíam no chão "sem querer" e fiquem danificadas; não tomar cuidado com os instrumentos mais delicados, etc.;

g) fazer cera - enviar as peças solicitadas para os locais errados, parar o funcionamento da máquina por alguns instantes alegando um defeito inexistente; fazer um serviço mal feito para ter que fazer tudo de novo, etc.

(\*) *Nota: Sabotagem - algumas enciclopédias (a Barsa é uma) dizem que a origem do termo vem da revolta dos operários das estradas de ferro francesas que, em 1910, arrancavam as sapatas ("sabots") dos trilhos. Mas, como vimos na aula 1, os operários ingleses já utilizavam esta forma de luta desde o século XVIII. A palavra "sabotagem" pode ter a origem que a enciclopédia diz mas a ação de rebeldia vem de muito antes.*

O processo de reavaliação neste período levou a uma conclusão: a luta dos trabalhadores deveria se voltar para o fim do atrelamento sindical, pela liberdade sindical, para uma organização mais forte nas bases e independente da política tradicional e do governo.

Entre 06 e 08 de setembro de 1974, realiza-se o Iº Congresso Metalúrgico de São Bernardo. Entre os temas em debate, um ponto chamava a atenção: "produtividade e altas taxas de lucro da indústria automobilística relacionadas com o aumento do ritmo de trabalho, extensão da jornada diária, alta rotatividade da mão-de-obra..."

## VIII - O novo sindicalismo

(1978 - 1986)

Os militares haviam iniciado o processo de brandamento. Em 1977, o Pacote de Abril fecha o Congresso por duas semanas e estabelece a Emenda Constitucional que garantia a retirada tranqüila.

As avaliações feitas pelos operários, no período anterior, já davam as primeiras sementes. Um boletim clandestino circulava entre os metalúrgicos de Belo Horizonte, durante a Campanha Salarial de 1977:

*"Companheiros,*

*A cada dia que passa pioram as nossas condições de vida e de trabalho. O custo de vida sobe sem parar. Aqui em BH subiu 58,7% em um ano, muito mais do que o aumento dos salários. Os produtos que mais encarecem são os alimentos básicos, exatamente os únicos que podemos consumir. (...) Nas fábricas a situação é péssima: além dos baixos salários que recebemos, nunca nos pagam as taxas de insalubridade a que temos direito; não nos pagam os adicionais noturnos e de horas-extras. Pagamos um absurdo por uniforme que devíamos receber de graça; não nos dão equipamento de segurança ou, quando os fornecem, descontam o preço em nossos salários. (...) Tudo isso acontece por uma só razão: porque estamos fracos e desorganizados. (...)"*

Segue ao texto uma lista de reivindicações e termina com:

*"Além disso, devemos lutar nas assembleias para que o sindicato se comprometa a modificar sua atuação. O sindicato precisa: estimular a formação de delegações sindicais nas fábricas; reconhecer as comissões existentes nas fábricas como representantes dos operários; convocar assembleias sempre que existam nas fábricas reivindicações coletivas ou desemprego; permitir que os próprios operários divulguem através do jornal do sindicato as lutas e problemas que estiverem ocorrendo em suas fábricas; divulgar qualquer assembleia com antecipação mínima de 15 dias, através de boletins distribuídos em todas as fábricas e através da imprensa que é lida por nós (e não apenas através do Diário Oficial); Utilizar a campanha salarial para vencer a fraqueza e a desorganização da classe!"*

O dia 12 de maio de 1978 marca o retorno dos trabalhadores ao palco principal dos acontecimentos. Na fábrica de caminhões da Scânia Vabis, em São Bernardo, os metalúrgicos chegam, abrem o ponto, dirigem-se aos locais de trabalho e...nada, silêncio absoluto nas máquinas, a produção está parada. Era um novo tipo de movimento conhecido como "braços cruzados, máquinas paradas". Diria um metalúrgico, quando foi entrevistado por um jornal de São Paulo: "se o patrão não ouve nossas reclamações porque as máquinas fazem muito barulho, paramos as máquinas para ele ouvir melhor!"

Em poucos dias (e não é por acaso que a imprensa dos patrões começou a chamar de "epidemia grevista") o movimento se espalhava. Atingiu os metalúrgicos de São Paulo e logo chegou a outras categorias. Trabalhadores industriais, bancários,

servidores públicos, professores, marítimos, motoristas... a classe trabalhadora se movia. As reivindicações são econômicas mas a questão política também aparece: liberdade sindical, direito de greve, fim do atrelamento... são bandeiras que começam a aparecer nas assembleias.

Nessas lutas, a maioria ainda acontecendo isoladamente, os trabalhadores já vão sentindo a necessidade de unificar o movimento para que o alcance seja maior. Em julho de 1978, durante a posse da nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, 32 dirigentes sindicais representantes deste Novo Sindicalismo divulgam uma declaração conjunta nesse sentido. Era o primeiro passo para as jornadas que levariam a uma Central Sindical. Poucos dias depois, durante o V Congresso da CNTI promovido pela máquina oficial, um pequeno grupo de sindicalistas "autênticos" enfrenta os velhos pelegos e denuncia a prática imobilista e atrelada ao Estado.

Várias histórias podem ser contadas sobre o V Congresso. Realizado no antigo Pavilhão de São Cristóvão, foi palco de grandes debates entre os pelegos e a nova linha de sindicalistas que surgia. Para simplificar, mostrando o grau de manobra que existia nas votações, a revista *Isto É* fazia a cobertura do evento e chegou a entrevistar crianças e motoristas dos ônibus que trouxeram os sindicalistas "amigos" do pelego que declararam, sem qualquer constrangimento, que também haviam votado e que receberam para isso.

Em São Paulo, após a greve dos metalúrgicos, em outubro de 78, ganha força a Oposição Sindical Metalúrgica - OSM/SP.

Em 1979, realiza-se em São Paulo o Encontro Nacional de Oposições Sindicais - ENOS - que reunia, pela primeira vez desde o golpe de 64, sindicalistas de vários estados e diferentes categorias profissionais, trabalhadores do campo e da cidade, que lutavam contra a estrutura sindical existente.

O final do encontro ficou marcado por mais uma violência. O lavrador Raimundo F. Lima (o "Gringo") havia participado do encontro depois de disputar a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no Pará, e ser vencido pelas fraudes descaradas. Ao retornar à sua cidade, foi assassinado por jagunços e o crime permanece sem solução.

Em abril de 1979, já organizados por fábricas, os metalúrgicos de São Bernardo iniciam uma greve marcada por grandes mobilizações populares. Passeatas e Assembleias que contavam com 100 mil operários tomam conta da cidade e assustam o novo general de plantão no Planalto que decreta a intervenção no Sindicato. Mas os trabalhadores haviam organizado comandos de greve e fundos de apoio fora do prédio da entidade e a paralisação é mantida. O 1º de Maio é comemorado e o governo revoga a intervenção.

No dia 29 de outubro é a vez dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, contrariando a posição de diretoria do Sindicato, iniciarem uma greve que foi marcada pela repressão. O Comando de Greve, composto por membros da Oposição Sindical, orga-

niza manifestações e piquetes para resistir aos acordos que a direção sindical fazia com os patrões e, no dia 30 de outubro, num confronto entre tropas da polícia e um piquete diante da fábrica de Sylvania (bairro de Santo Amaro) morre o operário Santos Dias da Silva. A greve termina com a prisão de mais de 1.000 trabalhadores.

Para resistir à onda de greves, o governo altera a Lei dos reajustes salariais que passam a ser semestrais. Mas a crise econômica que se abate a partir de 1980 não dá trégua aos trabalhadores que continuam lutando por seus salários.

Em 1º de abril de 1980, os metalúrgicos do ABC e de mais 15 cidades da Grande São Paulo iniciam uma greve que durará 41 dias. É nesta greve que se definem, claramente, as duas correntes no meio sindical (os reformistas, que ainda temiam um retrocesso político e preferiam "não assustar o sistema", e os autênticos, que acreditavam na organização de base e lutavam pelo fim do atrelamento dos Sindicatos). O líder do PCB, Hércules Corrêa, procura Lula um pouco antes a Assembleia que decretou a greve para uma "mediação" e evitar o movimento. Lula recusa a "ajuda" e milhares de operários cruzam os braços a partir de 1º de abril.

O ministro do trabalho, Murilo Macedo, determina nova intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André, em 17 de abril. Dois dias mais tarde, treze líderes do movimento são presos e enquadrados na L.S.N.. A comemoração do 1º de maio lota a cidade de São Bernardo e a greve termina no dia 05. Após vários julgamentos, o processo contra os sindicalistas prescreve no dia 11 de maio de 1982.

A repressão continua atuando. A Comissão Pastoral da Terra denuncia, no dia 1º de setembro de 1982, a prisão de dois padres franceses pelos órgãos de segurança sob a acusação de incentivarem um grupo de posseiros que, no dia 13 de agosto, havia resistido a demarcação de terras do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins. No conflito, ocorrido em São Geraldo do Araguaia, morreu um membro do grupo e 4 agentes federais ficaram feridos. Os padres só foram libertados em 17 de dezembro de 1983.

Ainda em 1982, a 13 de dezembro, a polícia Federal anuncia a prisão de 86 pessoas acusadas de participação no VII Congresso Nacional do PCB, que continuava na ilegalidade.

### **VIII.a - Ganhando as ruas** (1978 a 1980)

Em 1979, as greves já são de longa duração. Os metalúrgicos de São Bernardo passam a ser referência nacional do Novo Sindicalismo. O movimento passa por novo momento de unificação, apesar das práticas serem bastante diferentes. O jornal "Unidade Sindical", surgido em 26 de março de 1979, consegue reunir desde direções pelegas, como a dos metalúrgicos de São Paulo, passando pelos reformistas do PCB, até os da ala autêntica como os bancários de São Paulo.



As greves que se seguiram não foram apenas uma retomada da antiga forma de luta. Aos poucos os trabalhadores iam entendendo que os limites físicos do prédio do sindicato podiam ser rompidos e o movimento ganhava amplas camadas da população. Grandes atos públicos eram realizados junto com o movimento dos trabalhadores, passeatas de apoio eram organizadas por entidades populares para prestar solidariedade aos grevistas, mulheres de trabalhadores discutiam os problemas da greve em seus bairros e, exemplo inédito, durante a intervenção da polícia no Sindicato de São Bernardo não puderam abafar o movimento porque o Fundo de greve funcionava de forma independente e fora do prédio.

Quando os metalúrgicos do ABC entram em greve, em abril de 1980, os campos políticos ainda não estão bem definidos. Mas essa greve já tinha algo de diferente, antes mesmo de começar. O confronto estava no ar, nas notícias de jornais, no material divulgado pelo sindicato. O adesivo que convocava para a Assembléia era claro: "*Chegou a hora! Vamos matar nossa sede.*" Por seu lado, o governo anunciava sua determinação de reprimir o movimento e lembrava que o sindicato já sofrera intervenção em 1979.

A Assembléia do dia 30 de março, um domingo, votou pela greve. O movimento começou e todos sabiam que seria longo e difícil. Um Comitê de Solidariedade já fora criado e contava com setores da Igreja católica, associações de moradores e setores da esquerda. No dia 17 de abril o Ministro assina o decreto determinando a intervenção no Sindicato e afastando a diretoria. No dia seguinte, helicópteros do exército sobrevoavam São Bernardo enquanto tropas da Polícia Militar e policiais da temida ROTA cercavam o Sindicato.

No Comitê de Solidariedade a divisão começava a acontecer. O PCB, vendo que a greve seria prolongada e estava se transformando em uma mobilização política, temia um confronto com os militares que pudesse paralisar o processo de "abertura" e se colocava contra a greve. Os sindicalistas ligados à Unidade Sindical retiraram-se do Comitê e passam a divulgar material próprio.

Do outro lado, o movimento ia crescendo e conquistando todo o descontentamento popular contra o regime. Já não era só a Igreja progressista e os movimentos de bairros a apoiarem. A Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Comissão de Justiça e Paz e centenas de outras entidades e organizações passam a apoiar e mostrar adesão a uma greve iniciada pelos peões do ABC. O 1º de Maio foi comemorado em São Bernardo, por lideranças de todo o país, mesmo com a sede do Sindicato fechada e sob intervenção. A greve continuava.

Após o 1º de maio de 1980, os sindicalistas sob a influência do PCB, do PC do B, do MR-8 e outros dão uma recuada temendo que o movimento prejudicasse o "processo de abertura lenta e gradual" dos militares e assumem o nome do jornal (Unidade Sindical) para se diferenciarem dos Autênticos. Por não aceitarem a participação de oposições sindicais nas reuniões e não acharem o momento correto

para contestar a estrutura existente começam a delimitar a linha entre os dois blocos.

A experiência da greve de abril/maio de 80 traria outra mobilização importante. Ainda sob a influência do ENOS, realiza-se no Rio de Janeiro o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical - ENTOES. As resoluções do Encontro, mesmo não atingindo as metas esperadas, propiciaram mais algumas articulações importantes: a) o Encontro de Monlevade que reuniu lideranças importantes do movimento e produziu um documento que apontava, entre outras metas, "incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical e as lutas do movimento popular, na cidade e no campo" e "fim da CLT com elaboração de um Código de Trabalho que prega: ... liberdade e autonomia sindicais, de acordo com a Convenção 87 da OIT"; b) o Encontro de Vitória (ES); c) o Encontro de São Bernardo.

Desses três encontros resultou uma nova forma de organização: a Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical- ANAMPOS.

Seriam muitos os fatos a relacionar, no período. Só para lembrar:

1) Em 13 de agosto de 1979, a revista *Isto É* estampava um quadro com o título "As Greves da Semana" e o sub-título "até 10/08":

**Minas**, Operários da Açominas - 21.000 - 10 dias / Comerciantes - 40.000 - 3 dias / Motoristas Taxi - 1.500 - 2 dias / Funcionários da Junta Comercial - 198 - 9 dias / Funcionários Prefeitura - 1.000 - 1 dia / Caminhoneiros carvão - 3.000 - 4 dias / Goiás Operários Const. Civil - 4.000 - 4 dias

**Rio de Janeiro**, Professores - 110.000 - 10 dias / Funcionários Esusa - 400 - 4 dias

**São Paulo**, Metalúrgicos de Paço - 1.200 - 5 dias

**Bahia**, Professores - 30.000 - 5 dias

**Rio Grande Sul**, Caminhoneiros trigo - 60 - 2 dias

**Paraná**, Caminhoneiros - 500 - 8 dias;

2) Em 02 de agosto de 1978, sob o título "Ninguém respeita o senhor interventor", a revista *Isto É* publicava uma matéria curiosa sobre os estivadores de Santos. A oposição sindical dos estivadores já havia denunciado, em várias ocasiões, a corrupção e o desvio de verbas do sindicato. A justiça do trabalho continuava enrolando as apurações até que, em fins de 1977, o roubo se tornou muito descarado com o desaparecimento dos fundos do 13º salário dos estivadores. Nova denúncia da oposição e o Ministério resolve afastar a diretoria e nomear uma junta da qual fazia parte alguns membros afastados. A mobilização atinge a base dos estivadores e a justiça não tem alternativa: suspende a primeira junta e nomeia nova. Mas o novo interventor não contava com o principal: depois de tanta mobilização, a oposição toma conta de uma sala do sindicato e nomeia uma Comissão em "Assembléia Permanente". É o suficiente... o interventor permanece sentado em sua mesa de trabalho vendo os trabalhadores chegarem e procurarem os membros da

Comissão para reclamações, denúncias, reivindicações, etc;

3) Em 04 de agosto de 1978, o governo tenta mais um ato desesperado e assina o Decreto-Lei 1.632 que ficou conhecido como "pacote anti-greve". No decreto listava as categorias consideradas atividades essenciais, que não poderiam fazer greve. Veja a lista, com o número de trabalhadores na época: derivados de petróleo e hulha (34.159), energia elétrica (71.364), serviços públicos (168.271), bancos (288.367), financeiras (50.843), navegação (20.143), aeroviários (29.250), portos/aeroportos (25.917), ferroviários (58.734), rodoviários urbanos (184.782), radiodifusão (19.803), hospitais (207.668), telecomunicações (89.994). Nota: não é preciso muita pesquisa nos jornais para descobrir o que os trabalhadores fizeram com o "decreto"!

### **VIII.b - O Movimento tem nova organização**

(1980 a 1983)

O próximo passo foi dado ainda em 1980. Os sindicalistas que haviam participado do ENOS e do ENTOES, dos Encontros de Monlevade, Vitória e São Bernardo, com os movimentos populares em geral, passam a organizar um outro movimento: a Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical - ANAMPOS. Em seu programa básico constava a realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, mas o quadro nacional ainda era difícil.

Uma nova crise econômica abatia-se sobre a população e o desemprego crescia. Os empresários estão se organizando e já utilizam conceitos gerenciais modernos. Ativistas e militantes sindicais começam a ser demitidos (cassações brancas). Os gerentes e chefes das empresas começam a receber "cursos" para identificar possíveis lideranças.

Mas a legislação dos militares ainda impedia a criação de uma central sindical.

A chance aparece quando os empresários, preocupados com a recessão e a crise de suas empresas, resolvem realizar a 1ª CONCLAP (Conferência Nacional da Classe Produtora). As lideranças dos trabalhadores imaginaram que "se os patrões podem, nós também podemos".

A preparação para a 1ª CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) já mostrava a diferença entre as duas correntes no movimento sindical: os reformistas, que defendiam que o movimento deveria permanecer nas lutas salariais e, se possível, buscando acordos para não impedir a abertura política e os autênticos que levantavam a bandeira de sindicatos livres, semana de 40 horas, fim do arrocho e outras. Ao final de Conferências as posições estavam definidas e a união era impossível.

Em São Paulo, o juiz da 5ª Vara Federal responsabiliza a União pela morte do operário Manuel Fiel Filho e a sentença é anunciada no dia 17 de dezembro de 1980. Os representantes da "linha dura militar" ainda tentariam um desesperado ato para inti-

midar a organização popular. Durante as comemorações do 1º de maio de 1981, no centro de convenções Rio Centro (RJ) duas bombas explodem: a primeira, dentro da casa de forças do prédio, não causa danos e a segunda dentro de um carro Puma onde estavam o capitão do exército Wilson Machado (ferido gravemente) e o sargento Guilherme do Rosário (que morre). O Inquérito Policial Militar instaurado conclui que os dois militares foram vítimas de grupos interessados em comprometer os órgãos militares e o processo acaba arquivado (01/03/88) por "insuficiência de provas".

Finalmente, em abril de 1981, os trabalhadores conseguem realizar a CONCLAT. Cerca de 5.000 delegados vindos de todo o Brasil discutem as linhas do sindicalismo. Mas o confronto estava apenas começando. De um lado os sindicalistas "autênticos" e as oposições sindicais representados, principalmente, pelos metalúrgicos de São Bernardo, bancários de Porto Alegre e São Paulo, petroleiros de Paulínia(SP), Oposição Metalúrgica de São Paulo, etc. Do outro lado os sindicalistas reformistas e ligados ao PCB, como os metalúrgicos de São Paulo, metalúrgicos de Santos, CONTAG e outros. O primeiro bloco defendia uma organização que caminhasse para uma Central Única dos Trabalhadores e os sindicalistas da US defendiam um Pacto Social que não atrapalhasse o processo de abertura. A disputa fica marcada como Anampos X Unidade Sindical e não houve acordo sobre uma Greve Geral e sobre a questão da estrutura sindical, mas ficou acertada uma Comissão Pró-Central Única dos Trabalhadores.

O ano seguinte, 1982, foi muito difícil para os trabalhadores. Seguindo a receita do FMI, o governo baixava uma série de decretos para atingir a meta de reduzir os salários em 30%, no prazo de dois anos. Os decretos são conhecidos de todos: 2.012. 2.024. 2.065 e por aí afora. As greves são muitas, nas cidades e no campo, em busca da reposição do poder aquisitivo dos salários.

Em 12 de setembro de 1982, o setor mais combativo do movimento resolve declarar a necessidade de convocar o Congresso e a divisão se amplia com os debates gastando quase um ano. O jornal *Voz da Unidade*, órgão dos sindicalistas da US, publicava: "Assim como a saída democrática para a crise brasileira requer hoje soluções negociadas à base de pressão organizada das massas e não aposta no confronto, ela também requisita a unidade dos trabalhadores." Jair Meneguelli, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, responde: "Nós não estamos muito preocupados em retornar aos nossos cargos. O que importa é a organização da classe trabalhadora."

Em 07 de agosto de 1983, na reunião da Comissão Pró-CUT acontece o racha definitivo. Os sindicalistas da US resolvem não participar do Congresso.

Em 28 de agosto de 1983, finalmente, realiza-se um Congresso Sindical em São Bernardo e é criada Central Única dos Trabalhadores - CUT, mesmo não sendo reconhecida pela legislação da época que proibia tal entidade. Um ano depois, agosto de 84, realiza-se o 1º Congresso da CUT.

Uma parte dos sindicalistas, ligados à US, que haviam participado do primeiro encontro resolve, em novembro do mesmo ano, realizar um outro Congresso de onde tentam manter a hegemonia do movimento e criam a CONCLAT. Em 1986, realizam um outro Congresso que vai dar na CGT. Uma nova divisão desse grupo vai propiciar o surgimento da Força Sindical.

## IX - Final

Em janeiro de 1983 o general Figueiredo havia assinado a 1ª carta de intenções com o FMI e, a partir deste documento, os técnicos do Fundo passavam a monitorar as contas do governo. Todos os gastos governamentais teriam que ser autorizados pelo organismo e a economia deveria estar voltado para o pagamento dos acordos da dívida. Sarney toma posse com uma economia em recessão, altas taxas de desemprego e uma inflação em alta. A produção industrial brasileira havia sofrido uma queda de 3,2%, em 1988, e o desemprego era um fantasma permanente entre os trabalhadores.

O governo Sarney começa com promessas de liberalização para os trabalhadores. O ministro do trabalho, Almir Pazzianoto, reabilitara 164 sindicalistas punidos no fim do regime militar e anuncia algumas vantagens políticas: permite a existência de centrais sindicais, autoriza sindicatos a modificarem seus estatutos e promete que não haveria mais intervenção em sindicatos. Mas a situação de arrocho em que viviam os trabalhadores era muito forte e, no dia 1º de abril de 1985, os motoristas e trocadores iniciam uma greve em vários estados. Até o mês de maio são inúmeros Greves por reposições salariais onde já aparecia a luta pela redução da jornada para 40 horas semanais: metalúrgicos, metroviários, ferroviários, aeronautas, médicos, funcionários dos correios, professores e trabalhadores rurais são algumas das categorias a paralisarem as atividades.

Em agosto, um fato curioso; a deputada Bete Mendes (PT/SP) acompanhava o presidente em visita ao Uruguai e reconheceu o adido militar brasileiro Ustra, como o "Dr. Tibiriçá" que a havia torturado nas dependências do DOI-CODI (SP) em 1970.

No campo, é grande o número de ocupação de terras por posseiros: *a - setembro/85*: 1) 170 famílias ocupam a fazenda Barreiros, município de Paracambi no Rio de Janeiro, mas são obrigados a sair da área que já estava desapropriada. 2) 60 famílias (depois o número ampliou para 435 famílias) ocupam a fazenda Água Sumida (5 mil hectares) em Paranapanema - SP e foram despejadas em 02 de outubro. 3) no dia 29, é ocupada a fazenda Água de Santo Antônio, no sudeste de São Paulo. 4) em Sergipe, no município de Poço Redondo, 17 famílias iniciaram a ocupação de uma área improdutiva de 11.700 hectares. Dois dias depois, quando foram despejadas, havia 120 famílias no local. 5) em Santa Catarina, 210 famílias ocuparam uma área de 7.614 hectares pertencente ao exército no município de Papanduva; *b - outubro de 85*: 1) quatro grandes ocupações no estado de São Paulo. A primeira, 110 famílias ocuparam uma área de 350 hectares

da CESP em Nova Odessa. Na segunda, 54 famílias ocuparam uma área no horto florestal de Guarani, município de Pradópolis. Na terceira, 250 famílias ocupam uma propriedade arrendada ao Grupo Grande-ME, no município de Andradina. Na quarta, 40 famílias ocupam a fazenda Santa Rita, em Teodoro Sampaio. 2) outras quatro ocupações ocorrem na região oeste do Paraná. A primeira, 800 famílias ocupam área em São Miguel do Iguçu. A segunda, 115 famílias, em Pitanga. A terceira, 100 famílias ocupam área em Santa Helena. A quarta 260 famílias ocupam áreas em Cascavel. 3) no Ceará, 300 agricultores ocupam uma área de 534 hectares no Horto Florestal do Instituto de Terras do Ceará. 4) no Rio Grande do Sul, começa a ocupação organizada da Fazenda Anoni (município de Sarandi). Foram 150 caminhões, 20 ônibus e 15 motocicletas levando 2.500 famílias que chegaram na madrugada do dia 29 e ocuparam 9.500 hectares. Esta ocupação terminou em 1989, com muita violência. 5) em Goiânia, 32 famílias - das 56 despejadas da fazenda São Sebastião do Mosquito - acamparam em frente do palácio do governo. 6) cerca de 320 famílias ocupam uma área devoluta no distrito de Nestor Gomes, Espírito Santo.

Mas o ano de 1985 traria, também, muita violência contra os trabalhadores rurais no norte do país. Em 1984 foram registrados 116 assassinatos de trabalhadores rurais no Brasil e os meses de outubro e novembro de 85 registraram um índice inacreditável: um trabalhador rural é assassinado a cada dois dias. Alguns dos casos mais marcantes foram: 1 - No Castanhal de Ubá, município de São João do Araguaia, o líder comunitário José Pereira da Silva (Zé Pretinho) denunciou que nove posseiros haviam sido fuzilados por um fazendeiro local que queria "limpar a área". A revista *Isto É* enviou repórteres ao local e acompanhou a busca dos corpos mas, quando o número da revista chegou às bancas com as denúncias, Zé Pretinho e dois companheiros já haviam sido mortos por pistoleiros; 2 - Em setembro, o proprietário de fazendas e explorador de garimpos de Serra Pelada resolveu que não aceitava a negociação proposta pelos posseiros. No dia 25, retirou 5 chefes de famílias de dentro de casa e chacinou-os, jogando os corpos no Rio Itacaúmas. A polícia Militar resgatou os corpos mas Marlon Lopes (o fazendeiro) continua solto; 3 - Em outubro, dois líderes rurais são assassinados. No dia 06, é assassinado Júlio Rodrigues de Miranda, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí e membro da direção da CUT. No dia 23, é morto com 5 tiros o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde - Goiás, um dos fundadores da CUT e membro de sua Comissão Provisória Nativo Natividade.

No final do ano, a 27 de novembro, a Capital Federal é sacudida pela maior revolta popular da sua história. Um protesto contra os efeitos do Plano Cruzado é reprimido por policiais e generaliza-se em conflito. O resultado é que agências da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Regional de Brasília são depredados, 3 ônibus do exército, um da CEF, 27 viaturas policiais e 2 carros oficiais são incendiados.

O ano de 1987 é marcado pela presença das Forças Armadas nos movimentos sindicais. O Ministério do Trabalho havia prometido que não faria mais intervenções em sindicatos, mas não havia falado sobre presença das tropas e tanques de guerra.

Em 16 de fevereiro, os marítimos que estavam em campanha salarial paralisam os principais portos do país. A greve, organizada por um comando nacional, chega ao dia 07 de março quando tropas da Marinha ocupam o porto do Rio de Janeiro e o de Santos começando a esvaziar o movimento com os soldados realizando vários serviços. Poucos dias depois, em 10 de março, Sarney teme que uma greve a ser deflagrada pelos petroleiros poderia reacquecer o movimento dos marítimos e ordena que tropas do exército ocupem todas as refinarias do país. A ocupação estende-se até o dia 13.

Em 23 de março os bancários iniciam uma Greve nacional que paralisa todos os bancos até o dia 1º de abril. Reivindicavam reajustes salariais e estabilidade no emprego.

O descontentamento popular que havia causado o conflito em Brasília, no fim do ano anterior, reaparece no Rio de Janeiro. No dia 30 de junho, revolta com um aumento de 50% das tarifas de ônibus a população carioca inicia um protesto contra as empresas de transporte. Tropas da PM são enviadas para reprimir os manifestantes e o conflito se generaliza com as vitrines de várias lojas quebradas, 43 ônibus depredados e 19 incendiados, dois carros oficiais são queimados e mais de 60 pessoas ficam feridas no confronto. Em Agosto, a CUT e CGT organizam a Greve Geral contra a política econômica do governo. O movimento, por falta de organização, não atinge o resultado esperado mas mostra uma grande força nas principais capitais do Nordeste.

Em setembro, os trabalhadores de empreiteiras que realizavam obras na hidrelétrica de Itaipú entram em greve por melhores salários. A pedido dos diretores da empresa, tropas do exército são enviadas para reprimir os operários que entram em choque com os soldados. Vários ficam feridos e um deles tem o pulmão perfurado por baionetas mas o movimento só termina no dia 10 de outubro, após um Acordo que concedia 20% de reposição salarial.

Em maio os trabalhadores reagem ao congelamento da URP decretado pelo governado. Uma Greve Geral de 48 horas atinge todo o território nacional e é acompanhada por uma paralisação nacional do funcionalismo público federal e estadual. O resultado é uma avalanche de liminares concedidas pelos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará garantindo o recebimento dos reajustes a várias categorias.

Em 11 de maio, paralisam os trabalhos 3 refinaria da Petrobrás e setores com energia elétrica, portos, Companhia Vale do Rio Doce e Universidades federais. Mas é na EMBRAER, em São José dos Campos, que o confronto volta a se mostrar. Os metalúrgicos haviam protestado contra demissões na empresa e o governo determina a imediata ocupação da EMBRAER por tropas da polícia da aeronáutica sob alegação de que era para proteger o patrimônio ameaçado pela ação de membros do

Sindicato. A violência é denunciada mas muito pouco divulgada na imprensa oficial.

Até o mês de outubro, quando é promulgada a nova Constituição, várias categorias continuam fazendo greve pela reposição das perdas salariais. A justiça está abarrotada de processos e ações de trabalhadores pela URP congelada e outras reivindicações. Em outubro, o funcionalismo público entra em greve por 75% de aumento salarial e paralisam os trabalhos de 17 ministérios forçando o Governo a negociar. No dia 17, param os portuários em todo o Brasil protestando contra decretos governamentais que alteravam a estrutura dos portos e traziam graves prejuízos para os trabalhadores. O governo é levado a recuar e reabrir negociações com os Sindicatos.

Em 1º de novembro, duas greves importantes ocupam as páginas dos jornais. Os eletricitários iniciam uma greve nacional, paralisando Companhias Elétricas e Hidroelétricas, reivindicando 150% de reajuste salarial e 16,6% de produtividade. O movimento termina com um Acordo salarial e a promessa de nenhuma punição aos grevistas.

O outro movimento, iniciado no dia 07, tem conseqüências mais graves. Os metalúrgicos da CSN, em Volta Redonda iniciam uma greve reivindicando a readmissão de trabalhadores demitidos em outros movimentos, implantação de turno de 6 horas e o pagamento da URP congelada. Mesmo tratando-se de dois direitos garantidos na Constituição e um que já estava sendo concedido pela justiça, o exército é novamente enviado para "garantir a integridade do patrimônio da empresa". O confronto é violento e, no dia 09 de novembro, 3 operários são assassinados e vários outros (incluindo populares nas ruas da cidade) ficam feridos. A população se mobiliza em torno da Usina, prestando solidariedade aos grevistas que agora exigiam, junto com as reivindicações, a retirada das tropas do interior da empresa para que a greve terminasse. O movimento acaba em 23 de novembro, com todas as reivindicações atendidas e os soldados retiram-se da cidade antes dos metalúrgicos retornarem ao trabalho. O comboio, com dezenas de caminhões, foi vaiado pela população durante toda a travessia até sair de Volta Redonda.

Enquanto estes fatos aconteciam em Volta Redonda, os petroleiros iniciavam, em 11 de novembro, a maior greve da história da Petrobrás. As 7 refinarias do país param de produzir e o movimento poderia chegar a um novo confronto se a opinião pública não estivesse ainda abalada pelos acontecimentos da CSN. O dissídio é julgado pelo TST mas os petroleiros não aceitam o resultado pois reivindicavam também a reposição das perdas durante o Plano Bresser e a greve é mantida até 21 de novembro, quando um acordo é assinado com a Petrobrás.

De 13 a 22 de dezembro, os portuários voltam a parar, em greve nacional, por reposição de salários. O movimento chega ao fim com um Acordo que concedia mais 10% aos trabalhadores.

Antes do ano chegar ao fim, uma nova violência atinge os trabalhadores brasileiros e chega a causar reação internacional. No dia 22 de dezembro, é

assassinado em Xapurí, no Acre, o líder seringueiro e ecologista Chico Mendes que havia denunciado a ação de grandes empresas e latifundiários na região. Chico Mendes foi fuzilado na porta de sua casa depois de haver participado de uma reunião no Sindicato.

Em 1º de maio de 1989, os metalúrgicos de Volta Redonda inauguram um Memorial em homenagem aos três companheiros mortos em novembro do ano anterior (Wiliam, Walmir e Barroso). Na madrugada do dia 02, o monumento idealizado por Oscar Niemayer é dinamitado sem que se conheça os autores até agora. Três dias depois, uma passeata dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, em greve desde 19/04, é reprimido pela polícia. O confronto termina com 5 operários baleados e 12 policiais apedrejados.

### **Para concluir**

*"Sonhar, mais um sonho impossível,  
lutar, quando é fácil ceder,  
vencer o inimigo invencível,  
negar, quando a regra é vender.  
Sofrer a tortura implacável,  
romper a incabível prisão,*

*voar no limite improvável,  
tocar o inacessível chão.  
É minha Lei, é minha questão  
virar esse mundo, cravar esse chão.  
Não importa saber  
se é terrível demais.  
Quantas guerras terei que vencer  
por um pouco de paz?  
E amanhã,  
se esse chão que eu beijei  
for meu leito e perdão,  
vou saber que valeu delirar  
e morrer de paixão.  
E assim, seja lá como for,  
vai ter fim a infinita aflição  
e o mundo vai ver uma flor  
brotar no impossível chão".  
(Chico Buarque / Rui Guerra)*

## Anexo I - A Comuna de Paris

Em 1848 uma revolução, que já trazia o advento do movimento operário na história europeia, instaura a II República. Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão, é eleito presidente. Em 1851, dá um golpe de Estado e um ano depois torna-se imperador com o título de Napoleão III. Seu grande inimigo passa a ser a classe trabalhadora francesa. O regime imperial liberaliza-se lentamente e acelera a revolução industrial. Provocado por Bismarck, chanceler da Prússia, Napoleão III arrasta a França à Guerra Franco-Prussiana (1870). A derrota francesa traz a perda da Alsácia e Lorena para a Prússia, provocando a derrubada do império e a instauração da III República.

Com a queda de Napoleão III, em 1870, o Segundo Império Francês chegou ao seu final e a Terceira República ascendeu ao poder. A França, então, passou a ser dirigida por um governo provisório, ao mesmo tempo que a guerra com a Prússia continuava. Com eleições marcadas assim que o governo provisório assumiu (1871), uma disputa entre monarquistas e republicanos tomou conta do país. Os primeiros desejavam a rendição francesa, o que levaria à paz; os segundos, por outro lado, defendiam a continuidade da França no conflito, de modo que sua soberania nacional se tornasse indiscutível no caso de uma derrota prussiana.

Contudo, os monarquistas venceram, com apoio maciço da população; os camponeses porque temiam ser chamados ao combate e os donos de terra porque temiam que, caso isso acontecesse, houvesse uma revolta popular, que poderia levar a uma revolução nos moldes da de 1848. Mas o conflito não terminou imediatamente e os prussianos continuaram marchando sobre território francês em direção a Paris.

Percebendo que o governo provisório pouco ou nada fazia para deter a marcha, os cidadãos parisienses armaram barricadas e organizaram uma resistência popular à entrada estrangeira na capital. Todavia, o governo finalmente assinou um armistício, que fez com que os parisienses se sentissem traídos: *haviam se sacrificado por nada*. O clima de revolta contra o governo de Versalhes era generalizado e tornou-se insustentável quando este retomou a cobrança de dívidas e do pagamento de aluguéis que havia sido suprimida durante o cerco. Deste modo, em março de 1871, a insurreição foi levada a cabo e trabalhadores parisienses, que formavam a **Comuna de Paris**, instalaram um governo de claras tendências socialistas: o exército foi trocado por grupos populares armados; a Igreja foi separada do Estado, sendo instituído o ensino não-eclesiástico, gratuito e obrigatório; a burocracia foi extinguida ao máximo; as indústrias passaram a ser dirigidas pelos próprios operários e as classes sociais foram extintas. Os operários de Paris ergueram uma bandeira vermelha no prédio da Câmara Municipal, lembrando o sangue derramado dos trabalhadores e mostrando a determinação de tomar nas mãos o próprio destino. Os dirigentes da Comuna de Paris não se apoderaram da totalidade das divisas depositadas no Banco Nacional Francês, conscientes do fato de o montante ser propriedade nacional, e tomaram para si apenas os valores necessários para manter os gastos da revolução, atender às necessidades imediatas da população faminta e dar continuidade às reformas.

Algumas medidas do governo da Comuna: - o exército regular francês foi extinto e substituído por milícias populares sendo as armas entregues ao povo; - a Igreja foi separada do Estado; - suprimiu a subvenção do culto (os padres deixaram de receber salários do Estado); - o trabalho noturno nas padarias foi proibido; - foi abolido o sistema de 'multas' sobre os trabalhadores (as 'multas' eram descontadas dos salários dos trabalhadores sempre que cometessem alguma 'falta' que os patrões considerassem grave); - foi promulgado um decreto em que todas as fábricas e oficinas que estivessem abandonadas ou improdutivas fossem entregues a cooperativas de trabalhadores; - foi promulgado um decreto determinando que o salário de todos os funcionários da administração e do governo não poderia ser superior ao salário normal de um operário; - foi dissolvida toda a antiga administração burguesa e substituída por novos órgãos democráticos constituídos por cidadãos eleitos diretamente pelo povo; - elegibilidade, revogabilidade e responsabilidade de todos os funcionários do governo (eram avaliados pelo povo); - o poder Legislativo e o Executivo foram unificados no órgão supremo da Comuna e transformados em "Instituição de Trabalho"; - a direção da Comuna criou o Comitê de Saúde Pública como uma extensão do próprio governo revolucionário.

Porém, apesar da organização que a caracterizou, a Comuna de Paris durou apenas dois meses. Em maio de 1871, as forças reacionárias armaram uma violenta ofensiva ao governo revolucionário, destruindo as barricadas levantadas por elas e executando sumariamente milhares de trabalhadores e deportando e

prendendo outros tantos. Para combater os trabalhadores de Paris, o governo francês usou duas “manobras” vergonhosas: a) em acordo com o governo prussiano, também preocupado com a possibilidade do exemplo dos trabalhadores franceses chegar a seu país, conseguiu a libertação dos prisioneiros de guerra para que, em troca da liberdade, combatessem os operários de Paris (o governo de Bismarck libertou 100.000 soldados franceses para combaterem a Comuna); b) mesmo estando em guerra com a Prússia, autorizou a entrada de tropas e armas prussianas para ajudar no cerco da cidade rebelada.

Em outras cidades da França (Marselha, Lyon, Saint-Etienne, Dijon, etc), acompanhando o desejo de liberdade dos parisienses, os trabalhadores também tentaram tomar o poder. Mas o governo agiu rapidamente e a insurreição foi abafada nessas cidades deixando Paris sozinha.

A Comuna foi derrotada após 71 dias em que os trabalhadores estiveram no poder. Os partidos revolucionários foram extintos e eliminados. Assim, a Terceira República Francesa, apesar do breve período de governo socialista-revolucionário, estabilizou-se e duraria praticamente até a Primeira Guerra Mundial.

Sobre a Comuna de Paris, escreveu Lenin: *"Só os operários permaneceram fiéis à Comuna até ao fim. Os republicanos burgueses e a pequena burguesia desligaram-se bem cedo: uns, assustados com o carácter proletário, socialista e revolucionário do movimento; outros, quando a viram condenada a uma derrota certa. Apenas os proletários franceses apoiaram sem medo e sem desânimo o seu governo, só eles combateram e morreram por ele, isto é, pela emancipação da classe operária, por um futuro melhor para todos os trabalhadores."* (Vladimir I. Lenin - **À Memória da Comuna** - escrito em setembro de 1916 - grifado no original)

Nota: Em 1871, Pierre Degeyter e Eugène Pottier compuseram o hino “Internacional”. Já no início do século XX, virou o hino das comemorações do 1º de Maio na Europa (junto com a bandeira vermelha usada pelos operários de Paris).

## Anexo II - A História do 1º de Maio

O século XIX marcou a grande arrancada do sistema capitalista e o grau de exploração sobre os trabalhadores atingia uma violência inigualável. A "Revolução Industrial", o surgimento das primeiras máquinas e o aparecimento das fábricas levavam milhões de seres humanos a uma situação de extrema submissão ao capital. Era comum o trabalho de crianças, mulheres grávidas e trabalhadores em jornadas que duravam até 18 horas sem interrupção!

Os primeiros movimentos pela redução da jornada de trabalho começaram na Inglaterra, ainda na década de 20 do século passado, e foram se espalhando pela Europa. Posteriormente chegaram aos EUA e Austrália.

Em 1886, em Chicago, os operários americanos que já haviam acumulado várias mobilizações pela redução da jornada para 8 horas diárias resolveram que estava na hora de começar as grandes ações que atingissem o patrão e o Estado. Em 1º de maio de 1886 teve início a Greve Geral que contou com a adesão de mais de um milhão de trabalhadores em todo o território americano.

Isto incomodou muito ao sistema e os patrões resolveram usar todos os artifícios para impedir que a greve se ampliasse ainda mais. A repressão, já no primeiro dia, foi violenta e não poupava ninguém. Centenas de trabalhadores foram espancados e presos, mas o movimento ganhava mais força. No dia dois, uma grande passeata tomou conta das ruas de Chicago e os trabalhadores carregavam cartazes e faixas reivindicando a jornada de 8 horas.

A polícia não dormiu. A repressão se tornou ainda mais violenta e, no dia quatro, quando estava marcada uma grande assembléia na Praça Haymarket, uma bomba explodiu no meio da multidão matando dezenas de trabalhadores e ferindo mais de 200 pessoas, inclusive alguns policiais.

Oito líderes do movimento foram presos, acusados de haver provocado o tumulto, e julgados: Alberto Parson, tipógrafo (39 anos); August Spies, tipógrafo (32 anos); Adolf Fischer, tipógrafo (31 anos); George Engels, tipógrafo (51 anos); Ludwig Lingg, carpinteiro (23 anos); Michael Schwab, encadernador (34 anos); Samuel Fielden, operário têxtil (39 anos); Oscar Neeb, (?). Os quatro primeiros foram condenados à morte e enforcados no dia 11 de novembro de 1887. Os demais à prisão perpétua. Ludwig Lingg suicidou-se na cadeia.

A luta dos trabalhadores americanos, no entanto, não parou aí. Centenas de outros movimentos ocorreram e, em 1890, o Congresso dos EUA votava a Lei que estabelecia a jornada de 8 horas diárias. Em 1893, a Justiça americana reabriu o processo contra os oito operários e ficou comprovado que todas as provas apresentadas durante o julgamento haviam sido forjadas e que a bomba havia sido colocada pela própria polícia para incriminar os manifestantes. Foi reconhecida a inocência dos condenados e os três operários que ainda estavam na cadeia foram libertados.

Nos EUA, até hoje, não se comemora o 1º de Maio. É o único país do mundo que não lembra esta data.



## Anexo III - As lutas no campo

Ao contrário do que alguns pensam, a luta pela terra no Brasil é muito antiga. Para sermos exatos, começou com o próprio descobrimento e o início da colonização portuguesa, quando os nativos eram aprisionados para serem enviados como escravos à Europa e suas terras tomadas pelos homens brancos que aqui chegavam.

Durante os trezentos primeiros anos de nossa história, toda a terra brasileira pertencia à coroa de Portugal que a explorava diretamente ou doava a seus emissários para que a explorassem. Mesmo nesse caso, as concessões eram para o uso da terra como meio de produção mas o reino continuava sendo o proprietário.

Apenas em 1.850 a Coroa portuguesa decretou a Lei da Terra (primeiro documento sobre a posse da terra no Brasil) através da qual passava a permitir a propriedade privada da terra para os que pudessem pagar por ela. Começava assim a grande corrida pela terra, gerando disputas e conflitos. Os que haviam acumulado riquezas, através da exploração do trabalho escravo e da expulsão dos índios cada vez mais para o interior, estava em condições de pagar por essa terra e começou uma corrida aos registros públicos para legalizar aquela posse.

Em 1.888, com a Abolição, o campo passou a ter milhões de trabalhadores negros livres mas sem condições para comprar terras. A mão-de-obra abundante, o imenso excedente de trabalhadores, já fazia com que a relação de trabalho assalariado no campo surgisse em condições muito adversas para esses trabalhadores. Os salários, quando havia, eram muito baixos impedindo qualquer acumulação que permitisse ao trabalhador vir a possuir sua própria terra. Na grande maioria das vezes não havia sequer o salário e o trabalho era a meias (meeiros) ou parcerias. O homem do campo lavrava uma terra que não era dele, não tinha salários e, em pagamento, ficava com uma pequena parcela da produção que mal dava para o sustento de sua família, razão pela qual, muito cedo, seus filhos também eram jogados nessa engrenagem para produzirem mais.

A luta pela terra, no Brasil, pode ser dividida em três períodos distintos quanto a forma como se dava:

A - primeiras lutas: a primeira fase da luta pela terra vai de 1.850 (data da Lei da Terra) até 1.940 e é chamada pelos historiadores como o período das "lutas messiânicas". Receberam tal nome porque, em todas, havia sempre a imagem de um "messias", um líder que envolvia a questão religiosa nas necessidades mais imediatas do povo e na situação de miséria em que se encontrava.

Algumas das lutas desse período foram muito importantes e marcaram a história: *Guerra de Canudos* - dirigida por Antônio Conselheiro e que, apesar de a história oficial procurar mostrar como um movimento dirigido por um louco e com razões puramente religiosas, foi um movimento social de grande importância e no qual ficou clara a questão da distribuição da terra no nordeste; *Guerra do Contestado* - em Santa Catarina, teve como líder um monge - José Maria - e tinha como principal característica a luta pela posse da terra em uma região que era disputada por dois estados (Santa Catarina e Paraná); *Juazeiro (Ceará)* - onde o Padre Cícero lidera massas de camponeses pobres e chagam a criar um vila que governam sem influência do poder federal.

Importante notar que todos esses movimentos foram sufocados com muita violência pelo governo federal e que se originaram da grande miséria em que estava jogado o povo da região. Deve-se destacar também que, para o combater os "rebeldes", os grandes proprietários da região não economizaram no apoio às tropas federais para lá enviadas.

B - lutas localizadas: o segundo período, de 1940 a 1.955, é de lutas mais radicalizadas e limitadas a questões específicas de algumas regiões do país.

Com o início do processo de industrialização e a necessidade de trazer matéria prima e produtos agrícolas para as cidades que cresciam, o governo federal tem necessidade de começar a abrir estradas mais para o interior e ia valorizando as terras próximas.

Estas terras, que no primeiro período da história foram ocupadas por trabalhadores pobres, sem títulos de propriedade e que produziam quase que só para o sustento, passaram a ser cobiçadas pelos grandes proprietários gerando graves conflitos: *Revolta dos posseiros, em Teófilo Otoni - MG (1.945 a 1.948);*

*Revolta de "Dona Noca", no Maranhão (1.951); Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1.952 a 1.958); Revolta do sudeste do Paraná (1.957); Revolta dos arrendatários em Santa Fé do Sul, em São Paulo (1.959).*

Mesmo sendo localizadas, todas tiveram uma participação popular muito elevada e chegando mesmo, como no caso do Maranhão, a envolver milhares de pessoas com os revoltosos chegando a tomar cidades e estabelecendo governos próprios.

C - movimentos camponeses: esta é a fase de lutas organizadas do trabalhador rural e destacamos três formas diferentes que essas organizações tomaram.

ULTAB (União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil) - entidade criada e dirigida pelo PCB e que organizava os lavradores por regiões, chegando a ter um comando nacional. A maior penetração da ULTAB foi em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Ligas Camponesas - organização de trabalhadores agrícolas surgida nos engenhos de Pernambuco e que se tornou o mais radical movimento pela Reforma Agrária. Sob o lema de "Reforma Agrária na lei ou na marra", tiveram grande influência no nordeste e chegaram a tomar vários engenhos (já comentamos o movimento).

MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terras) - limitados ao Rio Grande do Sul, tinham a influência do PTB e o apoio do governador Leonel Brizola, chegaram a realizar várias ocupações de terras e obrigaram o governo do estado a fazer as desapropriações.

No Brasil, as formas de trabalho no campo vão muito além do assalariado. Para podermos entender melhor a luta, é importante conhecermos essas relações.

*a - parceiro*: é o agricultor que, com sua família, trabalha a terra de outro. Ele entra com o trabalho, com as ferramentas e, em alguns casos, com a própria semente enquanto o proprietário entra com a terra. Depois da colheita, o produto é dividido. Quando a divisão é pela metade, é conhecido como *meeiro*. Há outras formas de acordos, com a divisão do produto também diferenciada;

*b - arrendatário*: é o agricultor que, com sua família, "contrata" o aluguel de uma terra de outro para explorar. A forma de pagamento pode ser fixada em dinheiro ou em produto, independente do volume de sua colheita;

*c - posseiro*: é o agricultor que, com sua família, trabalha uma terra como se fosse sua mas que não tem o título de propriedade. O maior número de casos que conhecemos é de posseiros que ocupam e exploram terras do estado mas há casos onde, sem saber, o agricultor está trabalhando uma terra de proprietário particular desconhecido;

*d - jornaleiro*: é o agricultor que trabalha por conta própria, alugando sua força de trabalho para o proprietário por tempo (jornada) determinada;

*e - pequeno agricultor*: é aquele que possui um pequeno pedaço de terra, geralmente apenas suficiente para manter sua família.

É principalmente desses últimos que vai surgir, no final da década de 70, um movimento que tomou grande vulto no Brasil - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Os filhos dos pequenos proprietários, quando constituem suas próprias famílias, vão descobrir que aquele pequeno pedaço que seus pais exploram não é suficiente para as novas necessidades. A primeira alternativa que encontram é partir para as cidades em busca de empregos. Não encontrando, voltam-se para aquilo que aprenderam desde crianças: trabalhar a terra. Mas não há terra!

A partir de 1.978 temos registros de várias lutas travadas por esses trabalhadores agrícolas (parceiros, arrendatários, posseiros e filhos de pequenos produtores). Dois movimentos, em particular, marcam a luta pela terra e pela Reforma Agrária:

*No Rio Grande do Sul*, as primeiras ocupações aconteceram quando 100 famílias ocuparam a fazenda Macali, em Ronda Alta, e outras 240 famílias ocuparam a fazenda Brilhante. Faziam parte de um grupo de 1.400 famílias que, na condição de posseiros, trabalhavam terras em uma reserva indígena e tiveram que procurar outro local. Parte do grupo foi procurar terra em Mato Grosso, uma parte foi tentar a vida nas cidades e um outro grupo resolveu lutar pela terra no próprio estado, pois estavam acostumados com o tipo de terra e de clima.

*Em Santa Catarina*, a primeira ocupação se deu no município de Campo Erê quando centenas de famílias expulsas de São Paulo ocuparam a fazenda Burro Branco.

*No Paraná* os conflitos pela terra tiveram início quando 10 mil famílias foram expulsas para a construção da hidroelétrica de Itaipu. Algumas dessas famílias aceitaram uma indenização em dinheiro e saíram da região. Outras resolveram lutar pelo pagamento em terras, com as mesmas condições de plantio, no estado.

Em vários outros estados, no início dos anos 80, temos notícias de lutas pela posse da terra. A partir de 1.981 a Comissão Pastoral da Terra começa a promover encontros entre os diversos tipos de trabalhado-

res rurais sem terras e, em 1.984, realiza-se em Cascavel (Paraná) o Iº Encontro Nacional dos Sem Terra. O movimento, a partir dessa data, adotou o nome de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

### **Bibliografia Consultada:**

- 1 - "A ditadura do grande capital" - Octávio Ianni
- 2 - "Brasil: de Getúlio a Castelo" - Thomas Skidmore
- 3 - "O Regime Modernizador do Brasil" - George André Fiechter
- 4 - Militarismo e Imperialismo em el Brasil - Paulo Cannabrava Filho
- 5 - Os Companheiros de São Paulo - Paula Beiguelman
- 6 - Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil - Nelson Werneck Sodré
- 7 - A República Nova (1930 - 1937) - Edgar Carone
- 8 - O Estado Novo (1937 - 1945) - Edgar Carone
- 9 - História das tendências no Brasil - Antonio Ozzi da Silva
- 10 - Reconstruindo nossa História - Vito Giannotti
- 11 - Contribuições para um debate: O sindicato e sua história - Centro de Estudos e atividades Culturais - CEACULT
- 12 - O Colapso do Populismo no Brasil - Octávio Ianni
- 13 - A crise do Milagre - Paul Singer
- 14 - História Econômico do Brasil - Caio Prado Júnior.
- 15 - Trabalho e Conflito - Edgar Rodrigues
- 16 - Alvorada Operária - Edgar Rodrigues
- 17 - Anarquistas e Comunistas no Brasil - John W. Foster Dulles
- 18 - História Sincera da República (4 volumes) - Leôncio Basbaum
- 19 - A Rebeldia do Trabalho - Ricardo Antunes
- 20 - A Ditadura do Grande Capital - Octávio Ianni
- 21 - Jornais e Revistas (vários).